



FEUC FACULDADE DE ECONOMIA
UNIVERSIDADE DE COIMBRA

José Joaquim Ramos Tareco

A Relevância e o Futuro da NATO na Emergência de um Sistema Multipolar

Tese de Dissertação de Mestrado em Relações Internacionais, na especialidade de Estudos da Paz e da Segurança, apresentada à Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra para obtenção do grau de Mestre

Orientadora: Prof^ª. Doutora Carmen Amado Mendes

Coimbra, 2014

Agradecimentos

O processo de escrita de uma dissertação pressupõe a transposição do conhecimento adquirido para um documento orientado para a comprovação das hipóteses formuladas. Não constituindo um processo complexo é moroso e nunca finalizado, porquanto quer na forma quer no conteúdo a modelação configura um desafio permanente, em crescendo, pela intensidade da pesquisa e apreensão de conhecimento que nos faculta a compreensão para as atitudes, passivas ou reivindicativas, dos Estados na defesa dos seus interesses.

Sendo que os dois primeiros semestres deste Mestrado nos proporcionaram uma visão abrangente sobre as escolas teóricas das Relações Internacionais e das formas como as instituições e os Estados modelam o relacionamento no sistema internacional, é seguramente através da construção desta dissertação que é proporcionada a oportunidade e fomentado o aprofundamento do conhecimento específico a uma determinada área de maior curiosidade para o aluno.

Embora a pesquisa seja um trabalho de persistência e solitário, carece de uma orientação e base de dados que a Faculdade de Economia disponibiliza através de um grupo coeso de profissionais e de uma biblioteca recheada, dotada de um acesso facilitado, incluindo a partir do exterior através do portal eletrónico.

Envio o meu reconhecimento a todo o pessoal da Faculdade de Economia, do qual relevo a comunidade de docentes da área de Relações Internacionais, pelo seu contributo para a minha aprendizagem e, em particular, à Professora Doutora Cármen Amado Mendes pelo seu empenho, disponibilidade e profissionalismo demonstrados na orientação deste trabalho.

Resumo

A Aliança Atlântica foi decisiva para o equilíbrio estratégico na Europa durante o período da Guerra Fria, salvaguardando a liberdade e independência dos países que a integram. Independentemente de conjecturas para a sua implosão, motivadas pelas profundas mudanças no ambiente de segurança, a NATO adaptou-se e continua a agregar os aliados e a ser apelativa para candidatos à adesão e a parcerias. As alterações de maior significado que ocorreram, incluíram a sua abertura para a integração de países que demonstraram partilhar a identidade, os interesses e os valores ocidentais, a implementação de parcerias e as operações de imposição e/ou manutenção de paz, além das suas fronteiras territoriais. Através da expansão de parcerias, a NATO tem alterado o paradigma da defesa coletiva para o de segurança cooperativa, demonstrando, através do diálogo e das operações militares, que tem vindo a concretizar, a capacidade de enquadrar os mais diferenciados parceiros e sensibilidades políticas, constituindo-se como uma “escola de interoperabilidade” ao difundir valores, normas e procedimentos.

Numa perspetiva de evolução para a multipolaridade do sistema internacional, a emergência militar da China, num cenário de impasse de disputas territoriais, e a reemergência militar e maior assertividade da Rússia, na defesa da sua área geográfica de influência, colocam o potencial de competição, rivalidade ou cooperação, incluindo com a NATO, criando um novo cenário de equilíbrio mundial.

Esta dissertação aborda as questões relativas às transformações a que a NATO foi sujeita após o final da Guerra Fria, que contribuíram para a sua adaptação e relevância no novo contexto internacional de segurança; apresenta os argumentos para justificar o empenho dos Estados na contribuição para as missões da Aliança; os motivos dos que se candidatam à adesão e parcerias; e identifica a capacidade de relacionamento da NATO, com as potências do sistema multipolar, como uma das razões para a sua relevância e perenidade.

Embora os elementos de adaptação e os fatores que justificam a perenidade da NATO já tenham sido amplamente discutidos, esta dissertação centra-se na identificação das atividades que granjeiam a cooperação ou o antagonismo da China e Rússia, potências com

constrangimentos e interesses que relevamos, com a finalidade de determinar as suas expectativas e visão da Aliança Atlântica.

Após um enquadramento teórico, esta dissertação analisa a NATO, detalhando o seu processo de adaptação, através do alargamento, parcerias e operações fora de área, a sua relação com a União Europeia, as consequências do *pivot* americano para Ásia-Pacífico e os atuais entraves colocados por uma maior agressividade russa. Seguidamente caracteriza a China, Rússia e Organização de Cooperação de Xangai. A finalizar, analisa a interação destes atores com a NATO. Concluímos que a Aliança, não descurando as suas responsabilidades no âmbito da defesa coletiva, soube adequar-se às novas solicitações do contexto internacional de segurança, mantendo-se relevante para a defesa dos interesses dos diferentes Estados membros e constitui-se como o baluarte de segurança para os Estados que tiveram uma difícil convivência com a União Soviética; e, ainda, que a NATO tem demonstrado capacidade e flexibilidade para se relacionar com as demais organizações e grandes potências, nomeadamente a Rússia e China, através do diálogo e cooperação adequada aos diferentes contextos. Por último, constatamos que a OCX, embora de utilidade para a estabilidade da Ásia Central, enferma de confrontações de interesses que a impedem de vir a consubstanciar-se como uma organização congregadora de identidades e contribuinte para a segurança internacional.

Palavras-chave: NATO, Estados Unidos, Rússia, China, Organização de Cooperação de Xangai.

Abstract

The Atlantic Alliance was instrumental in the strategic balance in Europe during the Cold War, preserving the freedom and independence of the countries in the region. Regardless of conjectures for its implosion after the end of the Cold War, motivated by profound changes in the security environment, NATO has adapted and continues to add allies and be appealing to candidates for membership and partnerships. The most significant changes included the integration of countries that have shown sharing identity, interests and Western values; implementation and enforcement of partnerships; and peacekeeping operations beyond NATO territorial boundaries. Through expanding partnerships, NATO has changed the paradigm of collective defense for a cooperative security, demonstrating through dialogue and military operations, the ability to frame partners and political sensitivities, constituting itself as a "school of interoperability" to disseminate standards and procedures.

With a perspective of evolution toward multipolarity in the international system, the military rise of China, with a deadlock scenario of territorial disputes, and military resurgence and increased assertiveness of Russia, in defense of its geographical area of influence, pose the potential for competition, rivalry or cooperation, including with NATO, creating a new landscape of global equilibrium.

This dissertation discusses issues relating to the transformations that NATO suffered after the end of the Cold War, which contributed to its adaptation and relevance in the new context of international security; presents arguments to justify the commitment of States to contribute to the missions of the Alliance; the motivations of those applying for membership and partnerships; and identifies NATO ability of relating with the powers of the multipolar system, as one of the reasons for its longevity.

Although the adaptation elements and factors that justify the continued existence of NATO have already been widely discussed, this dissertation focuses on the identification of activities that garner cooperation or antagonism of China and Russia, with power constraints and interests that we highlight, in order to determine their expectations and vision of the Atlantic Alliance.

After providing a theoretical framework, this study analyzes NATO, detailing the process of adaptation, through enlargement, partnerships and operations out of area, its relationship with the European Union, the consequences of the US *pivot* to Asia-Pacific and the current constraints posed by greater Russian aggression. It follows and characterizes China, Russia and the Shanghai Cooperation Organization and analyzes the interaction of these actors with NATO. We conclude that NATO, not neglecting its collective defense responsibilities, was able to adequate to the new demands of the international security environment, while remaining relevant to the defense of the interests of different member States, and constitutes itself as the bastion of security for those who had a difficult coexistence within the Soviet Union; and further, that NATO has demonstrated the ability and flexibility to relate to other organizations and major powers, including Russia and China, through dialogue and cooperation appropriate to different contexts. Finally, the Shanghai Cooperation Organization, although useful for the stability of Central Asia, suffers from clashes of interests that do not allow it to become an organization of States with similar identities, contributing to world security.

Keywords: NATO, United States, Russia, China, Shanghai Cooperation Organization.

Lista de Siglas

ANSEA	Associação das Nações do Sudeste Asiático
ACLC	Área de Comércio Livre da China
CEE	Comunidade Económica Euroasiática
CEI	Confederação de Estados Independentes
CEAP	Cooperação Económica da Ásia e do Pacífico
CFE	Tratado sobre Forças Convencionais na Europa (<i>Conventional Forces in Europe</i>)
CNR	Conselho NATO-Rússia
CSNU	Conselho de Segurança das Nações Unidas
DPP	<i>Democratic Progressive Party</i>
EEC	Espaço Económico Comum
EPL	Exército Popular de Libertação
FDP	Forças de Defesa Própria
FNC	Força Naval para o Cáspio
FRN	Força de Resposta NATO
ISAF	<i>International Security Assistance Force</i>
KMT	<i>Kuomintang</i>
LTWCA	Lei das Águas Territoriais e Áreas Contíguas (<i>Law on Territorial Waters and Contiguous Areas</i>)

NATO	Organização do Tratado do Atlântico Norte (<i>North Atlantic Treaty Organization</i>)
OCX	Organização de Cooperação de Xangai
OSCE	Organização de Segurança e Cooperação na Europa
OTSC	Organização do Tratado de Segurança Cooperativa
PAA	Plano de Ação para a Adesão
PCSD	Política Comum de Segurança e Defesa
PESC	Política Externa e de Segurança Comum
PESD	Política Europeia de Segurança e Defesa
PIB	Produto Interno Bruto
PpP	Parceria para a Paz
PTP	Parceria Trans-Pacífico
RPC	República Popular da China
ROC	República da China (<i>Republic of China</i>)
START	Tratado para a Redução de Armas Estratégicas (<i>Strategic Arms Reduction Treaty</i>)
UA	União Aduaneira
UE	União Europeia
UEE	União Económica Euroasiática
UNCLOS	Convenção das Nações Unidas sobre a Lei do Mar (<i>United Nations Convention on the Law of the Sea</i>)

Sumário

Introdução	1
Capítulo 1. A NATO e a Multipolaridade do Sistema Internacional à luz das Teorias das Relações Internacionais	9
1.1. Os Regimes Internacionais – Escolas de Pensamento	9
1.1.1. Neoliberalismo	10
1.1.2. Neorrealismo	12
1.1.3. Construtivismo	15
1.2. O Neorrealismo no atual Sistema Multipolar.....	18
1.2.1. A China, o Japão e os Estados Unidos	19
1.2.2. A China, a Rússia e os Estados Unidos.....	21
1.3. A NATO, a OCX e o Sistema Multipolar	24
Capítulo 2. A NATO, os Estados Unidos e a Europa.....	29
2.1. Identidade da NATO - Fator de Continuidade.....	30
2.1.1. Operações Fora de Área	31
2.1.2. Alargamento	32
2.1.3. Parcerias para a Paz.....	36
2.2. Os Estados Unidos e a Europa	37
2.2.1. A NATO e a UE	37
2.2.2. Os Estados Unidos e a NATO.....	39
2.3. A NATO: Desafios e Expectativas	40
Capítulo 3. A China, a Rússia e a OCX.....	43
3.1. A China	43
3.1.1. Constrangimentos Internos.....	44
3.1.2. Política Externa	47
3.1.3. Modernização do Exército Popular de Libertação	49
3.2. A Rússia	52
3.2.1. Política Externa	54
3.2.2. A Modernização das Forças Armadas.....	56
3.3. A China e a Rússia	57
3.3.1. Interesses Antagônicos	60

3.3.2. A OCX e os Países da Ásia Central.....	62
3.4. A OCX: Palco de Interação Sino-Russa.....	64
Capítulo 4. A NATO, a China, a Rússia e a OCX: Interesses Comuns e Antagonismos ...	65
4.1. Os Estados Unidos, a China e a Rússia	66
4.2. NATO e China.....	69
4.2.1. Os Interesses Comuns.....	69
4.2.2. Limites ao Relacionamento Militar	71
4.3. A NATO e a Rússia.....	73
4.3.1. Áreas de Cooperação	74
4.3.2. Contenciosos.....	76
4.3.2.1. Defesa Antimíssil.....	77
4.3.2.2. Alargamento e Parcerias	79
4.4. A NATO e a OCX: Cooperação e Rivalidades	81
Conclusão	85
Referências Bibliográficas	95
Anexos	121

Introdução

Esta dissertação analisa a Organização do Tratado do Atlântico Norte (NATO), a Organização de Cooperação de Xangai (OCX), a Rússia e a China, como atores no sistema internacional multipolar, relevando as áreas de interesse partilhado e promotoras de cooperação ou antagonismos, e argumenta que a NATO mantém a sua relevância, no atual contexto de segurança. Compara, ainda, as perceções, interesses e preocupações de segurança russas e chinesas, em isolado e no âmbito da OCX, para determinar como estas potências e organização perspetivam a NATO.

A Aliança Atlântica foi decisiva para o equilíbrio estratégico na Europa durante o período da Guerra Fria, salvaguardando a liberdade e independência dos países que a integraram. Independentemente de conjecturas para a sua implosão após os acontecimentos de 1989, dadas as profundas mudanças nas relações dos países de Leste e Ocidente e da transformação no ambiente de segurança, a Aliança Atlântica soube adaptar-se a este novo contexto internacional mantendo-se atrativa e relevante para a agregação dos Estados membros na defesa dos valores comuns. As mudanças¹ de maior significado que ocorreram no interior da NATO foram a sua abertura para a integração de países que demonstraram partilhar os interesses, valores e a identidade ocidentais, a implementação de parcerias e, ainda, a sua capacidade de gerar forças para operações de imposição e/ou manutenção da paz, a mando das Nações Unidas. A NATO tem vindo a expandir as parcerias pelo potencial que oferecem de melhorar a partilha de custos e diminuir os riscos à segurança, alterando o paradigma da defesa coletiva e gestão de crises para o de uma segurança cooperativa. A NATO tem demonstrado, através das operações militares que tem vindo a concretizar, grande flexibilidade para enquadrar os mais diferenciados parceiros e sensibilidades políticas, constituindo-se como uma “escola de interoperabilidade” difundindo normas e procedimentos.

Após uma década de integração de novos aliados (1999-2009), é percecionado que o alargamento terá chegado aos limites possíveis, não só pela oposição da Rússia, no que se

¹ A Transformação, quarta vertente da adaptação da NATO, foi excluída desta análise por ser um processo interno e, por isso, de fraco relevo na interação com o sistema internacional.

refere à adesão dos Estados na sua esfera de influência política, mas também pela assimetria cultural dos países remanescentes. Noutra vertente, é igualmente perceptível no interior da Aliança que as operações fora de área², cada vez mais longe das fronteiras da Europa, são menos compreendidas pelo público pela dificuldade em vislumbrar os motivos e aceitar os inerentes custos. Acresce que, a emergência militar da China e a reemergência da Rússia, colocam no sistema internacional o potencial para uma multipolaridade, não só de Estados mas também de organizações de defesa com o potencial de competir, rivalizar ou cooperar com a NATO, criando um novo cenário de equilíbrio mundial.

Para a análise desta temática, esta dissertação apoia-se numa análise histórico-documental de fontes primárias e secundárias. Foi consultada uma vasta panóplia de fontes sobre os assuntos abordados, nomeadamente: a NATO, a OCX, os Estados Unidos, a Rússia, a China e o Japão. Face à grande quantidade e diversidade de informação, esta dissertação referencia um elevado número de obras e autores, muito embora pela sua pertinência, atualidade e contributo, alguns serem citados com maior frequência.

Michael Williams (2007), Frank Schimmelfennig (1998), Zoltan Barany e Robert Rauchhaus (2011), debatem a importância e relevância da NATO na ordem internacional emergente, pós Guerra Fria, comparando as várias correntes das Relações Internacionais (racionalistas e construtivistas) para justificar a perenidade da NATO, o seu alargamento e o desenvolvimento de operações fora de área. Sven Sakkov (2012), argumenta sobre a finalidade da Aliança Atlântica, e como os diferentes aliados nela se revêm, nomeadamente os Estados Bálticos. Mark Simakovsky (2013) analisa as possibilidades futuras de alargamento para a NATO e argumenta quanto à necessidade de continuar o processo e de revigorar o Conselho NATO-Rússia no sentido de melhorar a cooperação.

Stephen J. Blank (2000, 2004, 2012), Dmitry Danilov (2013) e Arthur R. Rachwald (2011), analisam a política externa contemporânea da Rússia e argumentam que a integração europeia e alargamento da NATO são, perspetivados por este Estado, como uma ameaça aos seus interesses, renunciando, igualmente, rivalidade, competição e tensões políticas com

² Designam-se por operações fora de área, todas as operações conduzidas ou com participação de forças NATO, fora do território dos Estados membros (definição do autor).

outras potências do sistema internacional. Blank, Danilov e Rachwald consideram que a cooperação entre o Ocidente e a Rússia é essencial, embora as atuais políticas e prioridades estratégicas russas sejam um óbice. Dmitry Trenin (2012 e 2013), Diretor do Centro *Carnegie* de Moscovo, analisa a liderança de Vladimir Putin e vaticina que este manterá o enfoque na Eurásia e Pacífico e tenderá a aumentar o distanciamento ao Ocidente.

David Lai (2013) analisa os interesses e objetivos estratégicos que condicionam a política externa da China. David Shambaugh (2004 e 2006) e Jason Blazevic (2010) analisam as preocupações estratégicas da China e Japão, face aos interesses divergentes e disputas territoriais entre estes Estados. Weiqing Song (2013), professor da Universidade de Macau, e Timur Dadabaev (2013), professor da Universidade de Tsukuba e da Universidade de Tóquio, no Japão, analisam a OCX na perspetiva dos Estados da Ásia Central, tendo em conta a sua relação de interesses com a Rússia e China. No referente à OCX, Andrew Leung (2011), Cármen Mendes e Maria Freire (2008), analisam as áreas de cooperação e os Estados envolvidos, para inferir que esta organização tem o potencial para vir a equilibrar a influência da NATO, na região. Estes autores identificam os interesses comuns e rivalidades entre a China e a Rússia e caracterizam a sua relação, económica e militar, não só com os outros Estados integrantes daquela organização, mas também, em particular, com os Estados Unidos.

Independentemente dos muitos estudos e análises publicadas sobre a relevância e perenidade da NATO e, não menos, relativas à Rússia, China e OCX, não existe uma resposta cabal para a possível interação destes quatro atores do sistema internacional que, em polos geográficos simétricos, têm identidades e valores diferentes mas interesses de segurança comuns. Nesse sentido, é importante saber qual é a perceção que a Rússia e a China têm sobre a NATO e como a interação destas duas potências, na OCX, poderá influenciar as relações entre as duas organizações. Julga-se constituir um excelente exercício confrontar as hipóteses possíveis para deduzir as possibilidades de a Rússia e/ou a China transformarem a OCX numa organização de segurança. Esta organização poderá antagonizar ou, numa expectativa otimista, complementar e cooperar com a NATO, criando sinergias mútuas através do diálogo e repartição de responsabilidades para a pacífica resolução de disputas, entre os Estados, e desenvolver ou participar em operações militares, para a imposição e manutenção da paz no sistema internacional. Noutra vertente, qual foi a adaptação que manteve a NATO relevante

no contexto internacional e, não menos importante, que desafios poderão vir a ser assumidos pelos aliados para a sua expansão, através da inclusão ou de parcerias com outros Estados, e para a área geográfica de operações? Ao longo desta dissertação iremos abordar um conjunto de questões a que daremos resposta. Que transformação a NATO sofreu, após o final da Guerra Fria, que contribuiu para a sua adaptação e relevância no novo contexto internacional de segurança? Porque continua a ser apelativa para os Estados que, ainda, se candidatam à adesão e parcerias? Qual a razão para que os Estados membros se mantenham na Aliança e contribuam proactivamente para a sua missão? Será a capacidade de relacionamento da NATO, com as potências do sistema multipolar, uma das razões para a sua perenidade?

Nos capítulos que se seguem iremos concluir que a NATO, não descurando as suas responsabilidades no âmbito da defesa coletiva, através do alargamento, parcerias e execução de operações fora da área definida pelo Tratado do Atlântico Norte, soube adequar-se às novas solicitações do contexto internacional de segurança. Veremos, ainda, como a NATO continua a constituir-se como o baluarte de segurança para os Estados que tiveram uma difícil convivência com o sistema internacional, na era da União Soviética, e como se mantém como uma opção de segurança credível para os atuais aliados. Não menos relevante, registaremos a enorme capacidade e flexibilidade que a NATO tem demonstrado para se relacionar com as demais organizações e grandes potências, nomeadamente a Rússia e a China, através do diálogo e cooperação adequada aos diferentes contextos. Por último, constataremos que a OCX, embora de utilidade para a estabilidade da Ásia Central, enferma de confrontações de interesses que a têm impedido de se consubstanciar como uma organização congregadora de identidades e contribuinte ativa para a segurança internacional.

À luz das teorias e conceitos de Relações Internacionais, iremos explicar a NATO, nomeadamente os interesses que levaram à sua formação e longevidade e como atualmente é encarada, interna e externamente, no sistema internacional. O enquadramento teórico irá proporcionar a compreensão, genérica e em abstrato, do comportamento dos Estados para a obtenção de ganhos através da adesão a regimes internacionais que, obrigando-os a normas e práticas consentidas, os salvaguardam de riscos, assim como de ameaças aos seus interesses ou existência.

Identificamos três escolas de pensamento para a justificação da edificação de regimes internacionais: o neorealismo, o neoliberalismo e o construtivismo. Estas teorias explicam a perenidade da NATO e o relacionamento entre as potências do sistema multipolar. As três escolas de pensamento articulam e defendem diferentes perspectivas quanto às suas origens, estabilidade e consequências: o neoliberalismo, fundamentado na concretização de ganhos absolutos e interesses comuns; o neorealismo, nas relações de poder entre Estados no pressuposto de um egoísmo racional com base em ganhos relativos e preocupações de equilíbrio de poder; e o construtivismo no conhecimento causal e social e no relacionamento, entre Estados, balizado por normas de uma comunidade internacional de valores.

No que se refere ao relacionamento dos Estados num sistema internacional multipolar, cenário em que analisamos a China e a Rússia, o argumento e vaticínio realista é de que a anarquia potencia o conflito e problematiza a segurança, constituindo-se como uma das razões para a guerra (Wohlforth, 2008: 135). Entenda-se que o realismo não preconiza a guerra como uma inevitabilidade, mesmo a perspectiva de Kenneth Waltz (1959: 160) a defender que os Estados em anarquia usariam da força para defender os seus interesses, é suavizada, em 1988, com a qualificação de que a principal preocupação dos Estados é a segurança (Waltz, 1988: 616). Assim, a força e os interesses são predominantes na definição da segurança o que nos leva a concluir que esta se constitui como um fator intrínseco do realismo.

A multipolaridade no sistema internacional tem o potencial para promover a cooperação ou competição/rivalidade entre os Estados que adquirem o estatuto de grandes potências. Num sistema multipolar existem mais de duas potências com as capacidades que Kenneth Waltz (1979: 131) identificou como não superáveis: “*size of population and territory, resource endowment, economic capability, military strength, political stability and competence*”. Estas valências conferem aos Estados o potencial para exercer influência, ao nível global, nos aspetos económicos, militares, políticos e sociais (Varisco, 2013). É o que a comunidade internacional receia que venha a acontecer na Ásia Oriental, onde a emergência económica da China e o eventual declínio dos Estados Unidos possa constituir fonte de um eventual desequilíbrio que exponha a competição e rivalidade entre aquela potência e o Japão que, como agravante, diferem na cultura e valores. David Shambaugh (2006: 155) refere que,

através da sua diplomacia, a China tem forjado a recetividade entre os Estados vizinhos, exceto no Japão, para a sua aceitação como potência regional e parceiro construtivo e com ela reforçarem laços de cooperação. Esta atitude, em Estados como o Vietname, Índia, Indonésia, Coreia do Sul e Rússia, contrasta com a anterior, ainda recente, de receio de uma China poderosa e ambiciosa de hegemonia e domínio na região.

Noutra vertente deste sistema internacional multipolar emergente, a Rússia, ao controlar uma quota muito significativa (34%) do abastecimento europeu de gás (Chow, 2013) e a denotar um exponencial crescimento da despesa com a defesa, tem o potencial para se constituir como mais um foco de instabilidade no sistema internacional. A isto acresce a tensão já visível através das negociações para o controlo do preço do gás na Europa, as divergências da Rússia com os Estados Unidos, nomeadamente relativas ao estatuto do Kosovo e defesa antimíssil da Europa e, não menos relevante, o eventual alargamento da NATO a países da área geográfica de influência russa³ (Arbatov, 2007).

O conceito de segurança internacional tem sido expandido nos últimos anos, no sentido de abranger questões que extravasam a perspetiva da defesa militar dos Estados e dos seus interesses e território (Paris, 2001: 87). As Nações Unidas introduziram o conceito de segurança humana, de uma forma abrangente, com as seguintes dimensões: segurança económica, alimentar, sanitária, ambiental, individual, comunitária e política (UNDP, 1994: 24 e 25). No entanto, esta dissertação foca-se na abordagem realista da segurança, tendo o Estado como objeto de referência, num sistema internacional anárquico e com o potencial para a agressão e uso da força na defesa dos seus interesses (Tripp, 2013). Neste pressuposto, iremos basear-nos em Roland Paris (2001: 98 e 99) e adotar como definição de segurança internacional: “as medidas tomadas, pelos Estados ou organizações internacionais, para dissipar as ameaças militares à soberania nacional e a outros atores, nomeadamente sociedades, grupos e indivíduos”.

Um segundo conceito utilizado ao longo desta dissertação é o de segurança cooperativa, onde é assumido que os riscos à segurança não podem ser diferenciados como

³ Países passíveis de aderir à NATO: Geórgia, Ucrânia, Azerbaijão e Moldávia (Arbatov, 2007).

internos e externos ou militares e civis. O termo segurança cooperativa começou a ser utilizado, no final da Guerra Fria, como sinónimo de “medidas de confiança”, com o intento de identificar as ações pelos dois blocos para cedências na legitimidade da defesa dos seus territórios compensadas por maior cooperação na imposição de limitações às operações ofensivas (Steinbruner, 2010: 1). Implícito neste conceito está a certeza de que nenhum Estado, ou grupo de Estados, em isolado, tem a capacidade para ultrapassar os atuais desafios à segurança. Assim, é essencial criar condições de confiança entre os Estados e outros atores do sistema internacional, através da negociação, discussão, cooperação e empenho, no pressuposto de que só é possível obter uma solução estável pela coordenação das ações e efeitos diplomáticos, informativos, militares, económicos, políticos e civis. Adotamos, assim, como definição para o conceito de segurança cooperativa "*any stable solution [...] reached [...] by the actions and effects of the diplomatic, military, economic, political or civilian field [...] combined*" (Instituto Espanhol de Estudos Estratégicos, 2011: 3 e 7). O novo Conceito Estratégico da NATO, aprovado em 2010, assume a segurança cooperativa como uma das tarefas nucleares, no pressuposto de que a Aliança deve empenhar-se na gestão de crises fora das suas fronteiras. A adaptação da NATO (parcerias e alargamento) é igualmente considerada parte da segurança cooperativa, assim como o controlo do armamento, não-proliferação e desarmamento (NATO, 2010a).

Os conceitos de segurança e de multipolaridade, acima identificados, têm uma dimensão política, económica e militar, cujos indicadores incluem: discursos políticos, comunicados e outros documentos oficiais, despesa com a defesa, exercícios e participação em operações e reivindicação de territórios ou espaços, marítimos ou aéreos.

Esta dissertação está estruturada em quatro capítulos, o primeiro dos quais é dedicado ao enquadramento teórico. O segundo, à Aliança Atlântica, tipificando a sua identidade e as áreas que mais a têm relevado, nomeadamente as parcerias, o alargamento e as operações fora de área, e onde é analisada a sua relação com a União Europeia (UE) e com os Estados Unidos. O terceiro capítulo dedicado ao estudo das políticas externas russa e chinesa e, através da análise das suas políticas internas, condicionantes económicas e ambições territoriais, iremos compreender a sua atitude perante a comunidade internacional e as suas motivações para se tornarem potências militares; analisaremos, ainda, a OCX, a qual a Rússia

e a China dinamizam e, que se equaciona quanto à eventualidade de evolução para uma organização de segurança. O quarto capítulo analisa a NATO, a Rússia e a China, num sistema multipolar, com a lógica de defesa dos seus diversos interesses e, eventualmente, com as condicionantes (económicas e militares) impostas pela comunidade internacional para uma vivência pacífica no respeito pelos direitos humanos e lei internacional.

A terminar, concluímos que a NATO, não descurando as suas responsabilidades no âmbito da defesa coletiva, soube adequar-se às novas solicitações do contexto internacional, mantendo-se relevante para a defesa dos interesses dos diferentes Estados membros, constituindo-se como o baluarte de segurança para os Estados que tiveram uma difícil convivência com a União Soviética; e, ainda, demonstrado capacidade e flexibilidade para se relacionar com as demais organizações e grandes potências, nomeadamente a Rússia e China, através do diálogo e cooperação adequada aos diferentes contextos. Por último, constatamos que a OCX, embora de utilidade para a estabilidade da Ásia Central, enferma de confrontações de interesses que a impedem de vir a consubstanciar-se como uma organização congregadora de identidades e contribuinte para a segurança internacional.

Capítulo 1. A NATO e a Multipolaridade do Sistema Internacional à luz das Teorias das Relações Internacionais

Ao longo deste capítulo iremos identificar um conjunto de interações, entre atores, para justificar os regimes internacionais e explicar a persistência da NATO através das teorias neorrealista, neoliberalista e construtivista. Analisaremos, ainda, como os Estados Unidos, a China, a Rússia e o Japão se relacionam num sistema internacional anárquico pautado por uma luta de interesses e de ganhos, com potencial para o ressurgimento de conflitos resultantes de múltiplas disputas territoriais e de interesses políticos e económicos.

No que se refere à NATO, este enquadramento teórico é essencial para a compreensão, genérica e em abstrato, do comportamento dos Estados na obtenção de ganhos, relativos e absolutos, através da adesão a regimes internacionais que, obrigando-os a normas e práticas consentidas, lhes proporcionam oportunidades e os salvagam de riscos e ameaças aos seus interesses ou existência.

1.1. Os Regimes Internacionais – Escolas de Pensamento

Os regimes internacionais são definidos como princípios, normas, regras e procedimentos de tomada de decisões de determinada área das relações internacionais em torno dos quais convergem as expectativas dos atores (Krasner, 2012).

Subsistem três escolas de pensamento para a justificação da edificação de regimes internacionais que articulam e defendem diferentes perspetivas quanto às suas origens, estabilidade e consequências: o neoliberalismo, fundamentado na concretização de ganhos absolutos e interesses comuns, o neorrealismo alicerçado nas relações entre Estados no pressuposto de um egoísmo racional com base em ganhos relativos e equilíbrios de poder, e o cognitivismo ou estruturalismo, que advoga o conhecimento causal e social para o relacionamento entre Estados, balizado por normas de uma comunidade internacional de valores (Hasenclever, et al., 2000: 5 e 6 e Schimmelfennig, 1998: 199 e 200).

1.1.1. Neoliberalismo

Enquanto para o realismo o Estado é central às Relações Internacionais, o neoliberalismo, embora também reconhecendo a sua importância considera outras forças jurídicas, internas ou externas, que são influentes no comportamento dos Estados no sistema internacional, nomeadamente os pactos e as normas decorrentes das instituições multilaterais e regimes internacionais (Castro, 2012: 338). A anarquia, o Estado, a paz, a democracia, a cooperação, a interdependência e o progresso, são termos utilizados de forma comum na teoria fundadora das Relações Internacionais – o liberalismo, tendo os seus defensores acrescentado o conceito de regimes internacionais ao léxico desta disciplina, instituições onde a cooperação é formalizada. O neoliberalismo aceita as premissas básicas do liberalismo e enfoca as funções das instituições e organizações na política internacional (Daddow, 2009: 69 e 97). Na prática, o neoliberalismo institucional pressupõe a normalização da conduta externa do Estado através da ação multilateral das instituições e regimes internacionais e é uma afirmação da boa-fé e transparência da ação democrática, fundamentando-se na participação empenhada dos Estados nos *fora* multilaterais (Castro, 2012: 356). Para Geoffrey M. Hodgson (2006: 18), que analisa em detalhe as relações nas estruturas sociais, “*institutions are systems of established and embedded social rules that structure social interactions*”.

Para os neoliberais os Estados são “egoístas racionais” preocupados com os seus ganhos, em termos absolutos, e desconfiados quanto à fiabilidade dos seus parceiros de cooperação (Hasenclever et al., 2000: 7). Segundo Keohane (2005: 97), para os governos, os regimes internacionais são de extrema utilidade na consecução de objetivos que, de outra forma, seriam de difícil concretização, mormente ao facilitar e incentivar acordos de mútuo benefício e difundir informação fiável entre os membros, evitando uma miríade de acordos bilaterais. Depois de implementadas, as instituições internacionais tornam-se resilientes porquanto, embora imperfeitas, são preferíveis a múltiplos acordos substitutos e, atendendo a que constituem o resultado de fortes investimentos políticos irrecuperáveis ou inconvertíveis, os Estados preferem mantê-las seguindo as normas e regras acordadas (Hasenclever et al, 2000: 8).

Os neoliberais perspetivam a NATO diferenciadamente de outras alianças, principalmente pela sua institucionalização através de normas e regras bem definidas e

interiorizadas, obrigatoriedade de envolvimento nos processos de decisão, integração de nacionais nas estruturas civis e militares e, ainda, pela promoção de relações estáveis entre os Estados membros evitando a competição pela segurança entre eles (Barany e Rauchhaus, 2011: 290). Ao longo dos tempos e para os diferentes aliados, a NATO foi perspectivada com diferentes propósitos. Na década de 1950, para os europeus, o artigo 5º do Tratado do Atlântico Norte, com a garantia da defesa coletiva, revestia-se da maior importância mas, para os americanos e canadianos, o artigo fundamental era o 2º que apela ao “*further development of peaceful and friendly international relations by strengthening their free institutions*” e “*by promoting conditions of stability and well-being [...] to eliminate conflict in their international economic policies and will encourage economic collaboration between any or all of them*” (NATO, 1949).

Com o fim da Guerra Fria, muitas das funções da NATO continuam relevantes, tais como assegurar o “ancoramento” da Alemanha à Europa Ocidental e a permanência militar dos Estados Unidos para assegurar a estabilidade no velho continente pelo que, tanto pelos motivos que estiveram na sua génese como pela permanente necessidade de um instrumento para a divulgação e coordenação das políticas de defesa, os europeus continuam a ter na NATO um *fórum* de discussão e de informação, que confere ampla transparência sobre as suas intenções, capacidades militares e programas de reequipamento (Barany e Rauchhaus, 2011: 290).

Assumindo que não é de todo desejável para os Estados reverter a um processo *ad hoc* de resolução de questões através de esforços bi ou multilaterais, várias opções organizacionais são possíveis. No entanto, os aliados expressam a sua preferência pela manutenção do *status quo*, promovendo a adaptação da NATO ao novo contexto internacional em detrimento de adotar outra instituição de maior ou menor abrangência, nomeadamente a Organização para a Segurança e Cooperação na Europa (OSCE) ou a UE, para nelas verter as funções institucionais acima referidas. Assim, para os neoliberais, as instituições são preferíveis à coordenação *ad hoc* dos processos, relevando como vantagem, a redução das incertezas e dos custos de transação. Assinalam, ainda, que a manutenção e adaptação das instituições existentes são preferíveis à implementação de outras, face aos elevados riscos e

custos de investimento e, sobretudo, pelas dificuldades de justificação perante a ausência de uma ameaça credível e visível (Barany e Rauchhaus, 2011: 291).

Segundo Frank Schimmelfennig (1998: 203 e 204), na perspectiva neoliberal, a crescente interdependência entre os Estados faz com que o poder militar perca a sua eficácia na obtenção de dividendos na política internacional. Por outro lado, a sobrevivência deixou de se constituir como a principal preocupação dos Estados, pelo que a sua segurança já não é o almejado benefício pela adesão ou expansão das organizações internacionais mas sim, ao invés, a preocupação de obtenção de ganhos absolutos, de bem-estar e económicos, em condições de interdependência e cooperação nas mais variadas áreas. É o caso da NATO, onde os aliados e candidatos à adesão esperam não só obter ganhos de segurança mas igualmente outros, políticos e económicos, que advêm da sua integração. É óbvio que a avaliação da ameaça à sobrevivência do Estado é uma consideração importante, mas não a única, o que complica substancialmente a análise do sistema internacional através do neoliberalismo, relativamente ao neorealismo.

1.1.2. Neorealismo

As premissas centrais do realismo clássico, na ótica de Tucídides, Maquiavel e Hobbes, são os elementos de sobrevivência – poder, medo e anarquia internacional – centradas nas características do ser humano – medo, poder e ambição – numa lógica de ganhos calculados, de domínio e de glorificação para os fenómenos internacionais (Castro, 2012: 310). Após a criação de Estados soberanos, com autoridade e poder, responsáveis pela proteção dos seus cidadãos, tanto de problemas internos como de ameaças externas, são estes que passam a refletir o “estado da natureza” e a anarquia dentro do Estado é substituída pela anarquia internacional (Daddow, 2009: 83). Para os realistas, a interação dos Estados soberanos em anarquia internacional leva-os a competir tornando a segurança problemática (Wohlforth, 2001: 216).

Por outro lado, constata-se que a posse do poder e domínio de um Estado sobre os demais é assumida com plena percepção de impunidade dos atos praticados (Castro, 2012: 311). Anthony Lang sintetiza esta ideia da seguinte forma:

Realists are either amoral analysts of the international system who focus only on power or immoral Machiavellians who see nothing wrong with using violence and deception to advance the national interest (2007: 18).

Thalles Castro (2012: 316) refere que, como tese principal do realismo, o cenário internacional é incerto e moldado pelo poder, força e interesse, persistindo um conflito particularmente tenso entre o individual, o coletivo e o hegemónico. O Estado é um produto dos seus políticos e atua racional e autonomamente num sistema de Estados soberanos, onde os interesses podem conflitar, estar em sintonia ou serem harmonizados. Os elementos do poder de um Estado dependem da vontade nacional, da eficácia diplomática e da sua legitimidade – apoio popular. O poder é habilmente exercido, quando através dele são promovidas regras internacionais de comportamento e alterados ou influenciados os interesses nacionais e os valores dos outros, ressaltando que os Estados interagem pautados por normas e no âmbito de instituições vigentes no contexto internacional que regulam os interesses nacionais e condicionam a anarquia (Castro, 2012: 317-322).

Para o realismo neoclássico o sistema internacional vive num estado latente de anarquia na ausência de um governo central supranacional com capacidade de aplicar as normas de conduta e fazer cumprir as regras internacionalmente estipuladas (Castro, 2012: 325). Segundo a teoria de equilíbrio do poder de Kenneth Waltz (1979: 204), um sistema internacional bipolar torna-se mais estável de que um multipolar dado que “*with only two great powers, both can be expected to act to maintain the system*”, o que foi evidente durante a Guerra Fria por ser do interesse das duas potências manter um estável equilíbrio de poder. Waltz é considerado o sucessor de Morgenthau e precursor do neorealismo e, segundo ele, a cooperação num sistema bipolar é facilitada por um cenário anárquico com uma distribuição irregular de poder (Castro, 2012: 326-328). O final da Guerra Fria foi uma surpresa generalizada e a ausência de antevisão dum evento desta dimensão por qualquer das teorias das RI, provocou um intenso debate, no seio desta comunidade, questionando a validade das diferentes teorias. A escola de pensamento realista foi particularmente posta em causa (Cox, 2007: 167).

O neorealismo assume que o sistema internacional é anárquico constituindo a principal preocupação dos Estados a sua sobrevivência e autonomia, pelo que o poder militar é de primordial importância. Os Estados, embora atreitos a alianças por estas lhes diminuïrem

a liberdade de ação, formam-nas em caso de incapacidade própria para a manutenção da sua segurança, em situações de desequilíbrio da estrutura de poder (Schimmelfennig, 1998: 202).

Para os neorealistas, a cooperação entre Estados fomentada pelos regimes é uma realidade. Segundo eles, a distribuição de capacidades entre os vários atores afeta criticamente a perspectiva de emergência e persistência de um regime numa dada área de interesse. A teoria de estabilidade hegemónica define os regimes como bens públicos internacionais cuja liderança carece de um ator dominante – *hegemon* – que incentiva os Estados membros. Segundo esta teoria os regimes não subsistem na ausência de um líder forte. Admite, no entanto, que após o dissipar da superioridade do Estado motivador, fatores como a inércia, hábitos ou receio de instabilidade inerente à mudança, levem à persistência dos regimes já implementados (Hasenclever et al., 2000: 9).

Segundo Barany e Rauchhaus (2011: 288-290) as alianças são formadas para equilibrar poderes ou fazer face a ameaças externas, pelo que, no final da Guerra Fria os realistas, de forma pessimista, vaticinaram que a NATO se iria dissolver ou eventualmente tornar irrelevante no sistema internacional. A argumentação aduzida atribuía às alterações nos equilíbrios de poder e ao desaparecimento da ameaça externa, a perda de incentivo entre os aliados para criar os consensos políticos necessários, o que faria questionar a liderança e repartição de custos. O final da Guerra Fria fez dos Estados Unidos a única superpotência no sistema internacional o que, segundo esta lógica, causaria tensões no interior da Aliança e os Estados iriam confrontar o *hegemon*, independentemente de este manter a sua preeminência sem coerção e com base na benevolência. Assim, para muitos realistas, o fim da NATO seria apenas uma questão de tempo. No entanto, passados mais de vinte anos em que a NATO persistiu, adaptando-se ao novo contexto internacional, leva a que o neorealismo seja perspetivado, por Waltz e outros neorealistas, numa forma mais moderada caracterizando esta Aliança, não só numa vertente militar tradicional mas também como uma garantia de segurança conferida por um tratado.

Para as teorias racionalistas as instituições multilaterais constituem-se como soluções para os dilemas da interação estratégica entre os Estados (Song, 2013: 3), sendo caracterizadas pelos princípios da indivisibilidade, de que é exemplo a defesa coletiva, da não discriminação, o que implica igual tratamento de todas as partes, e da reciprocidade, de onde advém o

equilíbrio nas suas relações. Os Estados são egoístas e integram o multilateralismo apenas quando tal é de conveniência para os seus interesses (Martin, 1992: 767). Num jogo de persuasão, em que os Estados são confrontados com diversas configurações de poder e interesses, é condição suficiente que subsista assimetria de poder para que o Estado dominante tenha a capacidade de liderar a cooperação. Quando um *hegemon*, com motivação e capacidade, prefere o multilateralismo, assume contribuir com bens públicos e perder controlo sobre decisões de carácter imediato em troca da liderança de um *fórum* capacitado para fomentar decisões com impacto a longo prazo (Song, 2013: 3). Contrariamente aos neoliberais, para os realistas os regimes internacionais são de difícil implementação e manutenção, sendo que os equilíbrios dos ganhos esperados são fulcrais para a sua estabilidade, evitando o advir de perdas relativas (Hasenclever et al., 2000: 9 e 10).

Na mesma linha, Schimmelfennig (1998: 198-200) argumenta que as teorias racionalistas explicam a razão para os Estados quererem aderir à NATO mas dificilmente poderão explicar a razão para esta organização demonstrar abertura para novas adesões. Na sua perspetiva, as explicações racionalistas e construtivistas devem ser combinadas, reconhecendo que a aproximação construtivista proporciona, às racionalistas, o quadro indispensável para a compreensão do alargamento da NATO.

1.1.3. Construtivismo

The significance of states relative to the multinational corporations, new social movements, transnationals, and intergovernmental organizations is clearly declining [...] But I also believe, with realists, that in the medium run sovereign states will remain the dominant political actors in the international system (Wendt, 1992: 424).

O construtivismo perceciona as organizações internacionais como agregadoras e formadoras de identidades, valores e interesses, com capacidade de influenciar os propósitos dos governos dos Estados membros e de expandir a comunidade através da “disseminação de princípios e preceitos” (Schimmelfennig, 1998: 211).

O final da Guerra Fria assinala o início de um sistema internacional multipolar, particularmente marcado pela reunificação alemã, conflitos étnicos na periferia europeia e emprego do poder bélico americano. A NATO sobrevive a esta transição para um novo

cenário internacional e assume renovada relevância como elemento pacificador e agregador de Estados empenhados em assumir a identidade e valores ocidentais (Bueno, 2006).

O construtivismo emerge neste contexto do final e pós-Guerra Fria, envolvido no quarto debate⁴ das Relações Internacionais, apresentando alternativas às teorias racionalistas então vigentes, fundamentadas numa metodologia positivista que, embora aceitando as complexidades do mundo social, preferem medir e analisar o que é observável. Os construtivistas dão prioridade ao estudo interpretativo e subjetivo e à crença de que os valores não podem ser separados da observação (Benneyworth, 2011). Os argumentos esgrimidos para o construtivismo remontam a Kant (federações pacíficas de Estados) e Karl Deutsch (comunidades pluralistas de segurança). Enquanto estas antigas correntes enfocam a forma como as democracias podem criar federações ou instituições internacionais, o construtivismo denota especial interesse na análise de como as instituições internacionais modelam as preferências do Estado, tal como no caso da NATO, através da difusão de um conjunto de normas facilitadoras de aprendizagem (Barany e Rauchhaus, 2011: 291). O construtivismo analisa o problema agente-estrutura, sendo que, para esta teoria, o termo “agente”⁵ denota uma capacidade de ação que é muito própria a esta teoria e, a “estrutura”, o meio ou sistema social onde subsistem as condições materiais, interesses ou ideias, que interagem através de um conjunto de relações entre os agentes e com a estrutura (Castro, 2012: 387). Os construtivistas recusam que o mundo seja pré-determinado, mas sim edificado pela interação dos agentes num processo dinâmico que constrói os seus interesses e as preferências. A identidade de um agente afeta as suas preferências e propósitos mas, aquela e os interesses são moldados pelo que ele faz (Chernof, 2007: 144).

Sem discutirmos outros níveis de analogia, o agente representa o Estado, onde é evidente a capacidade de ação, e a estrutura o sistema internacional que se constitui como o meio ambiente onde se dá a intensa e complexa interação com, e entre, os Estados. É neste

4 Os “Grande Debates” nas RI são genericamente aceites como sendo quatro: Realismo vs Liberalismo, Tradicionalismo vs Behaviorismo, Neorealismo vs Neoliberalismo e Racionalismo vs Refletivismo (Benneyworth, 2011).

5 Entende-se que o “agente” é constituído pelas instituições, burocracias e povo de um Estado (Chernof, 2007: 42).

meio onde se revelam as limitações inerentes a cada um destes atores, nomeadamente os constrangimentos do Estado pela estrutura internacional e a influência desta na política interna. No entanto, é possível criarem-se dinâmicas por reciprocidade de interesses que levam a uma interação bem estruturada e harmoniosa, entre o Estado e o sistema internacional (Castro, 2012: 385-387).

No referente à segurança internacional, o construtivismo aproxima-se do realismo e, embora considerando a importância de outros atores, o Estado é entendido como o único agente capaz de promover mudanças na estrutura política internacional. Segundo Alexander Wendt (1992: 392), o importante nesta teoria é perceber como as ideias influenciam a construção de identidades e como estas levam os atores a definir os seus interesses. Os racionalistas argumentam que são as instituições e os processos que alteram os comportamentos dos Estados e não as identidades e os interesses. O artigo de Wendt "*Anarchy is what States Make of It: The Social Construction of Power Politics*", publicado em 1992, acelerou e elevou a discussão já iniciada, em 1989, com Nicholas Greenwood Onuf, primeiro autor a introduzir o termo "construtivismo", através do seu livro "*World of our Making*" (Behraves, 2011), levando a comunidade das Relações Internacionais a conferir renovada relevância ao construtivismo social. Wendt (1992: 405) defende que as ameaças sociais são construídas e não naturais e a compreensão das identidades e dos interesses é essencial para explicar o comportamento dos Estados, assim como o resultado da sua interação no sistema internacional (Wendt, 1992: 393), ou seja, "*identities and interests are constituted by collective meanings that are always in process*" (Wendt, 1992: 407). Segundo ele, o desenvolvimento de uma identidade coletiva é um pressuposto para a constituição de interesses comuns (Bueno, 2006).

O processo de implementação de instituições leva os Estados a aprender a cooperar e reconstruir os seus interesses em função do compromisso em assumir determinadas normas sociais e, com o tempo, a interdependência desses Estados, pelos benefícios, evolui para um interesse coletivo em torno dessas normas. Será o caso da NATO em que o colapso da União Soviética não foi suficiente para a desintegrar, argumentando Wendt (1992: 417) que "*[...] four decades of cooperation may have transformed a positive interdependence of outcomes into a collective 'European identity' [...]*" que pauta os interesses dos aliados. Outros

construtivistas acentuam o caráter social nas relações internacionais, relevando o conhecimento das normas e a compreensão de si e do outro, rejeitam que os Estados sejam atores racionais e assumem que estes são moldados pelas instituições internacionais e vice-versa. Estes construtivistas argumentam, ainda, que a exposição prolongada à cooperação afeta a forma de perceber e a imagem dos demais membros, incluindo a preferência pelo interesse coletivo em detrimento do individual, atribuindo uma maior eficácia e robustez às instituições internacionais do que as teorias realistas ou neoliberais (Hasenclever et al., 2000: 11).

Na perspectiva de Barany e Rauchhaus (2011: 287-292) o construtivismo estaria em melhores condições para prever e sustentar o processo de adaptação da NATO no período pós Guerra Fria. No entanto, esta teoria, embora não tenha vaticinado o desaparecimento da Aliança, também nada previu quanto ao seu rejuvenescimento, argumentando, assim, estes autores que apenas a combinação do neo-realismo, neoliberalismo e construtivismo possibilitam uma explicitação coerente para a compreensão da adaptação da NATO ao novo contexto internacional.

1.2. O Neorrealismo no atual Sistema Multipolar

O mundo tornou-se multipolar através de um conjunto de circunstâncias, tais como a emergência econômica e militar da China; a NATO, que se mantém o bastião militar da segurança Ocidental; a integração política da Europa e a implementação da sua Política Comum de Segurança e Defesa (PCSD); a Rússia com apetência pela projeção de poder nos países da sua influência, riqueza em petróleo e gás natural e poder nuclear; o Japão com enorme poder econômico e potencial para se remilitarizar; e os Estados Unidos que, embora cedendo a sua unipolaridade por problemas econômicos e excesso de empenho, ainda apresentam a melhor combinação de poderes econômico, militar e diplomático. Acresce que, este sistema internacional multipolar carece de uma estrutura que fomente e mantenha a estabilidade global, muito devido à atitude americana de isolacionismo nas intervenções militares, uma Europa com “várias vozes” e uma Rússia e China relutantes em aceitar as

regras e normas da ordem ocidental (Zemenides, 2011). Assim, iremos nos próximos parágrafos qualificar, à luz do neorrealismo, o desempenho das potências identificadas.

1.2.1. A China, o Japão e os Estados Unidos

De acordo com a teoria neorrealista a interação dos Estados em anarquia promove a competição e problematiza a segurança internacional, sendo que os realistas ofensivos sustentam uma apetência para a expansão e os defensivos qualificam que tal só é explicável se referenciado por fatores endógenos desses Estados (Wohlforth, 2001: 216),

O evoluir de acontecimentos no Mar da China Oriental constitui o ressurgir do passado conflituoso entre a China e o Japão, no qual este último denotou um comportamento imperialista e hegemónico procurando exercer o domínio da região, culminando na Guerra Sino-Japonesa, entre 1937 e 1941⁶. Esta histórica agressão política e militar, por um Estado ambicioso pelo domínio dos demais, está alinhada com a teoria neorrealista das RI e, após este precedente, é compreensível o receio de que as disputas territoriais entre estes dois Estados possam conduzir a uma eventual escalada de provocações indiciando o eventual uso da força para a consagração dos interesses postulados. A China, após ter ultrapassado o Japão como potência económica, parece agora empenhada numa política mais agressiva para retomar a soberania sobre as ilhas Senkaku/Diaoyu (Cabral, 2010).

Segundo o neorrealismo, e como postulado por Waltz, é recorrente os Estados promoverem o reequilíbrio de poderes:

From the theory, one predicts a strong tendency toward balance in the system. The expectation is not that a balance, once achieved, will be maintained, but that a balance, once disrupted, will be restored in one way or another. Balances of power recurrently form. Since the theory depicts international politics as a competitive system, one predicts more specifically that states will display characteristics common to competitors: namely, that they will imitate each other and become socialized to their system (Waltz, 1979: 128).

Nesta perspetiva extremada do neorrealismo, o Japão irá crescer militarmente para reequilibrar o poder do Estado preponderante na região, independentemente de este constituir, ou não, uma ameaça. Noutra vertente, o neorrealismo pós-clássico postula que o equilíbrio de

⁶ Após o ataque japonês a Pearl Harbor, em 1941, a guerra Sino-Japonesa foi absorvida pela Segunda Guerra Mundial na frente do Pacífico. O Japão manteve-se na China até setembro de 1945 (Dongyu, 2014: 69).

poderes tem grandes custos económicos, pelo que tal só se verificará se existir uma elevada probabilidade de o Estado vir a ser militarmente ameaçado (Brooks, 1997). No que se refere a grandes potências do passado, é evidente que a Alemanha mantém como prioridade o crescimento da sua economia em detrimento da sua capacidade militar. No entanto, o Japão está envolvido noutra contexto de segurança, face às disputas territoriais que mantém com os vizinhos, nomeadamente a China. A Ásia aparenta ser uma região onde se disputa a hegemonia entre as antigas potências imperiais, a China e o Japão, mas onde estão igualmente envolvidos os Estados Unidos, a Índia, a Coreia do Sul e a Rússia. Embora o expansionismo chinês seja predominantemente económico, dentro da Ásia assume igualmente uma ambição hegemónica militar e, numa perspetiva realista, a China tem aumentado desmesuradamente a despesa com a defesa para aumentar o seu poder (ver Anexo 1), no sentido de angariar uma posição de força e imunidade a qualquer ameaça na região. Por outro lado, os Estados Unidos, ao reforçarem militarmente o Comando do Pacífico e ao fornecerem armas ao Japão, Taiwan e Coreia do Sul, demonstram a sua preocupação em promover o equilíbrio de forças na região e a contenção da China (Cintra, 2012).

Se atentarmos na ausência ou limitado aumento da despesa com a defesa dos Estados vizinhos, em comparação com o abrupto aumento na China, é-nos difícil compreender este comportamento à luz do neorealismo. Segundo esta teoria, num sistema anárquico os Estados mais fracos seriam levados a equilibrar os mais fortes através do aumento das suas capacidades militares e/ou de alianças e não a estreitar os laços comerciais com a potência em emergência – a China – como ilustrado nos Anexos 2 e 3 (Kelly, 2007: 27). Para David Shambaugh (2004: 85) o investimento direto e o comércio com a China têm constituído um fator de desenvolvimento na região, pelo que os Estados asiáticos apostam no crescimento e estabilidade económica chinesa. Além disso, a China não é perspetivada como uma ameaça à segurança regional dado não ter um historial expansionista. Nos últimos 2.500 anos o sistema imposto sobre os Estados vizinhos foi o de tributo que, embora possa ser apelidado de hegemónico, não é baseado na coerção (Shambaugh, 2004: 95).

O comportamento neorrealista é explicado pelo empenho norte-americano na estabilidade e equilíbrio de forças na região que, ao celebrar acordos bilaterais de defesa com cada um dos Estados, lhes oferece uma garantia de segurança para a eventual ameaça

configurada pela emergência militar da China e, em simultâneo, lhes permite manter uma intensa e proveitosa atividade comercial com este país (Kelly, 2007: 28-31). Esta estratégia de acordos e alianças de defesa desagrada sobremaneira à China, tal como evidenciado no final da década de 1990, quando apelou ao término de todas as alianças internacionais com o argumento de serem desnecessárias e constituírem um legado da Guerra Fria. Este apelo não teve eco nos Estados da região que defenderam firmemente os seus laços de segurança com os Estados Unidos (Shambaugh, 2004: 70).\

A China, após uma rápida ascensão económica está num acelerado crescimento das suas capacidades militares para equilibrar o poder norte-americano. Assim, a teoria realista é útil para a compreensão do contexto de segurança na Ásia Oriental, porquanto tendo em conta o legado histórico e cultural de relacionamento entre os Estados na região, o equilíbrio de forças é concretizado pelas diferentes alianças e acordos bilaterais de defesa, todos eles com um elo comum – os Estados Unidos (Kelly, 2007: 35).

1.2.2. A China, a Rússia e os Estados Unidos

No passado recente, o sinal mais visível na aproximação sino-russa foi a implementação da OCX, com a finalidade de combater o terrorismo e separatismo e enfatizar a soberania de cada um dos Estados membros, como norma incontornável da política internacional (Flikke, 2013: 33). Em julho de 2006, a China e a Rússia, numa declaração conjunta, afirmaram o seu propósito de se constituírem parceiros estratégicos permanentes e a sua firme oposição ao unilateralismo e hegemonia global norte-americana, instando ao abandono de blocos de confrontação (Hyodo, 2005: 182). No entanto, a partir desse mesmo ano, a declarada “parceria estratégica”, entre os dois Estados, embora de forma disfarçada, começou a ser relativamente problemática com o emergir de animosidades russas pela incapacidade de ser acordado um mecanismo para determinar o preço do petróleo, pela reprodução de armamento russo vendido à China que esta copia, fabrica e comercializa no mercado internacional, competição para uma posição dominante na Ásia Central e, ainda, o aumento do produto interno bruto (PIB) chinês que quadruplicou, em 2010, em relação ao russo (Flikke, 2013: 34).

Moscovo entendeu que o mundo já é multipolar e que as ações unilaterais americanas deixaram de ter a dimensão dos últimos anos, pelo que a sua preocupação regional passou a ser equilibrar e conter a China que denota uma rápida emergência como potência militar e exerce uma crescente influência na sua parte oriental, mormente devido ao acentuado declínio demográfico nesta área. Neste sentido a Rússia tem declinado cooperar com a China para a resolução das disputas territoriais pendentes, com o Japão, no Mar da China Oriental e tem vindo a estreitar a cooperação e laços estratégicos com a Índia, tradicional rival chinês, e o Vietname, que mantém disputas territoriais com a China (Akimoto et al., 2013: 271 e 272).

A falta de confiança noutros atores do sistema internacional e a ameaça aos seus interesses legítimos tem constituído retórica recorrente na política externa russa. A teoria do realismo clássico associa as anteriores condições à prioridade dos interesses nacionais, num sistema anárquico no qual o Estado age isoladamente para garantir a sua segurança e a consecução daqueles interesses. Para o efeito, o poder militar constitui-se como um dos principais instrumentos da política externa, e a Rússia, ao invadir a Geórgia, em 2008, demonstrou a sua determinação na defesa do que considera ser os seus interesses exclusivos (Wieclawski, 2011: 172).

O realismo estrutural releva a tendência para os atores mais influentes imporem regras aos demais, o que explica o empenho russo em participar nas instituições multilaterais. Permite, ainda, a análise da distribuição do poder no sistema internacional como ilustrado pelo alargamento da NATO até às fronteiras com a Rússia, até aí transpondo a presença dos Estados Unidos, e a presença militar deste Estado nos países da Ásia Central, como parte integrante da sua operação no Afeganistão, inicialmente acordada com Vladimir Putin e, mais tarde hostilizada como prejudicial aos interesses russos (Wieclawski, 2011: 172 e 173).

No entanto, a dependência económica dos preços do petróleo e gás, assim como a alarmante tendência demográfica negativa, faz com que a Rússia modere a sua ambição hegemónica e delimite a sua área de influência ao espaço geográfico correspondente à antiga União Soviética (Wieclawski, 2011: 175). O que deixa a China como a segunda potência no sistema internacional multipolar.

A Ásia Central é de extrema importância para a China, principalmente para a estabilidade da sua província de Xinjiang onde persistem conflitos étnicos e separatistas protagonizados pelos Uyghur e, não menos relevante, para a economia chinesa carente de energia. A hipótese de os Estados Unidos, através da implementação de bases militares, estarem a procurar uma posição hegemónica para o acesso à energia e de contenção à China, levou a que esta tenha procurado, sub-repticiamente, minar a presença americana na Ásia Central (Blank, 2004). Este sentimento, em relação aos Estados Unidos, é potenciado pela implementação de um Centro de Trânsito Aéreo no Aeroporto de Manas⁷, no Quirguistão, pela duradoura ligação com o Japão, Coreia do Sul e Taiwan e o reforço das relações de segurança com a Índia, o que a China entende ser um cerco por forças e alianças destinadas à sua contenção (Weitz, 2013a: 89).

Através dos exercícios que têm decorrido no âmbito da OCS, é possível aferir que militarmente a China tem evoluído de uma postura estática defensiva para uma expedicionária, alicerçada em forças de reação rápida, não só para uma possível intervenção em Taiwan mas também em toda a sua periferia, incluindo no Xinjiang e na Ásia Central (Blank, 2004). Outro cenário deduzido seria a ocupação militar da Coreia do Norte, em conjugação com a Rússia, se o regime de Pyongyang viesse a colapsar. Esta ocupação poderia ser justificada pela necessidade de proteger o armamento nuclear norte coreano, impedindo que caia nas mãos de criminosos ou terroristas e, não menos relevante, prevenir uma provável intervenção dos Estados Unidos e a inerente maior aproximação de forças americanas às suas fronteiras (Weitz, 2013a: 97).

Através da lógica do realismo ofensivo, é perceptível que a China tem procurado aumentar a sua capacidade militar, incluindo através da modernização das suas forças, de forma a potenciar a resposta às situações que definiu como ameaças à sua soberania e interesses territoriais, sem sofrer pressões de outras potências (Cintra, 2012). Assim, continua em aberto determinar se a emergência da China irá incluir o uso da força para resolver as suas disputas territoriais (Fravel, 2010: 506). Na ótica realista é argumentável que a China, aumentando o seu poder, irá procurar proteger os seus interesses de uma forma mais assertiva,

⁷ O Centro de Trânsito Aéreo no Aeroporto de Manas irá encerrar em 2014 (Carroll, 2013).

o que teria como consequência a reação americana e dos Estados da região para equilibrar o seu potencial. Esta argumentação poderá ser esgrimida com a recente escalada na disputa territorial no Mar da China Oriental, incluindo o alargamento da sua Zona de Identificação para a Defesa Aérea (ZIDA), e a aproximação dos Estados Unidos à Índia (Glaser, 2011: 80). No entanto, a utilização da força por parte da China para ocupar território na região, iria forçar o Estado dominante, os Estados Unidos, a ripostar em apoio de um seu aliado ou Estado democrático (Fravel, 2010: 507-509).

Na perspetiva de Yan Xuetong, na comunidade académica chinesa é consensual que a China deve alterar a sua política externa e formar alianças para se tornar uma superpotência, em contraste com a política iniciada em 1982 que avoca os “cinco princípios para uma coexistência pacífica”⁸ e, nesse sentido, deve pugnar por se tornar uma “autoridade humana”⁹ onde a moral, no realismo, constitui uma importante parte do poder. Para Xuetong, na estratégia dos “24 caracteres”¹⁰ de Deng Xiaoping, o princípio de “manter um perfil discreto” revela-se completamente obsoleto (Creutzfeldt, 2012: 4-7).

1.3. A NATO, a OCX e o Sistema Multipolar

Ao longo deste capítulo, através das teorias racionalistas e do construtivismo, aduzimos argumentação para a persistência da NATO e analisámos o comportamento dos Estados Unidos, Rússia, Japão e China num sistema internacional anárquico e multipolar.

⁸ Os cinco princípios para uma coexistência pacífica constam de um acordo assinado entre a China e a Índia, em 1954, e são: respeito mútuo pela soberania e integridade territorial, não-agressão mútua, não-ingerência nos assuntos internos dos outros estados, igualdade, e benefício mútuo (relações *win-win*) (ONU, 1958: 70 e Mendes, 2010: 41).

⁹ A “autoridade humana” tem por base o poder político e material, necessita de um eficiente sistema político para mobilizar os recursos internos e externos e pressupõe que uma superpotência tenha mais amigos e receba mais apoio internacional que os demais (Creutzfeldt, 2012: 4-7).

¹⁰ A estratégia dos 24 caracteres de Deng Xiaoping consiste em: “*observe calmly; secure our position; cope with affairs calmly; hide our capacities and bide our time; be good at maintaining a low profile; and never claim leadership*” (Creutzfeldt, 2012: 7)

Os neoliberais justificam a persistência da NATO pela sua institucionalização, o que pressupõe a inerente normalização da conduta externa dos Estados e a transparência das suas ações pela participação empenhada nos *fora* multilaterais. A escola neorrealista, de que Kenneth Waltz foi o precursor, assume as alianças entre os Estados como uma consequência da incapacidade própria para a manutenção da sua segurança em situações de desequilíbrio da estrutura de poder. Os neorrealistas mais moderados, caracterizam a Aliança na vertente militar e como um tratado de garantia, o que lhe permitiu sobreviver ao final da Guerra Fria e manter a relevância no cenário internacional (Barany e Rauchhaus, 2011: 290). O construtivismo emerge, na década de 1990, com alternativas às teorias racionalistas. Para os defensores desta corrente, através das instituições como a NATO, os Estados aprendem a cooperar, por interesse coletivo, em torno de normas, criando uma identidade comum (Chernof, 2007: 144).

Os neorrealistas argumentam que através do alargamento da NATO, os Estados Unidos tiraram partido da vitória na Guerra Fria, na Europa, fazendo recuar a área de influência russa e, ainda, noutra vertente, que os países do leste europeu preencheram as suas expectativas de segurança face às memórias de um passado recente marcado pelo vizinho russo, que atualmente denota um recrudescimento de agressividade. Para os neoliberais e construtivistas, a NATO é uma construção política que ganhou iniciativa e capacidades. Para os primeiros esta realidade é explicada pelos custos de transação; os segundos argumentam com a causalidade derivada da partilha de normas e identidade (Barany e Rauchhaus, 2011: 301).

Se a NATO é explicada pelo racionalismo e construtivismo, o sistema multipolar é melhor argumentado pelo realismo. Num sistema internacional anárquico, para os realistas, os Estados são os únicos atores que prevalecem. As organizações internacionais servem uma finalidade e são implementadas e substituídas quando oportuno. Neste sistema, os Estados são entidades focadas nos seus interesses e “*at a minimum, seek their own preservation and, at a maximum, drive for universal domination*” (Waltz. 1979: 118). Tal condição, num sistema com estas características, provoca uma sensação de insegurança nos demais Estados e, como consequência:

They are driven to acquire more and more power in order to escape the impact of the power of others. This, in turn, renders the others more insecure and compels them to prepare for the worst. Since none

can ever feel entirely secure in such a world of competing units, power competition ensues, and the vicious circle of security and power accumulation is on (Herz 1950: 157).

Os Estados são, assim, envoltos no que Hertz apelidou de dilema da segurança, também conhecido, na comunidade realista, como a espiral de insegurança. No entanto, é crença dos realistas ser possível minimizar este dilema através do equilíbrio de poderes e, como Waltz (1997: 915) argumenta, “*faced with unbalanced power, states try to increase their own strength or they ally with others to bring the international distribution of power into balance*”. Neste entendimento, a coexistência entre os Estados pressupõe o equilíbrio de poderes e cooperação, na medida do necessário, para a obtenção de ganhos absolutos. Neste sentido, subsiste a tendência para equilibrar concentrações de poder ou Estados com intenções hegemónicas. No entanto, como justificado através da modificação da teoria do equilíbrio do poder pela do equilíbrio da ameaça, só com Estados fortes e de comportamentos agressivos os mais fracos são incentivados a equilibrar o seu poder (Pape, 2005: 19).

Para a análise do comportamento dos Estados no sistema internacional multipolar evidenciamos duas regiões que se relevam por serem palco de disputas territoriais e de interesses: o Mar da China Oriental, onde interagem a China, o Japão e os Estados Unidos; e a Ásia Central, onde são predominantes a China, a Rússia e, igualmente, os Estados Unidos. Numa perspetiva neorrealista, o aumento do poder da China confere-lhe maior relevância para reclamar os seus interesses nos territórios em disputa, mas os Estados Unidos demonstram-se empenhados em conter, pela presença militar e alianças, quaisquer intenções hegemónicas chinesas (Fravel, 2010: 507-509).

No Mar da China Oriental tem vindo a ressurgir o passado conflituoso entre a China e o Japão com a disputa territorial sobre as ilhas Senkaku/Diaoyu. A China tem aumentado desmesuradamente a sua despesa com a defesa mas, contra o esperado por uma teoria neorrealista, com a exceção do Japão, não tem ocorrido uma correspondência nos Estados vizinhos (Kelly, 2007: 27). Este comportamento, na região, é explicado pelo empenho norte-americano que através da sua presença militar, alianças e acordos bilaterais de defesa, oferece uma garantia de segurança e equilibra a emergência militar da China (Kelly, 2007: 28-31).

Na Ásia Central, a OCX constitui-se como uma tentativa de aproximação entre a China e a Rússia no propósito de se constituírem como parceiros estratégicos e de firme

oposição à hegemonia norte-americana (Hyodo, 2005: 182). No entanto, este relacionamento tem vindo a denotar-se difícil e, para Moscovo, a preocupação regional passou a ser a China, pelo que tem vindo a estreitar o relacionamento com a Índia e Vietname, ambos com disputas territoriais com aquela potência (Akimoto et al., 2013: 271 e 272). Para a China, a Ásia Central reveste-se de extrema importância para o combate ao terrorismo, atendendo à proximidade da sua província separatista de Xinjiang, e por se constituir como uma fonte de energia e área de passagem para oleodutos e gasodutos (Blank, 2004). Para estes fins, a implementação da OCX tem-se revelado fundamental e, militarmente, a China tem desenvolvido as capacidades expedicionárias para uma possível intervenção em toda a sua periferia e, particularmente, em Taiwan (Blank, 2004).

Vimos, assim, como as teorias racionalistas e construtivistas justificam a implementação e continuidade dos regimes internacionais e como a multipolaridade é perspectivada, no sistema internacional, pelo realismo. Os próximos capítulos ilustram os quadros teóricos enunciados, através da adaptação da NATO para manutenção da sua relevância no sistema internacional e como a China e a Rússia interagem e encaram a Aliança, incluindo no âmbito da OCX.

Capítulo 2. A NATO, os Estados Unidos e a Europa

No final da Guerra Fria, para muitos, a NATO teria perdido a razão de ser mas, passados todos estes anos, continua a ser o cerne da segurança do hemisfério ocidental. Sem um inimigo que a congregue e lhe confira uma finalidade, a razão da sua persistência foi justificada pelas teorias construtivistas das relações internacionais, tendo em conta as normas, princípios e identidade. A reforçar esta ideia Helene Sjursen (2004: 687) refere que “*In fact [...] NATO was never only a military alliance held together by a sense of a common external threat; rather, it was and is a community of liberal democratic values and norms*”. Nesta perspetiva, a Aliança Atlântica não é apenas uma organização centrada na segurança coletiva mas também uma comunidade coesa unida pela partilha de valores e normas democráticas. Tem sido nesta base de identidade comum que a NATO, no período pós Guerra Fria, tem promovido os seus valores como princípio nuclear das suas atividades (Schimmelfennig, 1998: 214), em congruência com o preâmbulo do Tratado do Atlântico Norte:

They [the parties] are determined to safeguard the freedom, common heritage and civilisation of their peoples, founded on the principles of democracy, individual liberty and the rule of law (NATO, 1949).

Neste capítulo iremos analisar a NATO, no que se refere aos seus fatores de agregação e de relevância face aos diferentes desafios e ameaças percecionadas pelos Estados membros no contexto internacional. Veremos, ainda, como a UE poderá constituir uma alternativa ou complemento à NATO e as atuais dificuldades políticas a este desiderato e, ainda, as consequências para a Europa do *pivot* dos Estados Unidos para a Ásia-Pacífico. Em essência, será demonstrado que a NATO, continuando fiel às suas responsabilidades nucleares, soube manter-se relevante no atual contexto internacional de segurança, na defesa dos interesses dos diferentes Estados membros, concretamente através do alargamento, implementação de parcerias e execução de operações fora de área. No âmbito da defesa coletiva, como tarefa nuclear, argumentamos que a NATO é um baluarte de segurança para os Estados da anterior esfera soviética, em particular, e a única alternativa de projeção de segurança credível para todos os aliados.

2.1. Identidade da NATO – Fator de Continuidade

Michael Williams (2007: 62) refere que as instituições “[...] are also, and more fundamentally, sites for the production of identity, for the accumulation and retention of forms of capital, and for the exercise of cultural and symbolic power”. Esta identidade, fundamentada em vínculos comuns culturais, civilizacionais e democráticos, confere à NATO uma expressão de guardiã da civilização Ocidental para a “continuidade de ação” que compensa a perda da ameaça militar, colocada pela União Soviética, e fomenta a consolidação de uma Europa anteriormente dividida pela Guerra Fria. A capacidade de produção e exercício do poder cultural e simbólico constitui-se como elemento essencial na evolução da NATO como uma organização de segurança (Williams, 2007: 63 e 64). Igualmente, Barany e Rauchhaus (2011: 292) referem a transformação da NATO numa comunidade de segurança, de valores partilhados, cujos membros são, por norma, capitalistas e democráticos¹¹ que preservam o Estado de direito, a igualdade das minorias e a resolução pacífica de disputas internacionais. Para que um ator se transforme num elemento desta comunidade, estas crenças e práticas devem ser refletidas na sua identidade.

As questões sobre o futuro da Aliança Atlântica têm vindo a animar as discussões, no âmbito político-militar, em consequência da retirada do Afeganistão, em 2014, como refletido nas palavras do Secretário-Geral da NATO:

[...] I would like to talk about NATO after 2014 [...]. The end of NATO’s biggest operation presents us with a big opportunity. [...] an opportunity to plan for the future. That plan must answer three questions: What will NATO do next? How will we do it? And what kind of Alliance will we be? (Rasmussen, 2013a).

Na realidade, estas discussões constituem uma forma proactiva de decompor uma outra questão fatídica que tem vindo a atormentar a Aliança desde 1989 – quais as razões para manter a NATO? Embora para o Secretário-Geral, o final da intervenção no Afeganistão seja uma oportunidade para melhor adaptar a Aliança ao novo contexto internacional, para outros, mais céticos, ainda não foi encontrada uma resposta cabal que dê continuidade à razão de ser

¹¹ Portugal não era uma democracia e a Espanha uma democracia plena quando entraram para a NATO. A Turquia e a Grécia foram absorvidas para evitar a expansão do comunismo e o conflito entre elas. Após a década de 1990 a NATO aumentou a exigência para uma reforma democrática como condição para a adesão (Simakovsky, 2013: 16).

do Tratado do Atlântico Norte, como assinado em 1949, ou seja, a defesa contra uma potencial agressão soviética. Para estes, assim como para os “profetas” que desde o início lhe auguraram curta vida, a Aliança está cada vez mais disfuncional enquanto procura uma nova missão que a justifique (Kashmeri, 2011: 1).

Passados estes anos, a questão relativa à perenidade da NATO tem respostas diferenciadas em função da perspectiva que as nações têm para a sua missão e função no sistema internacional. Para um grupo, formado primariamente por anglo-saxónicos, a NATO deve assumir responsabilidades e parcerias globais e abordar uma maior variedade de ameaças, num claro seguimento da estratégia norte americana. Outro grupo, que inclui a Alemanha e França, é cético das ambições do anterior e promove o reforço da política de segurança e defesa europeia, em parte, para não hostilizar a Rússia e a China. Um terceiro grupo, formado pelos países de Leste, em particular a Polónia e os Estados Bálticos, assume que a defesa coletiva (artigo 5º do Tratado) é fulcral para a salvaguarda da sua soberania, face a uma pressentida e latente ameaça russa, pelo que insiste na necessidade de um dispositivo militar e planeamento operacional para a defesa do território aliado (Noetzel e Schreer, 2009: 215 e 216). Atendendo a que a última perspectiva é incluída na continuidade da responsabilidade nuclear assumida desde a implementação da Aliança, iremos detalhar as operações fora de área, o alargamento e as parcerias, como os elementos primordiais da adaptação da NATO, ao contexto internacional caracterizado após o final da Guerra Fria.

2.1.1. Operações Fora de Área

Após um impasse inicial, a NATO envolveu-se, em 1992¹², nas guerras originadas pela fragmentação da Jugoslávia e, na sequência dos Acordos de Dayton, destacou uma Força para a sua Implementação (IFOR). Em 1999, travou uma guerra com a Sérvia que culminou no posicionamento de uma força terrestre para a manutenção da paz (KFOR) naquela região

¹² Foi no verão de 1992 que a NATO efetuou a sua primeira operação fora de área, no Mar Adriático, na imposição do embargo de armas à Jugoslávia. A partir de 1993, continuou a conduzir esta operação mas em cooperação com a UE (NATO, 2014a).

(NATO, 2014a). Em 2003, iniciou as operações para a manutenção da segurança no Afeganistão que, pela distância à Europa, trouxe a realidade das dificuldades inerentes a uma verdadeira operação fora de área, constituindo-se como o verdadeiro desafio aos aliados (Barany e Rauchhaus, 2011: 298). As operações *Allied Provider*, em 2008, *Allied Protector*, em 2009, e *Ocean Shield*, desde 2009 e ainda em curso, contribuíram para a segurança da navegação marítima no Golfo de Áden, Corno de África e Oceano Índico (NATO, 2013a). Por último, em 2011, a Operação na Líbia – *Unified Protector* – que, sendo bem-sucedida, marcou a nova atitude dos Estados Unidos, ao relegarem a Europa para a defesa dos seus interesses, enquanto aumentam o seu enfoque noutras regiões, nomeadamente na Ásia-Pacífico, não obstante se terem mantido solidários com os europeus, acompanhando o desenrolar do conflito e preenchendo os vazios de capacidades para garantir o sucesso da Operação (Hallams, 2013: 30 e 31).

As operações fora de área demonstraram a capacidade inerente à NATO para o enquadramento operacional das forças multinacionais participantes e instigaram nas nações contribuintes a perceção da necessidade de reforçarem a sua capacidade de projeção e sustentação de forças. Na vertente política, promoveram o reforço e implementação de parcerias com países de importância estratégica, nomeadamente com os da Iniciativa de Istanbul, os do Cáucaso e Ásia Central (Ward, 2013).

2.1.2. Alargamento

I believe this [Chicago] summit should be the last summit that is not an enlargement summit (Clinton, 2012).

O alargamento da NATO a doze novos membros, entre 1999 e 2009, teve de ultrapassar vários obstáculos iniciais relacionados com o estigma da Guerra Fria. Quando Bill Clinton, em 1993, apresentou a sua estratégia de “alargamento democrático”, a comunidade de política externa americana demonstrou franca relutância. A integração dos Estados do Leste, só foi possível pela congregação de um misto de liderança, solidariedade e apoio europeu e, não menos relevante, a anuência russa (Simakovsky, 2013: 1).

Os motivos para o alargamento são diferentemente analisados pelos Estados candidatos ou aliados. Para os candidatos, Estados do Leste europeu, estaria o apelo de uma identidade onde se revêm e ao “regresso” à Europa. Para eles, a NATO constitui-se como a garantia da continuidade das soberanias nacionais e, ainda, atendendo à falta de forças próprias, a forma de preencher o vazio de defesa deixado pela saída das forças russas, nomeadamente no que se refere ao policiamento do seu espaço aéreo. Para os Estados da NATO, o alargamento promove a expansão dos seus valores e identidade e incentiva reformas democráticas e a prevenção ou resolução amigável e multilateral de potenciais conflitos (Schimmelfennig, 1998: 216-218). É nesse sentido que os critérios de adesão estipularam que os países candidatos terão, nomeadamente, de demonstrar respeito pelas normas e princípios da Organização de Segurança e Cooperação na Europa (OCSE), incluindo a resolução pacífica de disputas étnicas e territoriais, fomentar a estabilidade e bem-estar através da liberdade económica, justiça social e políticas ambientais responsáveis, e exercer o controlo político e democrático sobre as forças armadas (NATO, 1995).

O rápido alargamento criou “fadiga” e “desencanto” nos aliados, pelo pobre desempenho político, militar e económico de alguns dos novos membros. Acresce a este “estado de espírito”, a impossibilidade de criar consenso na Cimeira de Bucareste, em 2008, para a oferta do Plano de Ação para a Adesão (PAA), à Ucrânia e Geórgia. O debate nesta Cimeira, e a posterior invasão da Geórgia pela Rússia, criaram um impasse no processo de alargamento que persiste até à atualidade (Simakovsky, 2013: 1). Face a esta situação de bloqueio, é importante reequacionar o processo de alargamento para os candidatos remanescentes, incluindo como ultrapassar as divergências e oposição encontradas.

A falta de preparação da Ucrânia e Geórgia para iniciarem um PAA é bem patente. No que se refere à Ucrânia, foi sido notória a incapacidade de produzir reformas e a fraca recetividade popular para adesão à NATO; em outubro de 2008, numa sondagem de opinião, apenas 10% da população apoiava a adesão, contra 59,5% que se opunha. Na Geórgia, a liderança autoritária criou tensões e oposições internas que foram encaradas com desconfiança pelo Ocidente e, embora com uma população favorável à adesão, enfrenta graves problemas de separatismo, com a agravante de se situar numa das regiões mais instáveis da Europa (Barany e Rauchhaus, 2011: 296).

A Cimeira de Bucareste ilustrou a divergência que vinha a grassar no seio da comunidade aliada. Os Estados Unidos, Polónia, Roménia, Turquia e os Estados Bálticos apoiaram a candidatura da Geórgia e Ucrânia, considerando que as Revoluções Rosa e Laranja¹³ tinham criado uma janela de oportunidade para separar estes países da influência da vizinha Rússia e acelerar o seu processo democrático. Ao invés, a França, Alemanha, Espanha, Itália e Holanda, demonstraram uma maior ponderação face ao risco de integrar membros com conflitos internos e processos de democratização duvidosos e, não menos relevante, o conhecimento de uma forte oposição russa (Gallis, 2008). Assim, fruto desta divergência e na tentativa de criar consenso, foi decidido no comunicado desta Cimeira garantir à Geórgia e Ucrânia a futura adesão à NATO (NATO, 2008), afirmação política que diferiu de práticas anteriores, em que tal só era efetuada após os candidatos preencherem os requisitos de adesão.

A acumulação de um conjunto de eventos fez crescer a conflitualidade da Rússia face à NATO, nomeadamente o bombardeamento do Kosovo em 1999, as revoluções coloridas, em 2003 e 2004, a suspensão do Tratado sobre Forças Convencionais na Europa (CFE), pela Rússia em 2007, e talvez como mais relevante, pela proximidade temporal, a independência e reconhecimento do Kosovo, em fevereiro de 2008, e o comunicado da Cimeira de Bucareste, relativo à futura adesão da Geórgia e Ucrânia, em abril de 2008 (Simakovsky, 2013: 5). O crescendo da insatisfação russa foi evidente no claro aviso de Putin, de que o reconhecimento do Kosovo pelos Estados ocidentais traria consequências para a Abkhazia e Ossétia do Sul e, ainda, que a Geórgia e Ucrânia seriam tratadas de uma forma diferente dos outros Estados do Leste, cuja adesão já fora consumada. Putin terá descrito a independência do Kosovo como um:

[...] terrible precedent, which will *de facto* blow apart the whole system of international relations, developed not over decades, but over centuries [...] they have not thought the results of what they are doing. At the end of the day it is a two-ended stick and the second end will come back and hit them in the face (*Dalje.com*, 2008).

¹³ Em 2003, na Geórgia, e entre novembro de 2004 e janeiro de 2005, na Ucrânia, eclodiram protestos de rua que culminaram na eleição de novos presidentes e na expectativa de implementação de sistemas democráticos nesses Estados. Estas “revoluções” ficaram conhecidas por Rosa e Laranja, respetivamente.

Em agosto de 2008, a invasão da Geórgia pela Rússia confirmou as razões para a preocupação dos aliados mais céticos (Cornell et al., 2008: 7) e estagnou o processo de alargamento.

São, no entanto, fortes os motivos para recomeçar este processo. De entre eles destaca-se a necessidade de expandir a ação da NATO, como um instrumento de segurança e estabilidade europeia, no sentido de promover ou insistir nas reformas democráticas e potenciar os valores e identidade ocidentais. É igualmente importante veicular a mensagem, à Rússia, de que o alargamento depende do empenho dos países candidatos e das reformas democráticas que promoverem. O alargamento progrediu de uma forma consensual e, pelo lado da NATO, prevalece a ponderação prevenindo a integração de Estados com conflitos étnicos e disputas de fronteiras, tais como o Azerbaijão, Sérvia, Geórgia e Ucrânia¹⁴ (Simakovsky, 2013: 2 e 11).

Do comunicado da Cimeira de Chicago, em 2012, transpareceu a preocupação da NATO com o alargamento, muito embora não tivesse sido levado a cabo qualquer progresso relevante (NATO, 2012a), pelo que paira a questão se o alargamento irá continuar e como. No seu discurso, de 18 de março de 2014, o Presidente Vladimir Putin dá voz ao ressentimento russo para com a política que a NATO tem adotado e refere:

[...], they have lied to us many times, made decisions behind our backs, placed us before an accomplished fact. This happened with NATO's expansion to the East, as well as the deployment of military infrastructure at our borders. They kept telling us the same thing: "Well, this does not concern you." That's easy to say (Putin, 2014).

Face à atitude russa com a Geórgia e, recentemente, com a Ucrânia, uma resposta positiva à questão, acima colocada, deverá abranger uma estratégia de não afrontamento à Rússia. Neste sentido o alargamento deve ser direcionado para os países do Leste europeu remanescentes – Montenegro e Macedónia – e, eventualmente, a Finlândia e Suécia (Simakovsky, 2013: 13). A integração destes países, que se aparenta pouco problemática, iria

¹⁴ O Secretário-Geral da NATO, nas vésperas do Conselho NATO Rússia de 23, de outubro de 2013, anunciou que a Ucrânia decidiu cancelar a sua candidatura à NATO e que a Geórgia também não irá aceder em 2014 (*Ria Novosti*, 2013b).

preencher os espaços livres no mosaico geográfico europeu e daria um sinal positivo à comunidade internacional, quebrando a atual situação de impasse.

2.1.3. Parcerias para a Paz

A Parceria para a Paz (PpP), remonta a julho de 1990 e é um programa de cooperação bilateral entre a NATO e cada um dos Estados parceiros (atualmente 23), com a finalidade de aumentar a estabilidade internacional e diminuir as ameaças à segurança. Para o efeito, foram desenvolvidos instrumentos para fomentar a cooperação tendo, na Cimeira de Lisboa, em 2010, sido decidido permitir a participação dos diferentes parceiros, em todas as atividades cooperativas e exercícios, no sentido de harmonizar os diferentes programas de parceria (Euro-Atlântica, Diálogo para o Mediterrâneo, Iniciativa de Cooperação de Istanbul e Global). Grande parte dos instrumentos deste programa estão orientados para fomentar a edificação de capacidades e interoperabilidade de forças e equipamentos, assim como para apoiar as reformas políticas inerentes à segurança e defesa (NATO, 2014b).

As parcerias desenvolvidas no âmbito da NATO têm sido muito relevantes para a sua estratégia de segurança, congregando contributos para as operações militares que têm ocorrido. Através da implementação de diferentes relações de comando e controlo, a NATO tem sabido enquadrar a participação dos variados parceiros, nomeadamente nos conflitos dos Balcãs, Afeganistão, Costa da Somália e Líbia. Num período de cortes orçamentais na defesa, que têm afetado praticamente todos os aliados, os contributos militares dos parceiros constituem uma mais-valia para a NATO, no desempenho das suas missões fundamentais, em particular de gestão de crises e segurança cooperativa. Como refere Franklin D. Kramer (2013: 2), a grande probabilidade de futuros conflitos ocorrerem em localizações geográficas distantes do território da NATO fará com que a participação de parceiros dessas regiões seja essencial para ajudar à melhor compreensão do contexto, conferir uma maior legitimidade à operação, obter conhecimentos e capacidades não residentes na NATO e, não despreciando, providenciar um acréscimo de capacidades militares. De relevar que da atual panóplia de parceiros, muitos são militarmente capazes, tais como a Suécia, Austrália, Japão, Coreia do

Sul e Emiratos Árabes e o seu contributo será tanto mais útil quanto a NATO ambicionar assumir responsabilidades geograficamente globais.

Para o efeito, a NATO tem promovido atividades que a aproxima dos parceiros, no sentido de os familiarizar com os seus padrões e promover o treino de procedimentos e práticas facilitadoras de futuras operações combinadas, incluindo em forças permanentes como foi já prática com a participação da Suécia, em 2013, na Força de Resposta NATO (NATO, 2013c).

2.2. Os Estados Unidos e a Europa

Embora a Política Comum de Segurança e Defesa (PCSD) seja referida aos primórdios da Comunidade Económica Europeia, foi no Tratado de Maastricht que, em 1993, foi constituída a Política Externa e de Segurança Comum (PESC), como o segundo pilar da UE, conferindo-lhe a responsabilidade de encetar ações coordenadas em assuntos de política externa e de segurança (Kashmeri, 2011: 12). Com mais este instrumento, na perspetiva americana, a Europa encontra-se estável e, através da NATO e da UE, existe um robusto mecanismo de defesa para fazer face a eventuais situações de conflito. Em contrapartida, na região da Ásia-Pacífico não existe qualquer organização de segurança eficaz, incluindo a Associação de Nações do Sudeste Asiático (ANSEA)¹⁵ cujos membros (dez) não partilham todos da mesma visão, nomeadamente, sobre a segurança internacional (Kalnins, 2013: 2).

2.2.1. A NATO e a UE

A PCSD constitui a parte operacional da PESC, proporcionando um quadro de cooperação que habilita a UE a conduzir operações militares, em países terceiros, no quadro das missões aprovadas no seu Tratado (UE, 2014b). Letárgica desde a sua génese, a França e

¹⁵ Os propósitos da ASEAN consistem em fomentar o crescimento económico, a paz e a estabilidade regionais (*The ASEAN Charter*, 2007).

o Reino Unido foram os seus grandes promotores ao expressarem na Declaração conjunta de St Malo, em 1998, que a UE:

[...] must have the capacity for autonomous action, backed up by credible military forces, the means to decide to use them and a readiness to do so, in order to respond to international crises (França e Reino Unido, 1998).

A Política Europeia de Segurança e Defesa (PESD) nasce em junho do ano seguinte, em Colónia, fruto de decisão do Conselho Europeu. Em dezembro de 2009, em Lisboa, a PESD reassume o seu nome original – PCSD. Com o Tratado de Lisboa, foi implementado o cargo de Alto Representante da União para as Relações Externas e Política de Segurança, responsável por aplicar as estratégias e decisões tomadas pelo Conselho Europeu e pelo Conselho no âmbito da PESC (UE, 2014c). Foram também introduzidas cláusulas de defesa mútua – artigo 42º – e de solidariedade – artigo 222º – que vinculam os Estados membros ao auxílio mútuo, em caso de ataque ou calamidade.

A arquitetura permanente de instituições da UE carece, no entanto, da capacidade de fazer transpor o planeamento estratégico de uma operação para o operacional, onde estejam bem definidos os objetivos militares, a organização e a estrutura de comando e controlo da operação. A opção mais lógica para obviar a este inconveniente, seria partilhar as capacidades instaladas de comando e controlo NATO, não duplicando os meios afetos ao planeamento e controlo operacional das missões. Esta solução permitiria à PCSD assumir a responsabilidade, política e estratégica, pela gestão de crises nas áreas do seu interesse, constituindo-se como uma alternativa à NATO, facilitando aos europeus a tomada de decisões e intervenção sem a participação americana e canadiana. No entanto, no atual quadro de litígio entre o Chipre e a Turquia, a opção de disponibilizar meios NATO à UE é inviabilizada pelo veto turco, por Chipre fazer parte desta última organização e não da primeira. O inverso também é verdadeiro, ou seja, o Chipre veta qualquer pretensão de adesão turca à UE (Kashmeri, 2011: 30-34).

De realçar que a UE, comparada com os Estados Unidos, gasta muito pouco com a defesa: 194 vs 520 mil milhões de euros ou 1,6% vs 4,8% do Produto Interno Bruto (PIB), referido a 2011, pelo que existe potencial para aumentar a despesa europeia. No entanto, é conhecida a dificuldade para tornar os obstáculos às decisões, coordenação e cooperação, inerentes a um conjunto diverso de países com perspetivas muito próprias. Na ausência da forte

liderança e domínio americano, como na NATO, a natureza frouxa do federalismo europeu e as dificuldades até agora enfrentadas com a cooperação, teriam de ser obstadas. Este desiderato a concretizar-se, certamente forçaria o crescimento das capacidades militares cooperativas europeias (Reynolds e Shapiro, 2012). Aliás, a perspectiva de que, para alguns Estados, a PCSD não se configura como uma alternativa à NATO está vertida no Tratado da UE:

BEARING IN MIND that the policy of the Union in accordance with Article 42 shall not prejudice the specific character of the security and defence policy of certain Member States and shall respect the obligations of certain Member States, which see their common defence realised in NATO, under the North Atlantic Treaty and be compatible with the common security and defence policy established within that framework (UE, 2008: C 115/278).

No entanto, embora com as dificuldades acima refletidas, na última década (2003-2013) a UE já organizou com sucesso 29 missões militares e civis, das quais 14 já terminadas, nas mais variadas áreas do Globo, pelo que se considera ter dado provas da sua capacidade, militar e civil, quando é adequado e do seu interesse intervir (UE, 2014d).

2.2.2. Os Estados Unidos e a NATO

Here, we see the future. As the world's fastest-growing region [...] and home to more than half the global economy [...] With most of the world's nuclear power and some half of humanity, Asia will largely define whether the century ahead will be marked by conflict or cooperation, needless suffering or human progress (Obama, 2011).

Durante uma visita ao Pentágono, em janeiro de 2012, para apresentar a Nova Estratégia Global Militar, o Presidente Obama, e outros responsáveis pela Defesa, através de frases cuidadas, alertaram para as alterações advindas da nova abordagem global, não só para as Forças Armadas americanas mas também para os aliados, nomeadamente a NATO. No debate que se seguiu, o Secretário de Estado da Defesa, Leon Panetta, referiu que *“This guidance [...] recognizes that this country is at a strategic turning point, after a decade of war and after large increases in defense spending”* (Panetta, 2012). Relevou que com a intensificação do enfoque na Ásia e Médio Oriente, a política americana estava a ser reequacionada no sentido de privilegiar as parcerias, deixando os Estados Unidos de se constituírem como o único “fornecedor” de segurança. Panetta afirmou, ainda:

The U.S. military's force posture in Europe will, of necessity, continue to adapt and evolve to meet new challenges and opportunities, particularly in light of the security needs of the continent relative to the emerging strategic priorities that we face elsewhere. We are committed to sustaining a presence that will meet our Article 5 commitments, deter aggression, and the U.S. military will work closely with our allies to allow for the kinds of coalition operations that NATO has undertaken in Libya and Afghanistan (Panetta, 2012).

Em março de 2013, o Subsecretário de Estado da Defesa Carter (2013) afirmou, que os Estados Unidos se propõem alterar o seu dispositivo militar para que, em 2020, 60% das suas forças navais estejam atribuídas à região da Ásia-Pacífico. Este reequilíbrio de forças é acompanhado pelo reforço da ação diplomática e trocas comerciais, constituindo assim, em simultâneo, uma alteração de enfoque político, económico e militar.

Importa equacionar qual vai ser o efeito resultante, na NATO, deste maior enfoque americano na Ásia-Pacífico, região que igualmente preocupa os demais aliados, uma vez que os interesses de segurança extravasam as fronteiras dos seus territórios e as economias estão dependentes da estabilidade e da liberdade de circulação, mormente a marítima naquela área do globo. A NATO estabeleceu já parcerias com o Japão, Austrália, Nova Zelândia e Coreia do Sul, países afins com a mentalidade ocidental, e a China já expressou interesse na cooperação com a Aliança (Kamp, 2013). Nos próximos capítulos, iremos aprofundar esta interação.

2.3. A NATO: Desafios e Expectativas

Neste capítulo analisámos a identidade e adaptação da NATO, a PCSD da UE e as consequências da alteração do enfoque americano para a Ásia-Pacífico. Demonstrámos que a NATO, continuando fiel às suas responsabilidades nucleares, manteve-se relevante na defesa dos interesses dos diferentes Estados membros, adaptando-se ao novo cenário internacional através do alargamento, implementação de parcerias e execução de operações fora de área. No âmbito da sua responsabilidade nuclear – a defesa coletiva, constatámos que a NATO permanece um baluarte de segurança para os Estados da anterior esfera soviética e a alternativa credível para todos os aliados, incluindo para a projeção de segurança, numa defesa avançada.

Para esta conclusão contribuiu a análise dos diferentes documentos oficiais, discursos de responsáveis políticos e comunicados conjuntos resultantes das cimeiras e reuniões onde foram tomadas as decisões que moldaram o percurso que a NATO percorreu para a sua adaptação. Esta adaptação comprova a relevância que a Aliança assume, através das diferentes operações fora de área que congregaram o esforço dos aliados e, muito importante, dos vários parceiros que se revêm na identidade e nos valores que a NATO representa. Identificámos, por último, como um novo potencial desafio para a NATO, o fortalecimento das diferentes parcerias, através de uma maior cooperação e atividades promotoras de interoperabilidade de forças.

Constatámos que, nomeadamente pelos Estados Unidos, de uma forma subtil, tem vindo a ser incentivado que a NATO acompanhe o *pivot* americano para a Ásia-Pacífico. Tal desiderato é possível mas, na nossa ótica, improvável que nos tempos mais próximos a NATO assumira um enfoque diferente do atual, porquanto as capacidades militares e económicas da maioria dos aliados não se coadunam com as exigências de uma operação a tão grande distância. No entanto, nos próximos capítulos iremos argumentar sobre esta eventualidade.

Capítulo 3. A China, a Rússia e a OCX

A China que, ao longo dos últimos trinta anos, tem vindo a denotar um crescimento vertiginoso e, nos últimos quinze, uma preocupante expansão e modernização das forças armadas, mantém disputas territoriais e de interesses com a maioria dos Estados que lhe são contíguos. O Presidente Xi Jinping, no início de 2013, deixou claro que o empenho chinês no desenvolvimento pacífico, de forma alguma será feito em detrimento dos interesses nucleares da China: a soberania e segurança nacionais, a integridade territorial, a unidade nacional, o sistema político, a estabilidade social e o desenvolvimento económico e social sustentado (Lai, 2013a). Outra grande potência mundial, a Rússia, está ainda a recuperar das consequências da alteração ao seu sistema político e da crise socioeconómica do final do século passado, tendo-se debatido com graves problemas de separatismo e terrorismo internacional (Rustrans, 2009). Atualmente, ainda se debate com a adaptação à complexidade do sistema internacional e, em simultâneo, com a crise interna de governação provocada pela decadência do seu modelo, baseado na redistribuição dos lucros provenientes da exportação de energia. Acresce que a sua política interna de preservação da estabilidade é minada pela corrupção sistémica, a que se junta o descontentamento da população. No entanto, malgrado estes problemas, a sua política externa continua a denotar a ambição imperialista de uma grande potência que quer manter-se relevante no sistema internacional (Baev, 2012: 1).

Neste cenário, analisaremos a política externa chinesa e russa, separadamente e no âmbito da OCX, como palco de interação das duas potências. Este capítulo, ao identificar os interesses e perspetivas daqueles dois Estados, será entrosado com o transato no seguinte. A análise aqui vertida, contribui para o teste da segunda hipótese desta dissertação, nomeadamente ao relevar as diferenças de interesses entre a Rússia e a China e as dificuldades que a OCX enfrenta para se afirmar, como uma organização acreditada no sistema internacional.

3.1. A China

It is becoming increasingly clear that in the 21st century, the world's strategic and economic center of gravity will be the Asia Pacific, [...]. And one of the most important tasks of American statecraft over

the next decades will be to lock in a substantially increased investment – diplomatic, economic, strategic, and otherwise – in this region (Clinton, 2011).

A região da Ásia-Pacífico, que engloba a China, o Nordeste e o Sudeste asiáticos, é uma área complexa onde o crescente desenvolvimento económico está aliado a, entre outras, várias disputas territoriais e marítimas com o potencial para incendiar conflitos armados entre as nações aí localizadas. A agravar isso, as relações entre a China e os Estados Unidos têm vindo a deteriorar-se devido ao conflito de interesses entre os dois Estados, na região (Lai, 2013b: 1).

Como refletido no Anexo 4, em termos económicos a Ásia-Pacífico já é responsável por três quartos do Produto Interno Bruto (PIB) mundial e é assumido que a tendência de crescimento se acentuará, porquanto esta região continua a ser muito atrativa ao investimento, trocas comerciais, manufatura, assim como outros negócios, atendendo às facilidades disponibilizadas aos investidores e ao preço, quantidade e qualidade da mão-de-obra (Lai, 2013b: 2).

De entre os Estados da Ásia-Pacífico, a China releva-se pelo desempenho económico, dos últimos 30 anos, tendo superado todas as expectativas e, com um crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) na ordem dos 10% ao ano (Anexo 5), é o maior produtor e exportador e a segunda maior economia mundial. Esta realidade permitiu a 500 milhões de chineses saírem do limiar de pobreza (Banco Mundial, 2013: 4). No entanto, embora com esta exponencial taxa de crescimento, a China é, ainda, considerada uma nação pobre onde cerca de 400 milhões de chineses vivem com menos de 2 dólares diários e, para alguns analistas, a sua “política de filho único” irá seriamente afetá-la e fazer dela uma “nação velha antes de se tornar rica” (Leung, 2011: 7).

3.1.1. Constrangimentos Internos

Dentro dos fatores económicos o acesso a recursos, mormente a energia, constitui-se como uma das principais preocupações para a China. O investimento chinês em projetos de energia está diversificado, em todos os continentes, por mais de 50 países, o que denota a sua dependência da importação para sustentar o desenvolvimento económico e, não menos

relevante, como uma forma de investir o seu excesso de divisas. Em 2007, a China importou cerca de 120 milhões de toneladas de petróleo¹⁶ e, com a previsão de um aumento de 7% ao ano, em 2020, é estimado que a procura ascenda a 500 milhões (Japão, 2008: 15), provindas do Golfo Pérsico, África, Rússia e Ásia Central. Face a esta situação, uma das estratégias de Pequim é diminuir a dependência das linhas de comunicação marítimas aumentando a capacidade de transporte terrestre por condutas, a partir da Rússia e Cazaquistão, como refletido no Anexo 6, e com a construção de outras para contornar o Estreito de Malaca entre Kyuakpya, em Burma, e Kunming, na China, para a importação da Arábia Saudita, Médio Oriente e África (Estados Unidos, 2013: 19).

O segundo fator de constrangimento interno que consideramos relevante realçar prende-se com as disputas territoriais que a China mantém em aberto com os seus vizinhos, face ao firme intento de reposição da sua perfeccionada integridade territorial, ao que acresce a firme intenção para a reintegração de Taiwan (Leung, 2011: 7). Releva-se que o livro Branco da Defesa Nacional da China (2010) expressa a firme intenção de manter a política de recusa da independência de Taiwan, no entanto dá a conhecer a abertura para desenvolver o relacionamento pacífico, não só económico mas também político e militar, até à plena reunificação chinesa (China, 2010 e Leung, 2011: 4).

Embora, ao longo do tempo, algumas das disputas tenham envolvido a violência, em casos mais recentes, a China tem promovido discussões e decisões consensuais, tendo recentemente, conseguido sanar várias situações conflituosas com os seus vizinhos (Estados Unidos, 2013: 21). O Anexo 8 ilustra as disputas territoriais e marítimas no Mar do Sul da China.

Uma das questões, ainda, em aberto prende-se com a pretensão chinesa de estender a sua plataforma continental, no Mar da China Oriental, conflituando com o entendimento japonês de que as respetivas Zonas Económicas Exclusivas (ZEE's) devem ser separadas por uma linha equidistante entre as Ilhas Ryukyu e o Continente Asiático, como refletido no Anexo 7. Esta disputa é particularmente acesa porquanto o Mar da China Oriental tem

¹⁶ Mtoe-million tons oil equivalente.

apreciáveis reservas de gás natural e petróleo. Na mesma região, a soberania das Ilhas Senkaku/Diaoyu é igualmente motivo de discórdia entre a China, Japão e Taiwan (Estados Unidos, 2013: 21 e Lai, 2013b: 33). Hillary Clinton expressou, em outubro de 2010, a posição americana sobre este conflito:

Well, first let me say clearly again that the Senkakus fall within the scope of Article 5 of the 1960 U.S.-Japan Treaty of Mutual Cooperation and Security. [...] and we are committed to our obligations to protect the Japanese people (Estados Unidos, 2010a).

Mais recentemente, em outubro de 2012, o Subsecretário de Estado da Defesa William J. Burns, não foi tão assertivo quando afirmou que “*The United States, as you know, does not take a position regarding the question of the ultimate sovereignty of the Senkakus*”, encorajando, desta forma, a via diplomática para negociar uma solução aceitável para a China e Japão (Estados Unidos, 2012). Em abril de 2014, durante a sua visita ao Japão, o Presidente Obama reiterou, deixando claro numa conferência de imprensa, que as ilhas em disputa estão cobertas pelo Tratado de Segurança que obriga os Estados Unidos a defender o Japão, caso este seja atacado (Beech, 2014).

Na região adjacente, o Mar do Sul da China é de importância extrema para a segurança do Sudeste e Nordeste Asiático, uma vez que 80% do petróleo para o Japão, Coreia do Sul e Taiwan é transportado por corredores marítimos através desta região. A China pretende a soberania sobre as ilhas Paracel e Spratly¹⁷, assim como de outros territórios também reclamados, no todo ou em parte, pelo Brunei, Filipinas, Malásia, Indonésia e Vietname. Taiwan já ocupa a Ilha Itu Aba e também reclama as Ilhas Spratly. A China levanta fortes objeções à extensão da plataforma continental, tal como pretendida pela Malásia e Vietname, e reiterou numa carta ao Secretário-Geral das Nações Unidas, em 2009, a

[...] indisputable sovereignty over the islands in the South China Sea and the adjacent waters, and enjoys sovereign rights and jurisdiction over the relevant waters as well as the seabed and subsoil thereof (Richardson, 2013 e Estados Unidos, 2013: 22).

No referente às fronteiras terrestres, a China e a Índia partilham uma fronteira de 4.057 Km e assumem disputas territoriais em Arunachal Pradesh (reclamada pela China como

¹⁷ As ilhas Paracel são ocupadas pela China. As ilhas Spratly são ocupadas pela China, Taiwan, Vietname, Filipinas e Malásia (Summers, 2012).

parte do Tibete) e Aksai Chin (reclamada pela Índia como parte do seu Distrito de Ladakh). Embora, em 2009, tenham sido envidados esforços para encontrar uma solução consensual, tal não veio a acontecer (Estados Unidos, 2013: 22). O Anexo 9 ilustra os territórios em disputa.

Mais recentemente, a China tem vindo a intensificar os seus protestos e confrontos com os Estados Unidos pela condução de exercícios e operações militares, na sua reclamada ZEE (Smith, 2014: 1), argumentando que a Convenção das Nações Unidas sobre a Lei do Mar (UNCLOS) estabelece uma ZEE de 200 milhas náuticas, gerida de acordo com as regras impostas por cada Estado e na qual prevalecem restrições ao livre-trânsito (aéreo ou marítimo), uma das quais ao tipo de atividades militares. Na prática, a China argumenta que a ZEE deve ser entendida como um mar territorial, onde o Estado usufrui de amplos direitos de soberania (Smith, 2014: 1). Dada a ausência de um árbitro para solucionar esta disputa, apenas o poder militar terá a capacidade de ditar a razão. A China, de momento, não tem a capacidade para impor militarmente os seus argumentos mas, com o atual ritmo de modernização das suas Forças Armadas, é previsível que dentro de dez a quinze anos tenha meios militares para fazer valer o seu entendimento (Lai, 2013: 29).

3.1.2. Política Externa

Desde que iniciou a sua reforma e abertura ao exterior, em 1978, a China adotou a atitude pragmática de desenvolver e fortalecer a economia, modernizar o seu Exército e reforçar o Partido Comunista Chinês no poder, procurando transmitir à comunidade internacional que a sua ascensão a potência mundial, embora pacífica, não obstará à firme intenção de não abdicar da sua soberania sobre os espaços que ocupa e promover todas os esforços para ter sucesso nas suas reivindicações territoriais e marítimas (Gonçalves, 2005: 84).

Atualmente promove uma imagem de responsabilidade e de credibilidade como parceiro que obedece e respeita as normas internacionalmente instituídas (Gonçalves, 2005: 84). Constata-se que uma das preocupações chinesas é não dar azo a que os seus vizinhos se sintam ameaçados e, desta forma, previne a implementação de acordos bilaterais (com os Estados Unidos), coligações ou corridas ao armamento para equilibrar os potenciais militares

(Baker e Zhang, 2013). Quando não estão reunidas as condições para ultrapassar as disputas políticas, a contento, como no caso de Taiwan, procura protelar no tempo a decisão (Gonçalves, 2005: 84). Neste entendimento, tem envidado esforços para cooperar com todos os países limítrofes, incluindo através de organizações internacionais, tais como a OCX e a ANSEA, onde os seus interesses se compatibilizam com os dos demais Estados membros numa tentativa de criar relações de confiança, em especial com a Rússia, Índia, Japão e demais países da Ásia Central e Sudoeste Asiático (Gonçalves, 2005: 84).

Subsiste o receio de que, quando a China se tornar mais poderosa, em resultado do seu desenvolvimento económico, procure alterar o equilíbrio do sistema internacional, agora liderado pelos Estados Unidos, e confronte este Estado e os seus aliados (Lai, 2013b: 6). Assim, a ênfase chinesa nas amistosas relações com os seus vizinhos é encarada com desconfiança, atendendo à forma como atua na afirmação dos seus autoproclamados direitos extraterritoriais (Gonçalves, 2005: 84), através de uma retórica e comportamento que gera profundas preocupações a nível regional (Estados Unidos, 2013: 16).

Existe um conjunto de fatores que há a considerar nas relações entre a China e os seus vizinhos do Sudeste Asiático, nomeadamente a ideologia política e a dimensão como países. No referente ao primeiro, existe um fosso na relação da China com os outros Estados, posto que todos eles são democráticos e denotam dificuldade em encontrar denominadores comuns no que respeita à governação, direitos humanos e primado do direito. Quanto ao segundo, a China é demasiadamente grande para que qualquer Estado da região se relacione com ela bilateralmente, pelo que procuram agregar-se em torno de organizações, como a ANSEA, ou aliar-se aos Estados Unidos para equilibrar o poder militar chinês. Esta atitude é pautada pelo cuidado de evitar tornar-se meros instrumentos americanos, tentando obter os máximos benefícios da competição sino-americana. Ou seja, os aliados asiáticos equilibram os seus interesses com os Estados Unidos, pela segurança, e com a China, pelo desenvolvimento socioeconómico (Kalnins, 2013: 6).

3.1.3. Modernização do Exército Popular de Libertação

Em 2004, o Presidente Hu Jintao redefiniu as missões “históricas” do Exército Popular de Libertação (EPL), expandindo duplamente as suas missões, ao ampliar a sua missão de defesa, extravasando as fronteiras e territórios onde mantém disputas, e ao atribuir acrescida relevância a tarefas e responsabilidades no âmbito das operações de paz e auxílio humanitário (Godwin, 2010: 45). Este realinhamento das missões é oficialmente justificado pela perceção da alteração da situação securitária chinesa, pelo desenvolvimento nacional, e de relevar, pelo imperativo de harmonizar as atribuições do EPL com os objetivos e determinações do Partido Comunista Chinês (Estados Unidos, 2013: 17). Estas missões são impostas por exigências internas e externas, incluindo as tradicionais preocupações relativas à estabilidade política e resolução de disputas, incluindo Taiwan, assim como por novas necessidades impostas pelos interesses e envolvimento chineses à escala global (Mulvenon, 2009: 2).

Embora dedicando primordial importância à defesa da soberania nacional chinesa, a redefinição das missões tem profundas implicações na modernização do EPL, no sentido de tornar as suas forças interoperáveis num ambiente multinacional, tendo em vista a conduta de operações de manutenção da paz e auxílio humanitário (Estados Unidos, 2013: 17). Esta maior abertura, da China, para assumir responsabilidades no exterior, é o reconhecimento de que o programa de modernização do EPL terá criado apreensão generalizada quanto às intenções chinesas e, como resultado, dificuldades à política de manutenção de um ambiente externo propício ao crescimento e modernização da sua economia (Godwin, 2010: 46).

A atual estratégia de segurança chinesa evoluiu de uma perspetiva territorial para uma marítima, acompanhando o alargamento dos interesses nacionais para o limite das ZEEs ou plataforma continental. Com a eleição de Ma Ying-jeou, como Presidente de Taiwan em 2008, e a adoção das suas políticas moderadas, foi afastado o risco de conflito, o que na prática confere à China o ambicionado domínio da “primeira cadeia de ilhas”¹⁸, permitindo-

¹⁸ Embora a China disponha de uma vasta área de águas territoriais, o seu acesso ao mar alto é limitado pela cadeia de ilhas mais comprida do mundo (Aleutas, Japão e Filipinas) e a sua ligação com o exterior é limitado

lhe, assim, maior liberdade para alterar a sua estratégia marítima. Em consequência, esta alteração de estratégia que pressupõe a defesa dos interesses de segurança chineses nos mares da China e onde os navios de bandeira chinesa naveguem, desencadeou a necessidade de modernização das suas forças navais para as capacitar a intervir em mar alto (Tanner, 2010: 332).

No mesmo sentido, a promulgação, pela China, da Lei das Águas Territoriais e Áreas Contiguas (LTWCA), em 1992, pretende solucionar unilateralmente o estatuto político de Taiwan e das disputadas Ilhas Sengaku/Diaoyu, colocando sob jurisdição chinesa uma enorme área geográfica no Mar da China Oriental, outorgando-se, inclusivamente, o direito de expulsão de violadores pela força. Esta lei reclama como território chinês a plataforma continental no Mar da China Oriental com direitos de soberania sobre todas as ilhas (China, 1992).

Não é possível determinar com precisão a despesa que a China tem assumido com a defesa, principalmente pela falta de transparência nas contas públicas. No entanto o Departamento da Defesa americano faz uma estimativa de 135 a 215 biliões de dólares, em 2012. Os valores oficiais (Anexo 1) omitem custos, incluindo os inerentes à aquisição externa de equipamento e armamento (Estados Unidos, 2013: 45).

O Japão mostra apreensão com a modernização, convencional e nuclear, do EPL, por temer que este assuma o controlo de Taiwan e o domínio de todo o Mar da China Oriental (Japão, 2013: 2). Neste entendimento, as autoridades japonesas têm dado a conhecer a sua intolerância a este (potencial) intento chinês, que perspetivam como um atentado à sua segurança e, se concretizado, o seu incondicional apoio aos Estados Unidos. Na perspetiva de alguns analistas, a manutenção do atual estatuto de Taiwan é considerada como a melhor solução de equilíbrio securitário para a região. O Japão partilha este entendimento e tem vindo a efetuar reformas internas e a alterar tratados com os Estados Unidos que lhe permitem aumentar as suas capacidades militares e o emprego das suas Forças de Defesa Própria (FDP) nas “áreas circundantes do Japão” (Blazevic, 2010: 156).

pelos estreitos da Coreia, de Taiwan, de Malaca e de Sunda e pelos canais das Ryuku e Bashi (Godwin, 2010: 81).

Como condicionante à modernização do EPL, subsiste o embargo da venda de armas ditado pela UE e Estados Unidos, à China, em resultado da violenta repressão da manifestação popular na Praça Tiananmen, em 1989, que levou muitos países a adotar sanções contra Pequim. A UE emitiu a seguinte declaração:

In the present circumstances the European Council thinks it necessary to adopt the following measures [...] interruption by the member states of the community of military cooperation and an embargo on trade in arms with China (UE, 2005: 3).

O texto da Declaração não constitui uma proibição de venda de armas ou equipamentos militares à China e tem sido encarado, pelos Estados da UE, como um ato simbólico de protesto. Na verdade, tanto a França como a Alemanha têm contornado o embargo e transacionado equipamentos de duplo uso, ou seja com aplicação civil e militar (*Strategy Page*, 2014).

Desde 2003, a França, opondo-se à condicionalidade de progresso, pela China, na área dos direitos humanos e ao reforço do “Código de Conduta”¹⁹ para a exportação de armamento²⁰, promoveu uma campanha para levantar o embargo com o apoio da Espanha e da Grécia (*Wikileaks*, 2004). A França é o país que mais armamento tem vendido à China, no entanto outros Estados membros da UE, incluindo a Grã-Bretanha, também negociam equipamentos que caem na categoria de duplo uso embora, em público, se oponham ao levantamento do embargo (Weitz, 2012).

Em 2005, o Congresso americano aprovou várias Resoluções no sentido de sensibilizar a UE para manter o embargo de armas à China e, com essa finalidade, o Presidente Bush e a Secretária de Estado da Defesa, Condoleeza Rice, efetuaram visitas à Europa. A UE, sensível a esta pressão, manteve o embargo, justificando esta decisão com a

¹⁹ O “Código de Conduta” para a exportação de armamento e equipamento de defesa, foi aprovado na União Europeia, pelo Conselho, em 5 de junho de 1998. Subsequentemente, através da Posição Comum 2008/944/CFSP, foram acordados oito critérios que os Estados membro devem considerar para licenciarem a exportação de armamento ou equipamento de defesa (UE, 2014a).

²⁰ Um “Código de Conduta” reforçado poderá exigir que os Estados membro notifiquem os outros das intenções de venda de armamento ou equipamento de defesa, o que abre as portas a uma eventual pressão para contrariar eventuais exportações problemáticas (Weitz, 2012a).

Lei Antissecessão²¹, aprovada pelo Governo chinês, em Março de 2005. Para esta decisão, foi fulcral o empenho americano que, através de *lobbies*, diplomacia e negociação com as empresas europeias produtoras de armamento e equipamentos de defesa, influenciou os governos dos países membros da UE (Huang, 2012: 3 e 18).

Em janeiro de 2010, a Espanha expressou querer eliminar quaisquer entraves na relação entre a UE e a China. A Alta Representante, Catherine Ashton, em dezembro do mesmo ano, recomendou que o embargo fosse levantado “[...] *to develop stronger foreign policy and security ties [...]*” com Pequim (Lowther, 2011). No entanto, independentemente do apoio francês e espanhol (*Security&Defence Agenda*, 2011), a UE, mais uma vez não obteve o consenso da maioria dos Estados membros e, recusou a proposta com base na falta de progressos na proteção dos direitos humanos (Huang, 2012: 20). A esta decisão, para a manutenção do embargo de armas, não terá sido alheia a pressão americana sobre os Estados europeus.

Em 2011, o Presidente Obama colocou a região da Ásia-Pacífico no topo das prioridades americanas. A contenção da China transformou-se no objetivo primordial americano, pelo que se torna muito improvável que, no futuro próximo, a UE venha a discutir ou considerar levantar o embargo de armas. Analisemos agora a Rússia, antes de confrontarmos os interesses destes dois Estados.

3.2. A Rússia

We have left behind Soviet ideology, and there will be no return. Proponents of fundamental conservatism who idealize pre-1917 Russia seem to be similarly far from reality, as are supporters of an extreme, western-style liberalism (Putin, 2013).

A manutenção da estabilidade na Rússia requer uma mão forte, face à dimensão do seu território, permeabilidade de fronteiras, agressividade dos seus vizinhos e diversidade étnica da população. Putin assumiu o poder, em 2000, após a década caótica que se seguiu à

²¹ A Lei Antissecessão reflete a determinação chinesa para o uso de meios “não pacíficos” contra qualquer movimento independentista de Taiwan, no caso de uma declaração de independência (China, 2005).

dissolução da União Soviética, durante a qual a Rússia perdeu o controlo sobre os países “satélite”, e repúblicas constituintes da União²², e enfrentou renhidos conflitos separatistas no Norte do Cáucaso. A indústria petrolífera, a maior fonte de receitas para o Estado, ficou devastada. Em consequência, o Governo reduziu os gastos com o bem-estar social e com a defesa, o que não foi suficiente para evitar, no final da década, uma grave crise financeira que resultou em *default* das dívidas interna e externa, forte desvalorização do rublo, falta de alimentos para a população e uma elevada inflação (Stratfor, 2013a).

A Rússia alterou radicalmente a sua política externa após a subida ao poder de Vladimir Putin que procurou, inicialmente, integrar a Rússia com o Ocidente, nomeadamente com a UE. No entanto, a meio da década, as relações com os Estados Unidos e a NATO deterioraram-se progressivamente, culminando, em 2008, com a Guerra da Geórgia. Dmitry Medvedev substituiu Putin, em 2 de março de 2008, dando início ao retomar (*reset*) das relações entre a Rússia e os Estados Unidos e ao desenvolvimento de parcerias com os países mais evoluídos. É conhecido que Putin continuou a dar as orientações políticas assumidas por Medvedev (Trenin, 2013: 1).

Em 2012, o Primeiro-Ministro Putin e o Presidente Medvedev trocaram de cargo, numa demonstração de que o poder, na Rússia, é claramente personalizado. Na realidade, após a era soviética, a liderança russa, obcecada pela assumida singularidade do país, optou pela reconstrução de um sistema de poder autocrático, recusa de prestação de contas quer interna quer externamente e, como corolário, pela vocação imperialista, assumindo uma esfera de influência sobre os Estados da anterior União Soviética, em cuja soberania constantemente interfere (Blank, 2012: 27-33).

Enquanto a Rússia diminuía em dimensão e influência internacional, a NATO e a UE constituíam-se como polos de atração para os países da Europa Central e Báltico, assim como para a Ucrânia e Geórgia, o que desagradou particularmente a Moscovo. O sentimento propalado foi de que a Federação Russa estava a ser cercada por uma aliança militar agressiva

²² Arménia, Azerbaijão, Bielorrússia, Estónia, Geórgia, Cazaquistão, Letónia, Lituânia, Moldávia, Ucrânia e Uzbequistão.

instigada pelos Estados Unidos, com a finalidade de a fragilizar e de lhe reduzir a relevância no sistema internacional (Rachwald, 2011: 118-120).

3.2.1. Política Externa

A atual política externa russa, embora não determinada, é marcada pelo seu passado histórico como autocracia. Moscovo tem filtrado as interações com o exterior para garantir que a sua economia não é exposta à liberalização do mercado, no sentido de preservar o sistema político que mantém a atual elite no poder. Na verdade, a globalização não é encarada como uma ameaça aos interesses nacionais russos mas sim aos da sua liderança política (Wallander, 2007: 118). Esta ideia é claramente evidenciada pelo analista Stephen Blank, com as palavras de Dmitry Furman:

Our system's democratic camouflage demands partnership with the West. However, the authoritarian, managed content of our system dictates the exact opposite. A safety zone for our system means a zone of political systems of the same kind of managed democracies that we are actively supporting in the CIS and, insofar as our forces allow, everywhere [...] Why spend so much money in the name of 'proletarian internationalism'? But if you do not expand, you contract. [...] The system of managed democracy in Russia will perish if Russia is besieged on all sides by unmanaged democracies. [...] The West cannot fail to support the establishment of systems of the same type as the West's, which means expanding its safety zone. We cannot fail to oppose this. Therefore the struggle inside the CIS countries is beginning to resemble the Russian-Western conflict (Furman, 2006 *apud* Blank, 2012: 57).

Como implícito nas palavras de Furman, a ausência de um sistema democrático gera a incapacidade de levar a cabo uma séria reforma política, incluindo para garantir a subordinação das suas forças armadas ao poder civil e democrático. Como vimos, com Putin foi abandonada a orientação política pró europeia e, em contrapartida é fomentada uma ideologia euroasiática que promove, na Rússia, um sentimento de exclusividade no relacionamento internacional. O euroasiatismo contribui para a união nacional em torno de uma política que favorece uma forte e decisiva ação unilateral internacional, numa frontal rejeição dos valores de igualdade e segurança coletiva subjacentes à NATO. Nesta linha, as ideias e instituições internacionais são responsabilizadas pelos problemas políticos e económicos com que a Rússia se depara. Através do euroasiatismo é assumido que, por razões geográficas e culturais, apenas uma entidade política pode dominar os territórios que

constituíam a União Soviética, num claro postulado de saudosismo ao czarismo imperial e posteriores políticas soviéticas (Rachwald, 2011: 120 e 121).

Após Putin se declarar vencedor das eleições presidenciais, em 4 de março de 2012, as suas primeiras decisões foram no sentido de eliminar, na Rússia, quaisquer influências do exterior. Para o efeito, emitiu uma lei para terminar o financiamento externo a organizações não-governamentais russas; exigiu que as instituições estrangeiras terminassem a sua atividade no país; revogou diversos acordos hostilizando frontalmente os Estados Unidos²³; e, em paralelo, abandonou as políticas liberais, reassumindo o tradicional conservadorismo (Trenin, 2013: 1).

A Comunidade Económica Euroasiática (CEE)²⁴, foi implementada, em 2000, com a finalidade de criar os instrumentos para a cooperação económica entre os Estados membros. Num artigo que Putin publicou, em outubro de 2011, a ideia de reunificar os países da antiga União Soviética é muito acarinhada. Na sua perspectiva, a forma de levar a efeito esse desiderato, seria através da União Aduaneira (UA), implementada com a Bielorrússia e Cazaquistão em julho de 2010, e do Espaço Económico Comum (EEC)²⁵, implementado em janeiro de 2012, através dos quais seria possível evoluir para um maior nível de integração—a União Económica Euroasiática (UEE)²⁶, cuja implementação está prevista para 2015.

Para Putin, como ilação da crise económica global, a integração regional é preferível à globalização (Trenin, 2013: 3). O esforço russo para formar e expandir a UA e a UEE, tem a finalidade de atrair os países da anterior esfera soviética e mantê-los como parceiros económicos e de segurança (Weitz, 2014: 13). Neste sentido, Putin sugere “[...] *a powerful supranational association capable of becoming [...] an efficient bridge between Europe and*

²³ Putin proibiu a presença da Agência Americana para o Desenvolvimento Internacional (USAID), o financiamento para a UNICEF, cancelou o programa Nunn-Lugar contra a proliferação, proibiu a adoção de crianças russas por casais americanos e denunciou um acordo bilateral de combate ao narcotráfico (Kramer e Corke, 2012: 6).

²⁴ A CEE inclui a Rússia, Bielorrússia, Cazaquistão, Quirquístão e Tajiquístão. O Uzbequistão integrou esta organização, em 2006, mas suspendeu a sua participação em 2008.

²⁵ O EEC inclui os três países constituintes da UA (Rússia, Bielorrússia e Cazaquistão).

²⁶ A UEE será constituída pelos três países da UA (Rússia, Bielorrússia e Cazaquistão) e decorrem negociações para a inclusão da Arménia (Asbarez.Com, 2014).

the dynamic Asia-Pacific region. [...] and establishing a full-fledged economic union” (Putin, 2011). Na ótica de Trenin (2013: 3), a integração de países da antiga esfera soviética só é viável se voluntária e de âmbito económico, pelo que uma ambição superior à coordenação de políticas no âmbito de uma UA e de um EEC é inexecutável.

Tal como Gorbatchev e Brzezinski, Putin acredita que a Ucrânia é fulcral para a “massa crítica” da Rússia e, como tal, indissociável de uma UEE. Com plena consciência deste facto, a liderança ucraniana, mesmo com graves problemas financeiros, foi sempre extremamente cética quanto a uma maior aproximação à Rússia, pelo receio de uma potencial “assimilação”. De igual forma, o Uzbequistão denota relutância em vir a fazer parte da UEE, mas já o Quirguistão e Tajiquistão poderão ser mais recetivos, desde que possam preservar a sua soberania e liberdade de ação (Lukyanov, 2013).

Conflituando a finalidade da UEE com o espaço já ocupado pela Cooperação Económica da Ásia e do Pacífico (CEAP)²⁷, para Trenin (2013: 3), um novo enfoque político só teria aceitação se a Rússia se assumisse como uma nação Euro-Pacífica, e seria nesse sentido que o país deveria empenhar-se. Para o efeito, a Rússia teria de integrar a sua parte oriental e, em consequência, ela mesma na Ásia-Pacífico. De relevar que as regiões mais orientais, economicamente muito fracas, fazem fronteira com países de elevado índice de desenvolvimento, pelo que seria vantajoso poderem usufruir dos benefícios desta vizinhança.

3.2.2. A Modernização das Forças Armadas

Putin e os seus seguidores compreenderam que só a exuberância da economia lhes confere a capacidade de competir na política internacional e edificar forças militares exequíveis para a defesa do interesse nacional (Blank, 2012: 41).

Durante o período da União Soviética, as Forças Armadas atingiram um pico de 4,9 milhões de homens. Após a dissolução, a Rússia iniciou uma série de reformas no sentido de

²⁷ O Anexo 11 ilustra os países que constituem a CEAP.

adaptar as forças militares “herdadas” do período da União Soviética e está em curso um esforço para reduzir o efetivo de 1,2 milhões, existente em 2008, para menos de 1 milhão. Em simultâneo, foi iniciado, em 2011, um programa de modernização, a dez anos, para dinamizar a indústria de defesa e melhorar o armamento e equipamento, pelo que, como refletido no Anexo 10, a despesa tem vindo a aumentar exponencialmente (Nichol, 2011: 1).

Na continuidade dos anteriores regimes, internamente, persiste a noção de que a Rússia é permanentemente ameaçada do exterior. Segundo a estratégia de segurança nacional e doutrina militar, adotadas em 2011, é considerado improvável um ataque à Rússia, no entanto, os Estados Unidos e a NATO constam naqueles documentos como os potenciais inimigos, esta pelo alargamento a países da periferia da Rússia e execução de operações fora de área, sem o aval do CSNU (Nichol, 2011: 3). A NATO e os Estados Unidos constituem-se assim os adversários cujas forças a Rússia deve equilibrar.

A Rússia promove atualmente um esforço metódico para a reconstrução da capacidade de projeção de forças em toda a área da Confederação de Estados Independentes (CEI), particularmente nos países da Ásia Central. Tem consolidado a sua presença, nestes Estados, comprando algumas das antigas instalações industriais de defesa da época soviética e construindo instalações militares no Quirguistão e Tajiquistão. Tem vindo a expandir a sua frota naval do Cáspio e, no âmbito multilateral, tem promovido alianças de integração militar através da Organização do Tratado de Segurança Cooperativa (OTSC)²⁸ e fomentado a implementação da Força Naval para o Cáspio (FNC)²⁹ (Blank, 2012: 43).

3.3. A China e a Rússia

Tanto a diplomacia russa como a chinesa têm vindo a esforçar-se para valorizar a ligação entre os seus Estados. Os líderes chineses têm demonstrado o seu agrado pela

²⁸ Da qual fazem parte: Arménia, Bielorrússia, Cazaquistão, Quirguistão, Rússia e Tajiquistão.

²⁹ Moscovo propôs a formação de uma força naval para o Cáspio, com a integração dos cinco Estados ribeirinhos (Irão, Rússia, Azerbaijão, Cazaquistão e Turquemenistão), com a finalidade de promover o combate ao terrorismo, tráfico de armas e droga e proliferação de armas de destruição maciça (*Global Research*, 2007).

pragmática relação com a Rússia, a qual é ausente de criticismos relativamente às suas disputas territoriais e políticas de direitos humanos (Weitz, 2014: 11). Igualmente, os porta-vozes chineses têm mantido uma atitude muito cautelosa e neutral, ao comentar ou apoiar as posturas russas, nunca criticando a forma como são resolvidos os problemas internos ou a sua política externa, como foi exemplo a recente intervenção na Crimeia (Cohen, 2014: 2 e 3).

A Rússia deixou de se constituir como uma superpotência mundial, com a emergência da China. Após ultrapassadas as hipóteses de uma adesão à NATO e integração na UE, a liderança russa perspectiva na aproximação à China uma forma de encontrar um equilíbrio de poder para com os Estados Unidos. Pela primeira vez, em três séculos, a Rússia é ultrapassada pela China em várias vertentes, nomeadamente: na economia, em que na última década o PIB chinês quadruplicou o russo; nas finanças, sendo a China o Estado com maiores reservas cambiais; na despesa com a defesa, tendo a China passado a ter a segunda maior e a russa a quinta; nas Forças Armadas, onde se verifica que a China começa a ter melhores forças convencionais que a Rússia, em qualidade e quantidade; e na ciência e tecnologia, embora nesta área a China ainda não esteja ao nível da Europa, Estados Unidos ou Japão (Trenin, 2012: 4-8).

A política externa russa tem vindo a incrementar esforços no sentido de acelerar o desenvolvimento da Sibéria e Extremo Oriente russo, o que é entendido só ser possível com a melhoria das relações económicas e políticas com os países da Ásia-Pacífico, mormente os Estados Unidos, China, Japão e Coreia do Sul (Barabanov e Bordachev, 2012). Com esta finalidade, a Rússia tem vindo a promover uma maior aproximação à China, pelo potencial para desenvolver economicamente aquelas regiões. Neste sentido, os acordos para a delimitação de fronteiras entre os dois Estados, em 1991, 1996 e 2004, e a construção de uma conduta de petróleo para o Pacífico, serão contributos decorrentes daquela argumentação. Na perspectiva de Pequim, o desenvolvimento industrial do nordeste da China poderá ser potenciado pelas matérias-primas provindas do Extremo Oriente russo e Transbaikal. A integração transfronteiriça foi oficializada, em 2009, pelos Presidentes Medvedev e Hu Jintao, através da assinatura de um programa de cooperação que configura os interesses acima referenciados (Lee, 2013).

A China tem vindo a constituir-se como o parceiro mais relevante do Extremo Oriente russo e Transbaikal, assumindo, em 2012, 28% das trocas comerciais com esta região. Em termos de investimento acumulado, em 2011 e 2012, ficou-se apenas por cerca de 288 milhões de dólares, mormente em projetos pequenos, de baixo risco e lucro rápido. É, no entanto, pela terra excedentária que os chineses mostram maior apetência, com um grande número de agricultores e trabalhadores a instalarem-se nas regiões fronteiriças e a exportarem, a maior parte da sua produção de cereais, para a China (Lee, 2013).

Para Arthur Rachwald (2011: 125), independentemente da folga financeira proveniente da exportação de energia, a Rússia tem uma economia muito incipiente. Embora possuindo um notável arsenal nuclear, é governada por uma pseudodemocracia e a assertividade de Moscovo, no relacionamento internacional, pode indiciar uma sensação de vulnerabilidade e insegurança política. A Rússia procura contrariar estas debilidades através da expansão da sua influência e implementação de uma rede de coligações passíveis de influenciar em seu benefício. A OCX poderá vir a transformar-se numa dessas coligações.

Em meados dos anos 1990 as Repúblicas do Cazaquistão, Quirguistão e Tajiquistão, a Federação Russa e a República Popular da China levaram a cabo reuniões com a finalidade de resolver as suas disputas territoriais e acordar as suas fronteiras, assim como discutir os problemas comuns de crime internacional e de terrorismo. Face ao bom entendimento prevalecente, este grupo avançou com uma iniciativa denominada os “Cinco de Xangai”, que reuniu pela primeira vez em abril de 1996, e com a adesão do Uzbequistão, em janeiro de 2001, os seis Estados implementaram a OCX (cujos Estados membros e candidatos são identificados no Anexo 12). A Carta da OCX, estabelece-lhe como objetivos:

[...] cooperation in the maintenance and strengthening of peace, security and stability [...] counteract terrorism, separatism and extremism [...] illicit narcotics and arms trafficking and illegal migration [...] regional cooperation in [...] politics, trade and economy, defense, law enforcement, environment protection, culture, science and technology, education, energy, transport, credit and finance [...] (OCX, 2002)

A ascensão do terrorismo incentivou a China à implementação da OCX e de um quadro jurídico para o emprego do EPL no exterior, como vertido na Convenção daquela Organização, assinada em 15 de junho de 2001. Esta decisão é marcante por constituir a primeira vez que a China considera o emprego de forças militares fora do seu território, no

caso, para o combate ao terrorismo ou separatismo, na eventualidade de outros signatários o solicitarem (OCX, 2001).

De assinalar o potencial da OCX face à população, de cerca de 1,5 biliões dos Estados membros, agregada com a dos quatro observadores (Mongólia, Irão, Paquistão e Índia) perfaz quase metade da população mundial; a Rússia e a China são potências nucleares, assim como a Índia e o Paquistão; a Rússia, Cazaquistão, Uzbequistão e Irão são grandes produtores e exportadores de energia; a China e a Índia são grandes importadores; e, ainda, as forças armadas da Rússia e da China estão entre as três maiores do mundo. Com estes indicadores, em teoria, a OCX tem um formidável potencial económico, político e militar (de Haas e van der-Putten, 2007: 1).

Os interesses de Pequim prendem-se com a necessidade de segurança na sua fronteira ocidental, onde pretende granjear a cooperação dos seus vizinhos muçulmanos, no sentido de prevenir uma revolta na Província de Xinjiang e, não menos importante, fomentar um mercado para exportação das suas mercadorias e importação de energia. Na vertente da Rússia, embora a ênfase seja mais acentuada na segurança, terá sido assumido que os chineses iriam, de qualquer forma, desenvolver o seu relacionamento com os Estados da Ásia Central, pelo que terá preferido incluir-se e dialogar com a China dentro da mesma organização (Trenin, 2012: 30 e 31). Assim, a OCX configura-se como o palco de uma competição sino-russa na Ásia Central, no entanto, independentemente dos interesses dos vários atores integrantes, a análise das atividades e iniciativas para a delimitação e controlo de fronteiras, troca de territórios, combate ao tráfico de droga e terrorismo, leva a crer que esta organização tem sido bem-sucedida nos objetivos propostos (Dadabaev, 2013: 1-10).

3.3.1. Interesses Antagónicos

As relações entre a Rússia e a China dependem de interesses. Por um lado permite-lhes o enfoque no que os une mas, pelo outro, a fluidez do contexto internacional e a interferência dos demais atores, traz uma grande incerteza ao futuro relacionamento (Lo, 2008: 6). Com esta perceção, não existe um sentimento de mútua confiança quer em Moscovo quer em Pequim. Neste cenário, é evidente a ausência de uma visão comum e consensual

entre a Rússia e a China, assim como nos outros membros da OCX, mormente quanto ao futuro desta organização que, sendo recente, a sua forma e conteúdo ainda não estão bem definidos. Alguns autores relevam a rivalidade entre aqueles dois Estados, no que se refere ao domínio político e da segurança. No entanto, os aspetos económicos configuram a maior problemática (Dadabaev, 2013: 15 e 16).

A China confronta-se, no âmbito da OCX, com um bloco uniforme de países da antiga União Soviética, que partilhando um passado e problemas comuns, compreendem as dificuldades que os afetam. Acresce que a Rússia tem experiência na forma como se deve relacionar com cada um deles (Laumulin, 2006: 10). Para a Rússia, a OCX é uma organização de cooperação política e de segurança, que lhe interessa para criar uma área de influência, na Ásia Central e Oriental, com base na defesa e na indústria militar afeta. Nesse sentido, tem vindo a promover exercícios, de âmbito bilateral, com os diferentes aliados na OCX, com o fim de transformar esta, numa organização militar de defesa. A China tem claramente obstado a estas intenções russas, enfatizando o carácter económico e de trocas comerciais (Blank, 2012: 44), cooperação financeira e, eventualmente, uma união aduaneira (Dadabaev, 2013: 15). O Presidente Xi Jinping, antes do início da Cimeira da OCX, de setembro de 2013, efetuou visitas ao Turquemenistão, onde inaugurou a primeira fase da maior exploração de gás mundial; ao Cazaquistão onde fechou um negócio de 5 biliões de dólares para garantir o acesso a petróleo do projeto de Kashagan³⁰; ao Uzbequistão onde assinou um contrato de 15 biliões de dólares para o fornecimento de petróleo, gás e urânio; e ao Quirguistão onde acordou projetos relativos a energia no valor de 3 biliões de dólares, nomeadamente a construção de uma conduta de gás entre este país e a China (Wood, 2013: 8).

Para a China a cooperação financeira e económica e de segurança são indissociáveis. No entanto, para a Rússia, a perspectiva chinesa conflitua com os seus interesses e defende que a OCX não se destina à integração económica. Nesse sentido, mantém-se empenhada em preservar e dar importância aos projetos de sua iniciativa, nomeadamente a UA e UEE. Bobo Lo (2008: 54) qualifica a relação entre a Rússia e a China como um “eixo de conveniência”,

³⁰ Descoberta, em 2000, no Mar Cáspio, Kashagan é considerada a jazida petrolífera mais importante dos últimos 30 anos (*Offshore Technology.com*, 2013).

dado esta relação ter subjacente uma forte solidariedade e ambos acreditarem que devem resolver as suas diferenças e apresentarem-se unidos no sistema internacional, mormente a combater a presença americana na Ásia Central e a compatibilizarem posições no âmbito do Conselho de Segurança das Nações Unidas (CSNU).

3.3.2. A OCX e os Países da Ásia Central

The wide range of questions raised by the SCO highlights the diversity of potential issues the organization faces. A number of these, however, are often solved outside the framework of the SCO. [...] Consequently, there is no SCO policy *per se*. However, the very fact that the SCO exists and seems to be active in the area of foreign policy (or geopolitics) creates the perception (or at least the illusion) of there being a new and serious player on the regional and international stage. In this context and in regard to Kazakhstan's foreign policy, it is worth pondering whether the SCO is little more than a *trompe l'oeil* (Laumulin, 2006: 6).

Parte da elite política e empresarial dos países mais pequenos da Ásia Central encaram com muito ceticismo e como uma ameaça às economias locais a assertividade da expansão económica chinesa, incluindo no desenvolvimento de infraestruturas relacionadas com a extração e transporte de energia. Noutra vertente, o aluguer de terrenos agrícolas a empresas chinesas, no Quirguistão, Tajiquistão e Cazaquistão, tem levantado uma onda de descontentamento e protestos entre os agricultores desses países, pela intensa imigração de trabalhadores chineses. A agravar este sentimento, a política seguida pelas empresas chinesas de trazerem a totalidade da sua força laboral, exclui qualquer contratação de trabalhadores locais. Acresce que a população constata a ausência de criação de riqueza, pelos investimentos chineses, e que os seus países são encarados como fontes de matéria-prima, exportada para fomentar a indústria chinesa, como refletido no Anexo 13. Esta perspetiva não é, no entanto, partilhada pelas elites políticas, para quem os acordos com a China são muito benéficos. Acresce que, para estas elites, a OCX se constitui como uma zona de conforto, excluindo os seus governos da pressão para a introdução dos valores democráticos e formas de desenvolvimento político e económico ocidentais (Dadabaev, 2013: 7-9).

A China está com um elevado acréscimo de população na idade de trabalho. Em contraste, nalguns Estados da Ásia Central verificou-se uma elevada emigração na década de 1990 o que, nomeadamente no Cazaquistão, teve um impacto negativo na força laboral, que carece ser colmatado face às atuais necessidades provocadas pelo desenvolvimento na

primeira década deste século. Foram assim criadas as condições para a imigração de operários e técnicos chineses, cuja movimentação tem sido facilitada por um quadro legal, construído desde o final da década de 1980, através de vários acordos bilaterais, nomeadamente para o comércio e a cooperação económica, energia, investimento, controlo fronteiriço e aduaneiro e facilitação de vistos (Sadovskaya, 2007: 151).

A influência e os desenvolvimentos pela China, na Ásia Central, estão muito dependentes da Rússia. A oportunidade oferecida pela decadência russa, na década de 1990, foi aproveitada pela China para expandir a sua presença num ambiente de cordiais relações e de cooperação, sem procurar o domínio regional ou afrontar a liderança russa (Sutter, 2008: 10). Nos países da Ásia Central subsiste ainda a memória do período soviético e as infraestruturas herdadas restringem as oportunidades de relacionamento económico aos países na esfera da antiga União Soviética. A Ásia Central esteve sob o domínio russo durante mais de um século e, até recentemente, a Rússia dominava o mercado energético, incluindo a extração dos recursos e condutas para o seu transporte. Esta situação privilegiada conferia-lhe enormes vantagens estratégicas e económicas, face à possibilidade de controlar os pilares da economia da Ásia Central. Assim, a construção de condutas e o envolvimento da China, neste sector, diminuiu a dependência regional da Rússia. Neste entendimento, os investimentos chineses, em infraestruturas e oferta de mercado, são percecionados pelos Estados da Ásia Central, como uma alternativa e diversificação de opções à esfera russa (Zhao, 2013).

Um comentário final para a percepção que estes países têm da China e Rússia como potências regionais. A China é vista como estranha à região e este sentimento é demonstrado com alguma frequência pelos políticos e população, juntamente com o receio do expansionismo e eventual domínio. A Rússia continua a ser vista, recordada e receada pelo seu passado, que marcou estes países pela ambição imperialista (Dadabaev, 2013: 18). Mas, embora a OCX seja palco de interesses antagónicos, denota grande utilidade para a permanência no poder de governos afins, com a Rússia, e facilitar a expansão da economia e obtenção de recursos minerais, pela China.

3.4. A OCX: Palco de Interação Sino-Russa

Ao longo deste capítulo sintetizámos as ambições políticas da China e Rússia, quer individualmente, quer no contexto da OCX. Analisámos os interesses e perspectivas daqueles dois Estados e ilustrámos as diferenças de interesses entre eles e as dificuldades que a OCX enfrenta para se afirmar, como uma organização relevante no sistema internacional. Para este exercício contribuiu a identificação das despesas com a defesa nos dois países, as disputas territoriais que a China mantém ainda em aberto, os investimentos chineses e russos na Ásia Central, a finalidade e participação em exercícios militares no âmbito da OCX e, muito relevante, os discursos políticos que, individualmente, ou através de declarações conjuntas, foram proferidos pelas elites americanas, russas e chinesas.

Vimos que a China tem vindo a transformar-se, pelo desenvolvimento económico, mas mantém intactas as suas reivindicações territoriais e que a importação de energia continua a ser uma das suas principais preocupações. Face à aquisição e modernização de capacidades militares, pela China, o Japão denota apreensão e tem vindo a rearmar-se. A potência vizinha, a Rússia, alterou radicalmente a sua política externa e, com a subida ao poder de Vladimir Putin, tem promovido o euroasiatismo e o sentimento de que a Federação Russa está a ser cercada por uma aliança militar agressiva – a NATO, instigada pelos Estados Unidos. Putin iniciou um programa de modernização das suas capacidades bélicas e de revitalização da indústria de defesa.

A OCX constitui-se como um palco de interação entre a Rússia e a China. Para a primeira, a OCX constitui-se como uma organização de cooperação política e de segurança; para a segunda, o propósito oficial é meramente económico. Os Estados da Ásia Central receiam a assertividade da expansão económica chinesa, acompanhada pela migração de trabalhadores e ausência de criação de riqueza local pelos investimentos; no referente à Rússia, subsiste a memória do período soviético e um sentimento anticolonialista que resiste às suas políticas de desenvolvimento.

É neste contexto que no próximo capítulo iremos confrontar a NATO, a China, a Rússia e a OCX.

Capítulo 4. A NATO, a China, a Rússia e a OCX: Interesses Comuns e Antagonismos

Até há menos de dez anos, a Rússia absorvia todo o petróleo e gás produzidos pelos países da Ásia Central e controlava os mercados onde esta energia era comercializada, comprando-a a baixos preços, transportando-a e exportando-a em condutas da época soviética. Embora a Rússia ainda controle a maior parte da exportação energética da Ásia Central, a sua importância económica tem vindo a diminuir em resultado das práticas seguidas que, durante anos, provocaram a insatisfação dos países produtores e os levou a intensificar as relações comerciais com a China (*The Economist*, 2013).

Se por um lado a Rússia reconhece e aceita a predominância económica chinesa na região³¹, da qual pretende obter o maior benefício, por outro, a China reconhece publicamente a relevância russa em matérias de segurança. Ambos estão apreensivos com a saída da NATO do Afeganistão (*The Economist*, 2013).

Ao longo deste capítulo iremos analisar os interesses russos e chineses, separadamente e no âmbito da OCX, e como esses interesses os levam a antagonizar ou cooperar com o Ocidente e, em particular, com a NATO. Através da análise da interação destes atores, testaremos a nossa segunda hipótese e registaremos a enorme capacidade e flexibilidade que a NATO tem demonstrado para se relacionar com a Rússia e a China, através do diálogo e da cooperação adequada aos diferentes contextos, o que também contribui para a sua relevância no sistema internacional. Veremos, como a OCX se constitui de utilidade para a estabilidade da Ásia Central, embora enferme de confrontações de interesses, russos e chineses, que a impedem de se consubstanciar como uma organização agregadora e promotora de atividades que, como a NATO, contribua para a segurança e estabilidade internacional.

³¹ Quatro dos cinco países da Ásia Central têm a China como o maior parceiro comercial – Uzbequistão é a exceção (*The Economist*, 2013).

4.1. Os Estados Unidos, a China e a Rússia

Tendo analisado os constrangimentos internos e interesses externos, chineses e russos, examinemos agora a sua interação com os Estados Unidos, que levou o Presidente Obama, em 2012, a dar orientações no sentido de atribuir maior prioridade à Ásia-Pacífico, incluindo a alocação de mais capacidades militares inerentes a uma guerra aeronaval (Lai, 2013b: 16). Obama efetuou as primeiras visitas da sua presidência à região, com a finalidade de assinalar a importância que lhe devota e, na sequência, Hillary Clinton deixou bem expresso o móbil americano de:

[...] strengthening our bilateral security alliances; deepening our working relationships with emerging powers; engaging with regional multilateral institutions; expanding trade and investment; forging a broad-based military presence; and advancing democracy and human rights (Estados Unidos, 2011).

Neste sentido os Estados Unidos aderiram ao Tratado de Amizade e Cooperação do Sudeste da Ásia e à Parceria Trans-Pacífico (PTP)³², numa tentativa de promover uma área de comércio livre nesta região e retomar a liderança como o maior parceiro comercial, perdida para a China, em 2004, como ilustrado no Anexo 14 (Lai, 2013b: 13 e 14).

Esta iniciativa constitui um esforço para reiniciar o processo de liberalização do comércio no âmbito da CEAP sendo que, a finalidade primária será reduzir a influência chinesa na ANSEA – Área de Comércio Livre da China (ANSEA-ACLC)³³, assim como noutras organizações lideradas pela China no Oriente e Sudeste asiático, no sentido de impor a este Estado regras e códigos de conduta. De relevar que a China não faz parte das negociações para a PTP³⁴, o que lhe provoca uma reação de desconforto pelo receio de que

32 A PTP tem por base o Acordo de Comércio Livre entre a Nova Zelândia, Chile, Singapura e Brunei, com efeitos a partir de 2006. Em 2008, os Estados Unidos anunciam a decisão de iniciar conversações para uma futura adesão, no que foram secundados pela Austrália, Perú e Vietname. A Malásia, em 2010, o Canadá e México, em 2012, e o Japão, em 2013, associaram-se também às negociações. Prevê-se que as negociações sejam finalizadas até finais de 2014 (Bush e Meltzer, 2014: 2).

³³ A ANSEA-ACLC é uma área de comércio livre entre os dez membros da ANSEA e a China, cujo acordo foi assinado em 2002, com a finalidade de liberalizar o comércio entre os onze Estados a partir de 2010 (*Department of Trade & Industry – Phillipines*, 2014).

³⁴ A participação da China na PTP não serve os seus interesses, porquanto teria como consequência a imposição de regras, nomeadamente as relativas à propriedade intelectual, medicamentos genéricos e liberalização de serviços. Assim, a China prefere participar e dinamizar a Parceria Económica Abrangente Regional, no âmbito da ANSEA que, para este fim, tem como convidados a China, o Japão, a Coreia do Sul, a Austrália, a Nova

Taiwan possa aderir a esta organização, conferindo-lhe um estatuto internacional. Esta seria uma decisão que os dois principais partidos políticos de Taiwan, o *Kuomintang* (KMT) e o *Democratic Progressive Party* (DPP), apoiariam porquanto seria mais um passo na direção da sua condição de Estado soberano (Bush e Meltzer, 2014: 3 e 4).

Os chineses observam o reposicionamento americano no Pacífico Ocidental com muitas reservas e, parte da elite política entende-o como uma precaução para equilibrar e eventualmente conter a emergência da China (Estados Unidos, 2013: 16) e receia a interferência nas suas disputas territoriais. Como resultado é “forçada” a preparar-se para uma eventual intervenção americana e responde com um acentuado desenvolvimento e modernização das capacidade militares e uma concentração destes meios na sua costa leste (Lai, 2013b: 10). Acresce que, em Taiwan, a China tem receio de que o DPP possa promover uma maior aproximação aos americanos, procurando acesso a armamento e equipamento de defesa ao abrigo do *Taiwan Relations Act*³⁵, o que iria novamente colocar à prova as relações entre as três partes, que atualmente denotam uma tendência positiva (Lai, 2013b:23-25).

No referente à Rússia, a assertividade, para com o Ocidente, tem vindo a aumentar na última década e a recente intervenção na Crimeia, não constituiu uma surpresa para alguns analistas políticos que assemelham esta ação à invasão da Geórgia e que, identicamente, Putin sabe que o Ocidente não poderá fazer muito para contrariar esta intromissão nos assuntos internos da Ucrânia, incluindo pelo entrosamento económico e do sistema financeiro existentes, entre a Rússia e a Europa. Acresce que, a consagrar-se este cenário, a Rússia protelou indefinidamente a adesão da Ucrânia à NATO, face a uma potencial futura disputa territorial em aberto (Warner, 2014). A possibilidade de antever as ações russas continua a aparentar a mesma dificuldade com que Churchill se confrontou:

Zelândia e a Índia (10+6), com o objetivo de formalizarem um acordo de comércio livre (Steinbock, 2014 e Chua, 2013: 736).

³⁵ A *Public Law 96-8* de 1 de janeiro de 1979, que ficou denominada por *Taiwan Relations Act*, deixa de reconhecer a denominação de Taiwan como “República da China”, mas permite continuar a vender-lhe armamento de carácter defensivo (*American Institute of Taiwan*, 1979).

I cannot forecast to you the action of Russia. It is a riddle, wrapped in a mystery, inside an enigma; but perhaps there is a key. That key is Russian national interest³⁶.

Para os apoiantes de Putin, a guerra com a Geórgia, em 2008, foi a prova de que a Rússia, como um grande império e relativamente impermeável a influências externas (Shin, 2014), podia agir unilateralmente e que o Ocidente era incapaz de o evitar. Com esta ação terá desaparecido o “estigma da humilhação” e Moscovo sabe que a necessidade de manter um diálogo com os Estado Unidos fará ultrapassar quaisquer dificuldades criadas no âmbito regional. Assim, o retomar de relações bilaterais, que ficou conhecido como o “*strategic reset*”, veio a ocorrer logo no início de 2009, tendo Moscovo e Washington, nesse âmbito, acordado cooperar em áreas como o terrorismo, proliferação nuclear, Afeganistão, Coreia do Norte e Irão, assim como em questões ambientais. A Rússia, impulsionada por Putin, adquiriu uma renovada importância como potência indispensável na discussão de qualquer solução estratégica global. Esta nova visão eleva-a ao nível dos Estados Unidos e NATO, e concede-lhe uma esfera de influência sobre o Cáucaso, Ucrânia e Bielorrússia, que faz excluir qualquer cenário de alargamento da Aliança a esta região e nela torna improvável a repetição das revoluções coloridas (Rachwald, 2011: 121 e 122).

É neste contexto de elevação a potência global, que Trenin (2013: 2) expressa o sentimento de Moscovo sobre os Estados Unidos, NATO e Europa Ocidental. Para os Estados Unidos, é auspiciado um declínio pelos problemas económicos e financeiros, envolvimento em guerras de desfecho dúbio, incapacidade de resolução da crise nuclear com a Coreia do Norte e (eventualmente) Irão e rivalidade económica com a China e Europa. No referente à NATO, a perceção é de uma pesada burocracia sustentada pela inércia, tendo perdido o sentido de finalidade. Quanto à Europa Ocidental, a sua visão é de que está obcecada com problemas económicos e é refém do abastecimento de gás e petróleo russo. Neste cenário, os russos, segundo Trenin, partilham o sentimento de que o mundo está a tornar-se multipolar, a democracia não garante a qualidade na governação e a política externa americana é ineficaz. Em conclusão, Moscovo não acolhe os valores ocidentais e prefere os seus.

³⁶ Discurso por Winston Churchill numa transmissão radiofónica, em 1939 (*The Churchill Society*, 2014).

4.2. NATO e China

A NATO ainda não assumiu internamente uma política de relacionamento para com a Ásia. Após o início das operações no Afeganistão, aprofundou a cooperação com um conjunto de países³⁷ da região que contribuem ou contribuíram de forma direta ou indireta para o sucesso das diferentes campanhas militares em que a Aliança se empenhou. No entanto, a fronteira comum entre a China e o Afeganistão constitui motivo suficiente para identificar possíveis áreas de cooperação entre a NATO e aquele Estado (Lin, 2012: 3), o que o Secretário-Geral, Anders Rasmussen, ainda que reconhecendo a política não aliada seguida pela China, relevou numa entrevista à *Xinhua*. No mesmo espírito, Rasmussen enfatizou o convite da NATO para uma discussão política sobre o combate à pirataria, face à necessidade de incrementar a segurança cooperativa no atual contexto internacional, e realçou as acrescidas responsabilidades que a China partilha na estabilidade global e o potencial para cooperação, com a NATO, através de consultas políticas, no âmbito da segurança, muito em particular por a China ser membro permanente do CSNU (*Xinhua*, 2010).

4.2.1. Os Interesses Comuns

O empenho da NATO no envolvimento da China na segurança internacional é o reconhecimento da sua crescente influência e da comunhão de interesses, nomeadamente no combate ao terrorismo transnacional, proliferação nuclear, segurança energética e pirataria. No entanto, as suspeitas de espionagem cibernética pela China, em países da NATO, e a ausência de apoio direto às operações no Afeganistão, incluindo o financeiro, para a formação das Forças Armadas afegãs, tem levado a que alguns aliados mostrem o seu descontentamento face à postura chinesa, embora compreendendo que esta possa ser justificada pelo receio de antagonizar os Talibans afegãos que, por sua vez, poderiam voltar a apoiar o movimento separatista chinês protagonizado pelos Uyghur³⁸ (Weitz, 2012b).

³⁷ Japão, Coreia do Sul, Singapura, Austrália, Nova Zelândia e Mongólia.

³⁸ Este movimento separatista é dinamizado pelo Partido Islâmico do Turquestão, liderado pelos Uyghur e sediado no Paquistão. Os Uyghur referem-se a Xinjiang como o Turquestão Oriental.

Embora os contatos com a China, a nível político, já tenham sido iniciados há algum tempo, na vertente militar só vieram a concretizar-se em 2010, quando uma delegação do EPL visitou o Quartel-General da NATO, em Bruxelas. A partir de março de 2011, a Marinha chinesa iniciou a colaboração com a força naval NATO no Golfo de Áden, no âmbito da Operação *Ocean Shield*, para o combate à pirataria marítima. No processo de estabelecimento de relações de confiança, os comandantes das forças navais da China e da NATO, formalizaram visitas recíprocas aos navios almirante (ACO, 2011 e NATO, 2012b). A cooperação entre as forças navais incluiu a partilha do acesso à plataforma MERCURY³⁹, no sentido de melhorar a troca de informação e coordenar a atividade das forças chinesas com as demais, também envolvidas no combate à pirataria e, não menos relevante, a participação em reuniões de coordenação, no âmbito da iniciativa *Shared Awareness and Deconfliction* – SHADE⁴⁰ (Lin, 2012: 5).

A China mantém uma posição ambivalente para com a NATO, o que em parte justifica o incipiente relacionamento que se verifica. Para alguns analistas chineses, segundo Richard Weitz (2012b), a expansão da área de operações da NATO é encarada com entusiasmo, face à eventual pacificação no Afeganistão que protege os investimentos chineses e previne que este país se constitua como um santuário a terroristas que apoiem o separatismo chinês em Xingjiang⁴¹. Mas, para outros, prevalece o receio de que os Estados Unidos se estejam a servir da NATO como cobertura, para conter a crescente influência global chinesa, tendo em conta o atual enfoque estratégico americano na Ásia-Pacífico e implementação, pela

³⁹ Aplicação informática desenvolvida pela União Europeia que permite a comunicação e acesso a eventos e atividades, em tempo real, por todas as forças navais envolvidas.

⁴⁰ *Shared Awareness and Deconfliction* (SHADE) – Iniciativa que promove reuniões de coordenação periódicas no Barhain, desde 2008, e produz um mecanismo de coordenação de atividades entre as nações e coligações envolvidas nas operações militares contra a pirataria no Golfo de Áden e no Oeste do Mar Indico.

⁴¹ Xingjiang é uma província chinesa com cerca de 20 milhões de habitantes, dos quais cerca de metade são da etnia muçulmana Uyghur, de língua turca. Desde a década de 1990, a China tem denotado preocupação com a ameaça de violência proveniente de movimentos separatistas Uyghur, que, embora não negligenciável, estará a ser empolada por dados enganadores, em relatórios oficiais chineses, sendo constatável que a frequência e intensidade de incidentes originados pelos Uyghur tem vindo a diminuir desde a década de 1990 (Millward, 2004: IX). No entanto, este ano, em 1 de março e 1 de maio, foram perpetrados atos terroristas atribuídos aos Uyghur, na estação de caminho de ferro de Kunming, na Província de Yunnan, com o esfaqueamento e morte de 33 pessoas e na de Urumqi, na Província de Xingjiang, durante a visita do Presidente Xi Jinping, onde foi deflagrado um engenho explosivo e mortas 3 pessoas por esfaqueamento (BBC News, 2014 e Neild, 2014).

Aliança, de parcerias globais na Ásia⁴². Embora para a China, a OCX seja e deva manter-se uma organização apenas enfocada na área política e económica, evitando tornar-se a “NATO do Oriente” (de Haas, 2013), o seu Ministro de Negócios Estrangeiros, Yang Jiechi, defendeu durante a Conferência Internacional para o Afeganistão, em Bona, em junho de 2011, que aquela organização deveria substituir gradualmente a NATO naquele Estado (Zhang, 2011). Christina Lin (2012; 9), uma académica da Academia de Ciências Sociais de Xangai, foi mais longe sugerindo a cooperação na luta contra o terrorismo e a implementação de um *fórum* NATO-OCX para a coordenação das atividades no Afeganistão, Paquistão e Ásia Central. Atendendo a que a NATO já dialoga e coopera com os restantes membros da OCX, através de parcerias, e Conselho NATO-Rússia, pareceria sensato incluir igualmente a China, eventualmente num Conselho NATO-China (de Haas, 2013: 11).

4.2.2. Limites ao Relacionamento Militar

O Congresso dos Estados Unidos limitou os contatos militares com a China a operações de busca e salvamento, humanitárias e exercícios, no sentido de evitar a exposição das Forças Armadas americanas noutra tipo de atividades (Estados Unidos, 1999: 780). Dentro desta limitação, o Departamento da Defesa dos Estados Unidos tem vindo a dinamizar o diálogo para o entendimento mútuo e cooperação com a China, no âmbito da assistência humanitária, manutenção da paz e intercâmbio de estudantes (Lin, 2012: 6).

Segundo Christopher K. Johnson (2012), o EPL é muito crítico relativamente aos limites colocados à interação entre os dois Estados o que, em conjunto com a venda de armas dos Estados Unidos a Taiwan e com as operações de vigilância pelas forças americanas junto à costa chinesa, constitui um verdadeiro obstáculo ao aprofundamento das relações. Numa outra vertente, Ashley J. Tellis (2013: 115), urge os aliados a cooperar na proteção dos seus meios e conhecimentos militares, para prevenir o enfraquecimento do poder americano e aliado. Esta preocupação é partilhada por David Lague (2005) que aponta a forma menos

⁴² Parceiros Globais da NATO: Afeganistão, Austrália, Iraque, Japão, Paquistão, República da Coreia, Nova Zelândia e Mongólia.

restritiva como a UE interpreta o embargo de armas à China, o que constitui uma escapatória para a transferência de equipamentos e de tecnologia de duplo uso⁴³, principalmente pela França, Reino Unido, Alemanha e Itália (Lague, 2013). Acresce que a Turquia, um importante aliado NATO, expressou a sua intenção de contratar uma empresa chinesa para o desenvolvimento e produção de um míssil de defesa aérea, o que resultou numa reação muito negativa dos aliados, em particular, dos Estados Unidos não só face aos riscos de falta de interoperabilidade desse equipamento com o Ocidental mas, mais grave, a eventual exposição de conhecimentos, meios e procedimentos operacionais padronizados na Aliança a uma empresa chinesa sancionada⁴⁴ pelos Estados Unidos (Weitz, 2013).

Como já referimos, a NATO procura cooperar com a China e o combate à pirataria marítima constitui um exemplo prático, mas é conhecido o desagrado chinês face à aproximação da NATO a outros Estados asiáticos, através da sua política de parcerias globais. Não obstante, o diálogo e maior cooperação militar entre as duas partes, são incontornáveis, tendo em conta a tendência para a expansão da Aliança e uma maior responsabilização da China para a estabilidade global, particularmente na Ásia Central, Afeganistão e Golfo de Áden (Weitz, 2012b). No entanto, persistem riscos à segurança das matérias classificadas, com o potencial de serem agravados face à necessária proximidade e partilha de dados em operações combinadas. Uma vez que as forças americanas estão limitadas pela Lei Pública 106-65, a NATO está confinada a cooperar com a China pelo diálogo e partilha de informação, através de iniciativas que não extravasem as relações de coordenação, tais como o SHADE e aplicações informáticas como o MERCURY (Lin, 2012: 7).

No âmbito das relações bilaterais entre a China e os aliados NATO, subsiste o perigo de exposição dos procedimentos operacionais e táticas de combate, tal como no exercício entre a Turquia e a China, em 2010 (Raman, 2010), na visita de militares chineses à Força

⁴³ O termo “equipamento de duplo uso” refere-se a bens ou tecnologia, normalmente utilizados para uma finalidade civil mas, que poderão ter uma aplicação militar, podendo inclusivamente contribuir para a proliferação de armas de destruição maciça (CE, 2014).

⁴⁴ O Governo americano sancionou a empresa *Precision Machinery Export Import Corporation* (CPMIEC) por violar a Lei de não Proliferação, relativa ao Irão, Coreia do Norte e Síria (*Iran, North Korea, and Syria Nonproliferation Act*) (Weitz, 2013b).

Aérea Polaca (Siminski, 2013) e no intensificar da cooperação militar com a Roménia (*China Military Online*, 2013), bem como com outros países do leste europeu.

4.3. A NATO e a Rússia

Russia's main strategic goal lies in the achievement of great power status equal to the US, China or the EU. Therefore, Russia foreign policy focuses on creating a system of international relations in which large states are the primary guardians of the global order based on a general balance of power among themselves (multipolarism), respecting one another's position within their spheres of influence (Balcer, 2013: 7).

O relacionamento entre a NATO e a Rússia afeta de uma forma incontornável a segurança euro-atlântica. Embora subsistam áreas de mútuo interesse, onde tem sido evidenciada a cooperação, nomeadamente o trânsito de abastecimento logístico para a *International Security Assistance Force* (ISAF), através de território russo, combate ao terrorismo e tráfico de droga, gestão de crises e armamento nuclear, outras matérias têm sido razão de apreensão, conflito e discórdia, tais como a defesa antimíssil da Europa e o alargamento da NATO (Barbora, 2013). Desde o final da Guerra Fria as relações entre a NATO e a Rússia têm vindo progressivamente a estreitar-se e, com a implementação do CNR, em 2002, a NATO confere a este Estado um estatuto que não reconhece a mais nenhum parceiro (Danilov, 2013).

Este relacionamento é refletido no novo Conceito Estratégico da Aliança, aprovado em 2010, onde está vertida a importância da cooperação com a Rússia para a paz, estabilidade e segurança e assegurada a intenção de firmar uma parceria estratégica, numa expectativa de reciprocidade, na convicção de que a segurança da NATO e da Rússia estão interligadas. O novo Conceito incentiva à consulta política e cooperação em áreas de interesse partilhado, nomeadamente a defesa antimíssil, combate ao terrorismo, pirataria e tráfico de droga e, de forma mais abrangente, à promoção de um ambiente favorável à segurança internacional (NATO, 2010a). Embora a oratória oficial russa seja negativa, tendo em conta as afirmações

de Putin imediatamente após a Cimeira da NATO de Bucareste, em 2008⁴⁵, e ao constante da Doutrina Militar de 2010, na qual a NATO, e o seu sistema de defesa antimíssil, é apresentada como a ameaça à Rússia (Beljac, 2010), continuam em aberto e proactivas as duas vias de cooperação entre as partes: a PpP e o CNR (Barbora, 2013).

Atendendo aos interesses NATO e russos vamos identificar as áreas onde é evidenciada a cooperação e as que são sujeitas a desacordo.

4.3.1. Áreas de Cooperação

[...] of all of NATO's relationships with Partner countries, none holds greater potential than the NATO-Russia relationship (Rasmussen, 2009).

Como o Secretário-Geral da NATO recentemente reiterou, a estabilidade e segurança no Afeganistão continua a ser uma das principais prioridades na parceria NATO-Rússia (Rasmussen, 2013b). No entanto, muito embora subsista o interesse comum de banir o terrorismo, a Rússia está igualmente interessada no combate ao narcotráfico, face ao impacto que o ópio produzido no Afeganistão está a provocar na sua população. Como ilustrado no Anexo 15, esta produção tem vindo a aumentar nos últimos anos. O Anexo 16 transmite uma perspetiva do volume de heroína inserida na Federação Russa. De acordo com o Departamento de Drogas e Crime das Nações Unidas:

There, terrorist groups and insurgents are quick to feed off the illicit trade, with their efforts aided by the immense market in Russia. Russian addicts consume 75 to 80 tons of Afghan heroin each year, and an estimated 30,000 to 40,000 Russians die in drug-related incidents annually (*United Nations' Office on Drugs and Crime apud Deasy, 2009*).

Em complemento a este flagelo, a Rússia está igualmente preocupada com a eventual imigração e instabilidade criada pelos extremistas islâmicos atualmente instalados no Afeganistão, após o término do conflito e a saída da NATO, em 2014 (Ionita, 2013).

⁴⁵ Putin afirmou: “approximation of NATO to Russia's borders will be seen as a direct threat to the security of the Russian Federation” (Barbora, 2013).

A ISAF é apontada como um dos exemplos de sucesso na cooperação entre a NATO e a Rússia, atendendo à partilha de interesses para a erradicação do fundamentalismo islâmico do Afeganistão e estabilização da região (Barbora, 2013). Neste sentido, no CNR de abril de 2008, em Bucareste, foram acordados os procedimentos para o trânsito, no território russo, de material e equipamento não militar para apoio à ISAF e, no de Lisboa, em novembro de 2010, os mesmos procedimentos para a saída do Afeganistão, incluindo veículos blindados. Em maio de 2011, a Rússia aceitou combinar o transporte aéreo com o rodoviário e ferroviário, disponibilizando, para o efeito, o aeroporto de Vostochny, em Ulyanovsk. Como limitação, a Rússia exigiu que toda a carga fosse transportada através das infraestruturas, meios e sistemas civis russos e, por pessoal russo (Rússia, 2012).

Internamente, a Rússia justifica a cooperação com a NATO como um imperativo decorrente da Resolução 1386 do CSNU. No entanto, é conhecido que os benefícios do trânsito de contentores, venda de munições e equipamentos à ISAF e Governo afegão, constituem uma mais-valia para a economia russa. Acresce que a ação estabilizadora da ISAF salvaguarda a infiltração de forças extremistas na Ásia Central evitando, assim, o empenho de forças russas para a proteção das fronteiras mais a sul. Em contrapartida, para a NATO, a rota através da Rússia e Ásia Central é mais barata e segura. (Barbora, 2013).

Outra das formas encontradas para promover uma parceria estratégica entre a NATO e a Rússia é através de uma efetiva cooperação técnica e militar, no sentido do desenvolvimento de projetos conjuntos que potenciem a troca de informação, a abertura mútua das organizações e a transparência, criando condições para as partes diminuírem ou, idealmente, eliminarem o seu potencial militar de dissuasão (Danilov, 2013).

A NATO e a Rússia já cooperam em algumas áreas, nomeadamente no desenvolvimento de tecnologias para a deteção de explosivos em espaços públicos, encontrando-se alguns equipamentos já numa fase avançada de testes (Vandiver, 2013). Resultante do CNR, de dezembro de 2013, foi decidido iniciar um programa piloto para a desmilitarização de munições obsoletas na região de Kaliningrado e, ainda, determinar o potencial de cooperação para a desminagem do Afeganistão e defesa contra bombas armadilhadas em bermas de estradas (NATO, 2013b).

No âmbito das operações, os exercícios da série “Vigilant Skies”⁴⁶, conduzidos em 2011 e 2013, constituíram uma excelente preparação para a resposta das forças e meios da defesa aérea, NATO e russos, a empenhar cooperativa e complementarmente no combate ao terrorismo. Para o sucesso destes exercícios contribuiu a implementação de uma ligação telefónica segura, em fevereiro de 2013, entre o Presidente do Comité Militar da NATO e o Chefe do Estado Maior General das Forças Armadas russas (Ionita, 2013).

Sem pretendermos ser exaustivos, é possível identificar como outras áreas de interesse comum, e por isso passíveis de cooperação entre a NATO e a Rússia, o controlo de armamentos, combate ao narcotráfico, pirataria e terrorismo, a segurança cibernética, cooperação económica, segurança energética, auxílio humanitário, crime organizado, proliferação de armas de destruição maciça, defesa antimíssil e a resolução de conflitos latentes, nomeadamente os referentes à Transnístria, na Moldávia, Ossétia do Sul e Abkhazia, na Geórgia, e Nogorno-Karabakh, no Azerbaijão (Johnson, 2011: 3). Embora nalgumas destas áreas tenha sido possível cooperar de uma forma vantajosa, para ambas as partes e comunidade internacional, persistem outras nas quais os interesses e visões NATO e russas divergem significativamente.

4.3.2. Contenciosos

Contrariamente ao sucesso obtido no acordo, entre os Estados Unidos e a Rússia, para o Tratado para Redução de Armas Estratégicas (START) (Estados Unidos, 2010b), a resolução de conflitos latentes e a defesa antimíssil têm merecido continuado desacordo entre as partes (Johnson, 2011: 4), a que acresce a apreensão russa sobre o alargamento e novas parcerias. São estas duas últimas matérias que iremos relevar.

⁴⁶ Neste cenário, é simulado o roubo ou desvio de uma aeronave civil que sai da rota aprovada e deixa de obedecer às ordens do controlo aéreo. O sobrevoo de território aliado e russo carece de coordenação, entre os órgãos de controlo e defesa aérea, dos diferentes países, e acompanhamento pelas respetivas aeronaves intercetoras, até à sua aterragem ou deixar de constituir ameaça ou preocupação (Nota do autor).

4.3.2.1. Defesa Antimíssil

The missile defense issue will be the main agenda of the Russia - NATO. If we can agree, it would mean that for the first time after the end of the "cold war" Russia and NATO actually pool resources to combat common threats and risks. If we do fail to agree, it would mean that even in areas of mutual interest, there are dividing lines that keep us really to cooperate on security issues (Grushko, 2012).

Face à ameaça colocada pela proliferação da tecnologia associada aos mísseis balísticos, em novembro de 2010, na Cimeira de Lisboa, os chefes de Estado introduziram a capacidade de defesa das suas populações e territórios “[...] *against ballistic missile attack as a core element of [...] collective defence*” e expressaram a intenção de cooperar com a Rússia na implementação dessa capacidade (NATO, 2010a). Em 2012, na Cimeira de Chicago, a NATO assumiu uma capacidade intercalar (denominada por Fase 1) que inclui uma entidade de comando e controlo, um radar na Turquia e a disponibilidade de um navio americano, equipado com um sistema de combate *Aegis*. A finalização do sistema de defesa antimíssil pressupõe, como ilustrado no Anexo 17, a localização de mísseis na Roménia, em 2015, e na Polónia, em 2018, assim como a disponibilização de quatro navios *Aegis* americanos sedeados em Rota, Espanha (Vershbow, 2014).

No espírito da construção de uma “nova parceria estratégica”, como vertido no novo Conceito Estratégico da NATO (NATO, 2010a), e de que a “segurança da NATO e Rússia estão interligadas”, foi acordado no CNR “[...] *a joint ballistic missile threat assessment and to continue dialogue in this area. [...] to develop a comprehensive Joint Analysis of the future framework for missile defence cooperation*” (NATO, 2010c), com base na ameaça percecionada pela proliferação de mísseis balísticos e nas potenciais sinergias obtidas pela ligação dos dois sistemas de defesa antimíssil (Vershbow, 2014). No entanto, volvido algum tempo, o Kremlin vem argumentar que o sistema antimíssil, que a NATO, está a desenvolver, é direcionado para a interceção dos meios de lançamento do seu arsenal nuclear estratégico e, neste pressuposto, altera o atual equilíbrio de poder (Akulov, 2013). Mais especificamente, a Rússia, no final de 2012, estaria preocupada com a implementação da última fase (Fase 4)⁴⁷ do sistema de defesa antimíssil (NTI, 2012) e com a recusa americana de informar quanto ao

⁴⁷ A Fase 4, planeada para 2018, que incluía a instalação, na Polónia, do sistema de mísseis SM-3 IIB – de melhor desempenho que os SM-3 IIA - foi cancelada, em março de 2013, unilateralmente pelos americanos (RT News, 2014).

número de interceptores, sua prontidão e as áreas de possível lançamento (Ghoshal, 2014), o que a acontecer, tornaria previsível o sistema de defesa.

Independentemente das garantias, dadas pela NATO, de que o sistema será capacitado apenas para a defesa contra ataques por mísseis de alcances curto, médio e intermédio, a Rússia tem vindo a extremar a sua oposição e, em finais de 2013, dissolveu o grupo de trabalho dedicado a colaborar na área da defesa antimíssil, anunciando o reforço de elos de defesa aérea com a CSTO⁴⁸, nomeadamente com o Cazaquistão e Bielorrússia, e a instalação de mísseis S300 neste último (NTI, 2013). A firme posição da NATO de não oferecer garantias que o sistema de defesa antimíssil seria inócuo para os meios de dissuasão nuclear estratégica, lançados do território russo (Strafor, 2013b), assim como de não transigir quanto à integração do sistema – só contemplada ao mais alto nível⁴⁹ – levou a que a Rússia suspendesse a discussão sobre este tópico no CNR (Vershbow, 2014). No final de 2013, a última argumentação russa para impedir a implementação do sistema de defesa antimíssil foi de que, face ao acordo conseguido entre os P5+1⁵⁰ e o Irão, em que este Estado se compromete a terminar o desenvolvimento de armas nucleares em troca do levantamento de sanções, aquele sistema deixou de ser necessário (*Ria Novosti*, 2013a). Na realidade, este argumento é uma falácia, dado que o sistema é vocacionado para a interceção dos meios de lançamento, independentemente das ogivas transportadas.

Em Moscovo, existe a perceção de que os Estados Unidos pretendem a breve trecho reiniciar a discussão para outra redução de armamento nuclear (START). No entanto, se tal se concretizar, é provável que Washington seja confrontado com o impasse na discussão da defesa antimíssil da Europa e, enquanto este se mantiver, com a inerente relutância russa para um diálogo que conduza a um outro acordo (Danilov, 2013) ou, eventualmente, a manutenção do atual nessas matérias (*RT News*, 2014).

⁴⁸ A CSTO inclui a Arménia, Bielorrússia, Cazaquistão, Quirguistão, Rússia e Tajiquistão.

⁴⁹ O sistema possibilita, no entanto, a interação e operação através de cadeias de comando separadas.

⁵⁰ O P5+1 inclui os Estados Unidos, China, Rússia, Reino Unido, França e a Alemanha, sendo este Estado o único sem assento permanente no CSNU.

4.3.2.2. Alargamento e Parcerias

Russia has a globalist world-view but its capabilities are predominantly regional. Russia believes that it can only be a pole in the multipolar world if it has a sphere of influence. Russia perceives the post-Soviet space as its sphere of interests and demands from the external actors that they recognize its special status. (Balcer, 2013: 9).

Dmitry Danilov (2013) expressa a percepção de que a NATO e a Rússia estão “condenadas” a dialogar e a entender-se como parceiros, face aos desafios e esperado contributo para a segurança na região euro-atlântica. No entanto, salienta que a divergência de opiniões e análises é uma indicação clara de que as partes não sacrificam as suas posições de princípio. Para Danilov os fatores mais relevantes de preocupação para a Rússia são o alargamento, a construção de infraestruturas NATO junto às fronteiras russas e as intervenções militares fora da área do Tratado, sem um mandato claro das Nações Unidas. Com a mesma argumentação, o Ministro de Negócios Estrangeiros russo, Sergey Lavrov, realçou a falta de uma

[...] truly collective Euro-Atlantic architecture [and persists on the] tendency of building relations on military-political affairs in Europe not on the base of principles proclaimed in OSCE and NRC, but by advancing NATO-centric security structure as a single option (Lavrov, 2013).

A Rússia deixou de estar preocupada com o alargamento da NATO face aos sinais que recebeu, da Cimeira de Chicago, em 2012, com a exclusão da Ucrânia da lista dos candidatos à adesão, embora seja afirmada a intenção de a NATO continuar a apoiar a implementação de reformas no âmbito da Comissão NATO-Ucrânia e do Programa Nacional Anual (NATO, 2012a). A Geórgia, embora incluída na lista dos Estados cujo acesso está a ser considerado, não recebeu o PAA (NATO, 2012a). Em outubro de 2013, após a reunião da NATO em sessão de Ministros da Defesa, o Secretário-Geral, Anders Rasmussen, anunciou que a Ucrânia decidiu retirar o seu pedido de adesão e que a Geórgia, embora mantivesse o interesse, não iria ser integrada em 2014 (UPI, 2013).

A preocupação russa prende-se com a possibilidade de a NATO se transformar numa aliança global e se imiscuir na esfera de ação da OSCE ⁵¹. Na perspetiva russa, a abertura

⁵¹ A visão russa para a OSCE está patente na Declaração de Astana, após a Cimeira de 2010, que estabelece o objetivo estratégico de transformar esta Organização numa “ [...] *comprehensive, co-operative and indivisible*

proporcionada, pela Aliança, a qualquer Estado europeu, como vertido no artigo 10º do Tratado de Washington, poderá vir a oferecer uma interpretação geográfica e política mais lata. Este pressuposto, permitiria a adesão de Estados de outras regiões, globalizando assim, as funções da NATO (Danilov, 2013). Esta perceção tem por base um artigo de Ivo Daalder e James Goldgeier, que advoga o aprofundamento das relações com países fora da comunidade transatlântica, como a Austrália, Japão e Nova Zelândia, que partilham os interesses e valores ocidentais. Estes autores vão mais longe ao pronunciarem que a NATO, face aos riscos à segurança, dever-se-á tornar global e acolher qualquer Estado democrático disposto e capacitado para contribuir para a sua missão (Daalder e Goldgeier, 2006). A visão destes autores foi parcialmente incluída da Declaração da Cimeira da NATO, em Riga, em 2006, que dá a conhecer a decisão aliada de “*increase the operational relevance of relations with non-NATO countries, [...], who share our interests and values*” (NATO, 2006) e, posteriormente reforçada na Cimeira de Bucareste, em 2008, e de Lisboa, em 2010.

Os russos estão cientes de que a NATO, através de uma rede de parcerias, familiariza um conjunto de países com a sua doutrina e procedimentos operacionais e, simultaneamente, obtém uma maior relevância fora da área euro-atlântica. Para esta finalidade, a NATO envolve os parceiros através de consultas políticas e, quando contribuidores de forças em operações, no processo de decisão (NATO, 2010b). As palavras do Secretário de Estado da Defesa americano, Leon Panneta, no King's College, em Londres, aumentaram a preocupação das elites russas, ao afirmar:

[...] we also must broaden the scope of our alliance security discussions beyond Europe and beyond regional issues [...] Europe should join the United States in increasing and deepening our defense engagement with the Asia-Pacific region [...] the United States and Europe should work together and ensure our efforts are coordinated through regular consultations between European and U.S. defense officials focused on Asia-Pacific security issues. The bottom line is that Europe should not fear our rebalance to Asia; Europe should join it (Panetta, 2013).

security community [...] aimed at [...] full adherence to common OSCE norms, principles and commitments ... across the Euro-Atlantic and Eurasian region, free of dividing lines, conflicts, spheres of influence and zones with different levels of security”(Embassy of Russia, 2014 e OSCE, 2010: 3).

Atendendo às disputas territoriais que a Rússia mantém com o Japão⁵², uma maior aproximação da NATO a este Estado, bem como um maior envolvimento na Ásia-Pacífico, constitui um motivo para algum desconforto político por parte daquele país (Danilov, 2013).

Vamos, em seguida, analisar o antagonismo e as possibilidades de cooperação da NATO com a OCX.

4.4. A NATO e a OCX: Cooperação e Rivalidades

We should create new brilliance with a more open mind and a broader vision to expand regional cooperation. By strengthening the cooperation between the Shanghai Cooperation Organization and the Eurasian Economic Community, we can gain a greater space for development (China, 2013).

Embora a China faça questão de enfatizar que OCX não evoluirá para um bloco político-militar e que a sua Carta é bem clara ao declarar que esta organização é fundamentada na ausência de alianças e de não-confrontação, entre os Estados membros, contra terceiros ou outras organizações, na tentativa de dissipar qualquer semelhança com a NATO (OCX, 2012), é bem evidente que aquela organização tem extravasado o âmbito dos assuntos institucionais. No seu comunicado à imprensa após a Cimeira de Pequim, em 2012, a OCX afirma que:

[...] strengthening of missile defense by a country or group of countries in a unilateral and unrestrained manner in disregard of the legitimate interests of other countries will cause harm to international security and global strategic stability (China, 2012).

Este comunicado, refletindo uma posição consolidada da OCX, serve na perfeição os interesses russos e chineses de impedir a implementação do sistema antimíssil, na Europa, para evitar a desvalorização do seu potencial nuclear, sendo que a China tem a agravante da maior vulnerabilidade do seu arsenal (Ilyashenko, 2012).

⁵² A razão da disputa, que já tem 60 anos, é a posse das quatro ilhas mais a sul do arquipélago das Curilas, que a Rússia ocupou no final da II Guerra Mundial e mantém sob a sua administração em resultado do Tratado de S. Francisco e apelida de Curilas do Sul. O Japão reclama estas quatro ilhas que designa por Territórios de Norte (*BBC News*, 2013).

Independentemente dos dez exercícios conjuntos já levados a cabo pela OCX, o último dos quais em 2013, apenas com a participação da Rússia e da China, esta organização não dispõe de um instrumento de segurança coletiva para os Estados constituintes. Assim, a OTSC, na qual a Rússia exerce influência determinante e em cujos países mantém instalações e/ou forças militares, é a única organização de segurança coletiva na região (Kurmanov, 2013). Este entendimento é reiterado na Declaração que se seguiu à Cimeira da OCX, de 2013, na qual é afirmado que a *“stability and security in Central Asia can be provided first and foremost by the forces of the region’s states on the basis of international organizations already established in the region”* (OCX, 2013).

Na perspetiva Ocidental, através da OCX a China e a Rússia pretendem eliminar a inserção americana na Ásia Central, tradicionalmente de influência russa e onde os chineses têm enormes interesses económicos e securitários. Como já aduzido, os esforços de democratização promovidos pelos Estados Unidos desagradam particularmente à Rússia, por destabilizar as suas relações com países da sua esfera de influência; e os chineses perspetivam a presença americana como uma manobra para contenção da sua crescente influência (Castillo, 2008).

Assim, pelo impacto negativo das revoluções coloridas, a Rússia pressionou os países da Ásia Central para promoverem o encerramento das bases militares americanas nos seus territórios. Para esse fim, na Declaração da Cimeira da OCX, em 2005, foi afirmado que os Estados membros iriam estabelecer uma data limite para que os Estados Unidos neles terminassem a utilização de infraestruturas e a permanência de contingentes militares. Na sequência, o Uzbequistão fixou um período de seis meses para o encerramento da base militar americana naquele Estado, o que veio a concretizar-se no final desse mesmo ano (Zhao, 2007: 194). O Quirguistão quadruplicou, em 2009, a renda anual para a manutenção do Centro de Trânsito de Manas que será finalmente encerrado, até julho de 2014, por decisão parlamentar que antecedeu uma “irrecusável” ajuda militar russa, àquele país, no valor de um bilião de dólares (Yousaf, 2013).

A OCX tem denotado abertura para o seu alargamento e decorrem as conversações para a adesão da Índia e Paquistão⁵³, tendo já sido igualmente equacionada a pretensão do Irão (Akopov, 2013). Aventa-se que, face à disputa territorial entre a China e a Índia, e ao continuado conflito de Kashmir, que opõe a Índia ao Paquistão, a inclusão destes países na OCX teria o potencial de promover a normalização de relações e a “resolução pacífica das disputas” (OCX, 2012), tal como constante da Carta da organização. No entanto, ao integrar Estados com interesses tão diversificados, e por vezes opostos, é provável que a OCX limite, ainda mais, a sua capacidade de ação e o seu futuro desenvolvimento (Kurmanov, 2013).

O Presidente Xi Jinping compara o potencial do OCX para a promoção de uma cooperação económica regional mais aprofundada e abrangente, entre os países euroasiáticos, à implementação de uma nova “Cintura Económica da Rota da Seda” (*China.org.cn*, 2013). Esta iniciativa, na perspetiva chinesa, fomentará as trocas comerciais e culturais entre o Oriente e o Ocidente e promoverá o desenvolvimento dos Estados da Ásia Central, incluindo pela extração e distribuição dos seus recursos energéticos (*Peoples Daily Online*, 2014). Neste entendimento, enquanto a UE pressiona a construção de oleodutos e gasodutos para o transporte de energia da Ásia Central para a Europa, a China já se antecipou e financiou as condutas de transporte para o mercado chinês, assim como outras infraestruturas nos países da OCX, nomeadamente vias rápidas e de comunicações, fazendo circular o *renminbi* sem grandes preocupações de segurança (Yakobashvili, 2013).

Através da análise da cooperação e contenciosos entre a Rússia, a China a OCX e a NATO, testámos a nossa segunda hipótese. Constatámos, assim, a enorme capacidade e flexibilidade que a Aliança tem demonstrado para se relacionar com estes atores, através do diálogo e da cooperação, adequados aos diferentes contextos e perceções nacionais. Face a esta relevância que tanto a Rússia como a China lhe atribuem, a NATO tem contribuído proactivamente para a segurança e estabilidade internacional, promovendo o diálogo e a

⁵³ A Índia assume um papel de equilíbrio estratégico na região e a sua inclusão na OCX aproxima-a da Rússia e da China e afasta a hipótese de um eixo indo-americano. No plano regional, a Rússia ao apoiar a inclusão da Índia procura contrabalançar o poder da China. Esta, em contrapartida, apoia a inclusão do Paquistão na tentativa de neutralizar a eventual formação de um bloco indo-russo. Em resultado, as candidaturas dos dois Estados foram aceites (Akopov, 2013 e Mendes e Freire, 2008).

cooperação para a agregação daqueles Estados. Constatámos que a OCX, como palco de interação entre a China e a Rússia, na Ásia Central, se constitui de utilidade para a estabilidade desta região, embora com diferentes perspectivas russas e chinesas, que a impedem de vir a consubstanciar-se como uma organização agregadora e promotora de atividades que, como a NATO, contribua para a segurança e estabilidade internacional.

Para a validação desta hipótese concorreu a identificação dos interesses que congregam ou separam as partes, através da análise dos discursos políticos e das atividades promovidas. Relevámos, igualmente, as diferentes opiniões argumentadas sobre os interesses subjacentes às várias intervenções políticas e económicas, no sentido de concluir sobre a validade e consistência dos desígnios veiculados pelos atores representantes dos Estados ou organizações.

Vimos que a NATO está empenhada no diálogo e cooperação com a China face à relevância desta potência no contexto internacional de segurança, embora com limitações no contato e cooperação militares, face às condições impostas pelo Congresso americano e ao embargo à exportação de armamento e equipamento de defesa decretado pela UE e Estados Unidos. No referente à Rússia, a NATO, através do CNR, confere-lhe um estatuto diferenciado de parceiro, com o qual é incentivada a cooperação em áreas de interesse partilhado, embora prevaleçam fortes discordâncias, mormente no que se refere à defesa antimíssil e alargamento.

Analisámos, por último, a interação da China e da Rússia na OCX. Concluimos que esta organização tem servido para veicular as posições daqueles Estados no sistema internacional, incluindo para hostilizar a NATO. A China promove a OCX em favor dos seus interesses económicos e, com a Rússia, a oposição quanto à permanência de forças americanas na Ásia Central e à instalação do sistema de defesa antimíssil na Europa. Embora esteja em perspectiva o alargamento da OCX, para alguns analistas não é inteiramente claro o propósito desta organização.

Em suma, enquanto alguns acreditam que a OCX teria o potencial para vir a constituir-se como uma organização equivalente à NATO, mas com enfoque no Oriente, para a maioria os seus desígnios continuam a ser um mistério (Roney, 2013).

Conclusão

A tarefa a que nos propusemos para esta dissertação, foi analisar a relação entre a NATO, a OCX, a Rússia e a China, como atores no sistema internacional multipolar. Nesse sentido, relevámos as áreas de interesse, para cada um daqueles atores, e identificámos as que se constituem como promotoras de cooperação ou antagonismos, com a finalidade de comprovar o nosso argumento de que a NATO se mantém relevante, no contexto de segurança emergente após o final da Guerra Fria. Para este exercício seguimos uma metodologia de análise histórico-documental, de fontes primárias e secundárias, guiados pelas questões a que nos propusemos responder: que transformação a NATO sofreu, após o final da Guerra Fria, que contribuiu para a sua adaptação e relevância no novo contexto internacional de segurança? Porque continua a ser apelativa para os Estados que, ainda, se candidatam à adesão e parcerias? Qual a razão para que os Estados membros se mantenham na Aliança e contribuam proactivamente para a sua missão? Será a capacidade de relacionamento da NATO, com as potências do sistema multipolar, uma das razões para a sua perenidade?

Num quadro teórico, explicámos a implementação e perenidade dos regimes internacionais, e da NATO em particular, através das escolas de pensamento racionalistas e construtivistas. Numa outra vertente, de relacionamento dos Estados num sistema internacional anárquico, caracterizado pela multipolaridade que pauta o cenário internacional contemporâneo, debruçamo-nos sobre a escola realista para justificar o comportamento e interação dos Estados, confrontados com o reacender de animosidades derivadas de disputas territoriais e interesses políticos e económicos. Para este desiderato, analisámos as políticas internas e externas da Rússia e China e determinámos os interesses que os levam a interagir de uma forma cooperativa, bilateralmente e no âmbito da OCX.

Tendo formulado três hipóteses, que a seguir se detalham, definimos os conceitos de multipolaridade e de segurança, internacional e cooperativa, expressos numa dimensão política, económica e militar, e identificámos como indicadores os discursos políticos, comunicados e outros documentos oficiais, despesa com a defesa, exercícios e operações militares e reivindicação de territórios ou espaços, marítimos ou aéreos.

O nosso primeiro capítulo empírico foi dedicado inteiramente à análise da transformação que a NATO sofreu, após o final da Guerra Fria, que contribuiu para a sua adaptação e relevância no novo contexto internacional de segurança. Nesse sentido, validámos a nossa primeira hipótese, tendo constatado que a NATO soube adequar-se ao novo cenário internacional, mantendo-se relevante para a defesa dos interesses dos diferentes Estados membros. Nesse sentido, vimos como a NATO se configura como o baluarte de segurança para os Estados que tiveram uma difícil convivência com a Rússia, na era da União Soviética e se mantém como uma opção credível de projeção de segurança, numa defesa avançada, para os outros membros.

Para esta nossa conclusão sobre a relevância e perenidade da NATO, contribuiu a análise da sua identidade que, sendo fundamentada em vínculos comuns culturais, civilizacionais e democráticos, a transforma numa comunidade de segurança, de valores partilhados (Barany e Rauchhaus, 2011: 292). Embora a NATO tenha sido criada com a finalidade nuclear da defesa da soberania dos Estados membros, após um impasse no final da Guerra Fria, teve a capacidade de evoluir e preencher as expectativas dos seus diferentes membros, nomeadamente os que dão primazia à salvaguarda da defesa coletiva, os que advogam a capacidade expedicionária de projetar segurança e estabilidade além do território aliado e, ainda, os que dão primazia a um pilar europeu de segurança (Noetzel e Schreer, 2009: 215 e 216). Assim, a adaptação da Aliança ao novo sistema internacional e contexto de segurança, é sustentada em três vertentes: as operações fora de área, o alargamento e as parcerias. Através das operações fora de área, a NATO demonstrou uma capacidade única de enquadrar forças multinacionais, de aliados e parceiros, motivou os Estados participantes para a aquisição de capacidades de projeção e sustentação das suas forças e, no âmbito político, fomentou o reforço e incremento de parcerias com países estrategicamente relevantes para as operações em curso (Ward, 2013).

Pela congregação de um misto de liderança, solidariedade e apoio europeu e, não menos relevante, a anuência russa, a NATO integrou doze novos países. Este processo promoveu a expansão dos valores e identidade ocidentais e incentivou reformas democráticas e a prevenção ou resolução amigável e multilateral de potenciais conflitos. Este rápido alargamento foi contido face à impossibilidade de criar consenso, na Cimeira de Bucareste.

No entanto, a independência e reconhecimento do Kosovo, em fevereiro de 2008, e o comunicado da referida Cimeira, em abril do mesmo ano, com a promessa da futura integração da Geórgia e Ucrânia, constituíram as causas próximas para a Rússia invadir a Geórgia, numa demonstração clara de desagrado pela aproximação da NATO às suas fronteiras (Simakovsky, 2013: 1). Nesta situação de impasse, remanescem, como potenciais candidatos ao alargamento, Estados com conflitos étnicos e disputas de fronteiras, tais como o Azerbaijão, Sérvia, Geórgia e Ucrânia e outros menos problemáticos, como o Montenegro e Macedónia e, eventualmente, a Suécia e Finlândia. Será nestes quatro últimos que a NATO se deve concentrar para dar continuidade ao processo de alargamento (Simakovsky, 2013: 13).

Como uma alternativa ao alargamento, a implementação de parcerias tem sido muito relevante para a estratégia de segurança e de congregação de contributos para as diferentes operações militares que, ocorrendo em localizações geográficas distantes, tornam mais relevante a participação de parceiros dessas regiões. Através da PpP, a NATO tem fomentado a estabilidade internacional e diminuído as ameaças à segurança. Num período de cortes orçamentais na defesa, a participação dos parceiros constitui uma mais-valia, incluindo por conferir uma maior legitimidade às operações (Kramer, 2013: 2). Para o efeito, a NATO tem promovido a interoperabilidade das forças, através de atividades para a familiarização com os seus padrões e treino de procedimentos e práticas facilitadoras de futuras operações combinadas, incluindo em forças permanentes tal como na Força de Resposta NATO (NATO, 2013c).

Como alternativa à Aliança, os europeus têm vindo a conferir substância à PCSD, desenvolvida, na UE, em várias etapas, das quais se realça o Tratado de Lisboa, em 2009, com a implementação do cargo de Alto Representante da União para as Relações Externas e Política de Segurança e introduzidas cláusulas de defesa, auxílio mútuo e de solidariedade que vinculam os Estados membros, em caso de ataque ou calamidade (UE, 2014c). No entanto, a desejável complementaridade entre a UE/PCSD e a NATO é inviabilizada pelo atual quadro de litígio entre o Chipre e a Turquia (Kashmeri, 2011: 30-34). Acresce que, na PCSD, a ausência de um ator dominante, como os Estados Unidos na NATO, e a natureza frouxa do federalismo europeu, induzem dificuldades de entendimento nas políticas e na cooperação, o que limita o crescimento coordenado das capacidades militares europeias. Assim, embora na

teoria a PCSD se possa constituir uma alternativa, a NATO permanece como única organização institucionalizada de segurança e a opção credível para todos os aliados europeus.

Em essência, testámos a nossa primeira hipótese e, em função da análise acima, demonstrámos que a NATO continua fiel às suas responsabilidades no âmbito do Artigo 5º do Tratado do Atlântico Norte, mas adaptou-se ao atual cenário internacional, através das operações fora de área, parcerias e alargamento, pelo que se mantém relevante no sistema internacional. Constatámos, ainda, que embora subsistam outras organizações, nomeadamente a UE com a PCSD, a NATO continua a ser a única credível para a defesa dos interesses de segurança de todos os Estados membros.

Nos dois capítulos seguintes, validámos a segunda hipótese, nomeadamente se a NATO demonstra capacidade para se relacionar com as demais organizações e grandes potências, nomeadamente a Rússia e China, através do diálogo e cooperação adequada aos diferentes contextos, então mantém a sua relevância no contexto internacional. Para essa tarefa, analisámos os constrangimentos e a política externa chinesa e russa, e evidenciamos os diferentes interesses. Sintetizámos, ainda, as dificuldades que a OCX enfrenta para se afirmar como uma organização relevante no sistema internacional e, ainda, o relacionamento destes atores com a NATO.

O desempenho económico da China tem superado todas as expectativas tornando-a a maior produtora e exportadora e a segunda maior economia mundial, embora cerca de um terço da população continue, ainda, no limiar de pobreza. Desde 1978, a China desenvolveu a economia e modernizou o EPL e, em simultâneo, faz crer que a sua ascensão, embora pacífica, não a fará abdicar das suas reivindicações territoriais e marítimas (Lai, 2013b: 1). O acesso a energia constitui-se como uma das principais preocupações e uma das estratégias de Pequim, é diminuir a dependência do transporte marítimo e aumentar o número e capacidade das condutas, a partir da Rússia e Cazaquistão e, ainda, outras para contornar o Estreito de Malaca, facilitando a importação da Arábia Saudita, Médio Oriente e África (Estados Unidos, 2013: 19). Outro objetivo permanente da China é a manutenção da sua integridade territorial, procurando a reunificação de Taiwan e a resolução, a contento, das disputas territoriais com Estados vizinhos, principalmente nos mares da China (Leung, 2011: 7). Para a concretização destes intentos, tem vindo a modernizar e a aumentar a sua capacidade militar naval.

A China, atualmente assume relações estáveis com os vizinhos, embora esta atitude seja encarada com desconfiança, atendendo à forma como atua na afirmação daquilo que considera como os seus direitos. A estratégia de segurança chinesa evoluiu de uma perspetiva continental para uma marítima, acompanhando as reivindicações nacionais relativas aos limites para a sua ZEE ou plataforma continental (Tanner, 2010: 332). Esta maior assertividade da China, levou a administração Obama (2009) a alterar o enfoque americano para a Ásia-Pacífico, aumentando a presença militar e atribuindo maior prioridade à política externa e económica, reforçando as alianças bilaterais de segurança, expandindo o comércio e promovendo o investimento, inclusive pela dinamização da PTP. Face a esta postura, a elite política chinesa encara o *pivot* americano para a Ásia-Pacífico, como uma manobra para controlar e conter a emergência da China. Na mesma linha, o embargo de armas resultante do massacre de Tiananmen, constitui uma das vertentes para pressionar a China, no respeito pelos direitos humanos, e dificultar a modernização do EPL (UE – Documento de Apoio, 2005: 3).

Relativamente à Rússia, a liderança de Putin, após a década caótica que se seguiu à dissolução da União Soviética, foi pautada pelos renhidos conflitos separatistas no Norte do Cáucaso e degradação da indústria petrolífera, maior fonte de receitas para o Estado que determinou uma grave crise financeira (Stratfor, 2013a). Após a tomada do poder por Putin, a Rússia alterou radicalmente a sua política externa, tendo procurado criar fortes relações com o Ocidente. No entanto, a meio da década de 2000, as relações entre os dois países deterioraram-se progressivamente, culminando, em 2008, com a Guerra da Geórgia. Após um interregno de quatro anos, preenchidos por Dmitry Medvedev que deu início ao *reset* das relações entre os Estados Unidos e a Rússia (Trenin, 2013: 1), Putin retomou o poder reconstruindo um sistema autocrático. Com ele foi fomentada uma ideologia euroasiática, num forte sentimento de exclusividade no relacionamento internacional, onde a Rússia assume uma atitude imperialista na qual, por razões geográficas e culturais, apenas uma entidade política pode dominar os territórios que constituíam a União Soviética. Neste sentido, implementa a UA e o EEC, com um objetivo mais ambicioso em mente: a UEE (Rachwald, 2011: 120 e 121).

A guerra com a Geórgia, em 2008, provou de que a Rússia tem a capacidade e a determinação para intervir onde os seus interesses sejam questionados. Malgrado as críticas internacionais, em 2009, Moscovo e Washington reataram as discussões reconhecendo à Rússia o estatuto de potência indispensável na discussão de qualquer solução global estratégica. A recente intervenção russa na Crimeia, em março de 2014, assemelha-se à invasão da Geórgia. Putin assumiu que o Ocidente não poder fazer muito para contrariar esta intromissão e conseguiu protelar indefinidamente a adesão da Ucrânia à NATO (Warner, 2014). Esta agressividade russa para proteger a sua área de influência é acompanhada por uma atitude crítica para com os valores, governação e política externa ocidentais, em particular para com os Estados Unidos. A acompanhar esta maior assertividade, a Rússia continua a identificar a NATO como a ameaça à sua integridade territorial (Nichol, 2011: 3) e tem vindo a reformar as suas Forças Armadas, reduzindo o pessoal mas aumentando exponencialmente a despesa com equipamentos de defesa. Promove, igualmente, um esforço metódico para consolidar a sua presença na CEI, incluindo pela expansão da sua frota naval no Cáspio (Blank, 2012: 43).

A relação entre a Rússia e a China tem sido pautada e prezada pelo respeito mútuo e reserva nas críticas às políticas, assuntos internos ou disputas internacionais. O desempenho da China projetou-a para uma posição de liderança na vertente económica, nas finanças, na despesa com a defesa e, inerentemente, nas capacidades militares, e na ciência e tecnologia (Trenin, 2012: 4-8). No entanto, os russos não se sentem alvo das ambições geopolíticas de Pequim e a sua cooperação económica tem vindo a crescer, incluindo no Extremo Oriente russo e na região do Transbaikal, embora subsista um sentimento de mútua desconfiança quer em Moscovo quer em Pequim (Lee, 2013). No entanto, atendendo às suas iniciativas no âmbito da OCX, nomeadamente para a delimitação e controlo de fronteiras, troca de territórios, combate ao tráfico de droga e terrorismo, leva a crer que tem subsistido um bom entendimento entre eles.

A OCX para a China tem um propósito económico e de trocas comerciais, cooperação financeira e, potencialmente, de uma união aduaneira. No entanto, a China confronta-se, com um bloco uniforme de países da antiga União Soviética, que partilham um passado e problemas comuns (Laumulin, 2006: 10). Para a Rússia, a OCX é uma organização

de cooperação política e de segurança, que lhe interessa para criar uma área de influência na Ásia Central e Oriental, com base na componente militar da defesa e na indústria afeta (Blank, 2012: 44). Os países mais pequenos da Ásia Central encaram os investimentos chineses como uma alternativa e diversificação de opções à esfera russa mas, igualmente, como uma ameaça às suas economias, incluindo pela invasão destes Estados por trabalhadores chineses. Em contraste, a elite política denota agrado pelos acordos económicos com a China, e a OCX constitui-se como uma zona de conforto, excluindo os seus governos da pressão Ocidental para a introdução dos valores e formas de desenvolvimento ocidentais (Dadabaev, 2013: 7-9). A OCX é então palco de interesses antagónicos, chineses e russos, mas ajuda a manter no poder governos politicamente afins com a Rússia, e facilita à China a expansão da economia e obtenção de recursos minerais.

No último capítulo, analisámos a interação da NATO, Rússia, China e OCX e comprovámos a nossa segunda hipótese, ao registarmos a enorme capacidade e flexibilidade que a NATO tem demonstrado para se relacionar, através do diálogo e da cooperação, com aqueles Estados que a consideram relevante no sistema internacional. A NATO ainda não assumiu formalmente uma política de relacionamento com a Ásia, em particular com a China e, até à data, tem excluído a cooperação militar com este Estado (Lin, 2012: 3). O Secretário-Geral enfatizou o interesse da Aliança em incrementar a segurança cooperativa e o potencial para a cooperação entre a China e a NATO, através de consultas políticas em assuntos de interesse comum, nomeadamente no combate ao terrorismo transnacional, proliferação nuclear, segurança energética e pirataria (*Xinhua*, 2010). A China já coopera com a NATO e encara de forma positiva a pacificação no Afeganistão, por proteger os seus investimentos e prevenir o apoio ao separatismo chinês no Xingjiang. No entanto, a China receia que a NATO seja uma cobertura para os Estados Unidos concretizarem o seu intento de conter a crescente influência global chinesa. Embora para a China o enfoque da OCX seja económico, algumas das suas vozes políticas e académicas defendem que esta organização deveria substituir a NATO no Afeganistão e, inclusivamente ser implementado um *fórum* NATO-OCX para a coordenação das atividades no Afeganistão, Paquistão e Ásia Central (Lin, 2012; 9).

Independentemente das vantagens identificadas para uma cooperação mais aprofundada, a relação NATO-China está confinada ao diálogo e partilha de informação,

através de iniciativas que não extravasem as relações de coordenação. O Senado americano limitou os contatos militares com a China a operações de busca e salvamento, humanitárias e exercícios, no sentido de evitar a exposição de conhecimentos e capacidades (Estados Unidos, 1999: 780). Este facto, aliado à falta de interesse de alguns Estados europeus, dificulta a aproximação da NATO à China. Em contrapartida, é notório o desagrado chinês face à implementação de parcerias globais da NATO com outros Estados asiáticos (Weitz, 2012b).

A Rússia tem um destaque especial no novo Conceito Estratégico da NATO, que incentiva à consulta política e cooperação em áreas de interesse partilhado, nomeadamente a defesa antimíssil, combate à pirataria, ao terrorismo e ao tráfico de droga (NATO, 2010a). No que se refere às duas últimas áreas, a NATO e a Rússia comungam do interesse na estabilidade do Afeganistão, particularmente face ao impacto que o ópio ali produzido está a provocar na população russa (*United Nations' Office on Drugs and Crime apud Deasy, 2009*). No entanto, a defesa antimíssil da Europa e o alargamento são áreas de apreensão, conflito e discórdia. O primeiro tema foi abordado e inicialmente incentivado no CNR de 2010, mas o Kremlin defende agora que o sistema antimíssil que a NATO está a desenvolver, altera o equilíbrio de poder atualmente existente na Europa, por estar capacitado para a interceção dos seus sistemas de armas estratégicas (Akulov, 2013). O segundo fator de preocupação para a Rússia é o alargamento e o eventual posicionamento de infraestruturas NATO junto às suas fronteiras. Embora no processo de alargamento tenha sido excluída a Ucrânia e adiada a Geórgia, a Rússia denota algum ceticismo com a possibilidade de a NATO se transformar numa aliança global face à sua política de parcerias com Estados das mais variadas localizações geográficas. Atendendo às disputas territoriais que a Rússia mantém com o Japão, uma maior aproximação da NATO a este Estado bem como um maior envolvimento na Ásia-Pacífico, provoca algum desconforto político (Danilov, 2013).

Relativamente à OCX, concluímos que esta organização faz refletir nas suas decisões, de uma forma coordenada, os interesses russos e chineses. Tal foi evidenciado na Declaração da Cimeira, de 2005, ao incentivar o encerramento das instalações americanas nos Estados da Ásia Central, onde os esforços de democratização promovidos pelos Estados Unidos desagradam particularmente à Rússia, e a China perspetiva a presença americana como uma manobra de envolvimento para a sua contenção (Zhao, 2007: 194). Esta

coordenação de interesses é igualmente patente, na Declaração da Cimeira de Pequim, em 2012, que condenou a defesa antimíssil na Europa (Ilyashenko, 2012) e, na de Bishkek, em 2013, onde é explícito que a segurança na Ásia Central é assegurada pelas organizações internacionais já implementadas na região (OCX, 2013).

De relevar, ainda, a pressão chinesa para a implementação da “Cintura Económica da Rota da Seda” no sentido de fomentar as trocas comerciais e o transporte, para a China, dos recursos energéticos dos Estados da Ásia Central, antecipando-se à iniciativa europeia (Yakobashvili, 2013).

Colmatamos, assim, a lacuna por nós identificada relativamente à forma e potencial de interação da NATO com a OCX, face à capacidade e flexibilidade que a NATO tem demonstrado para se relacionar com as potências do sistema internacional, nomeadamente a Rússia e China, através do diálogo e cooperação adequada aos diferentes contextos. Constatámos que a OCX, embora de utilidade para a promoção da estabilidade e economia na Ásia Central, hostiliza a Aliança em função dos interesses chineses e russos, mas enferma de confrontações de interesses que a impedem de vir a consubstanciar-se como uma organização congregadora de identidades e contribuinte para a segurança e estabilidade internacional.

Referências Bibliográficas

ACO-*Allied Command for Operations* (2011) “NATO Flagship Welcomes Chinese Navy Taskforce Commander” 28 de março, <http://www.aco.nato.int/page42420263.aspx> [3 de janeiro de 2014].

Akimoto, Shigeki et al. (2013) *East Asian Strategic Review 2013*. Tóquio: The National Institute for Defense Studies.

Akopov, Vzgljad (2013) “SCO membership precursor to Russia-India-China alliance” *Russia and India Report*. 10 de outubro, http://indrus.in/world/2013/10/10/sco_membership_precursor_to_russia-india-china_alliance_30051.html [3 de fevereiro de 2013].

Akulov, Andrei (2013) “The Deployment of Russia’s Iskander Tactical Missiles in Response to US-NATO Threats” *Global Research*. 24 de dezembro, <http://www.globalresearch.ca/the-deployment-of-russias-iskander-tactical-missiles-in-response-to-us-nato-threats/5362643> [25 de fevereiro de 2014].

ANSEA- Associação das Nações do Sudeste Asiático (2007) “Charter of the Association of Southeast Asia Nations” *The ASEAN Charter*. Dezembro, <http://www.asean.org/archive/publications/ASEAN-Charter.pdf> [31 de março de 2014].

Arbatov, Alexei (2007) “Is a New Cold War Imminent?” *Russia in Global Affaires*. nº2 julho-setembro, 8 de agosto, http://eng.globalaffairs.ru/number/n_9127 [18 de fevereiro de 2014].

Asbarez.Com (2014) “Putin Wants Armenia in Eurasian Economic Union” 5 de março, <http://asbarez.com/120248/putin-wants-armenia-in-eurasian-economic-union/> [7 de março de 2014].

Baev, Pavel (2012) “Defying that Sinking Feeling: Russia Seeks to Uphold its Role in the Multistructural International System in Flux” in Blank, Stephen J. *Perspectives on Russian Foreign Policy*. Carlisle: Strategic Studies Institute (SSI) (U.S. Army War College), 1-24.

Baker, Rodger e Zhang, Zhixing (2013) “The Paradox of China's Naval Strategy” *Stratfor-Global Intelligence*. 17 de julho, <http://www.stratfor.com/weekly/paradox-chinas-naval-strategy> [11 de novembro de 2013].

Balcer, Adam (2013) “The cat that walks by himself: Russian foreign policy at the beginning of the twenty first century” in Polish Ministry of Foreign Affairs *The Future of Russia: Modernization or Decline?*. http://carnegieendowment.org/files/demos_www_calosc.pdf [25 de janeiro de 2014].

Banco Mundial (2013) “China 2030-Building a Modern, Harmonious, and Creative Society” *The World Bank Development Research Center of the State Council, the People's Republic of China*. 17 de março, <http://documents.worldbank.org/curated/en/2013/03/17494829/china-2030-building-modern-harmonious-creative-society> [28 de outubro de 2013].

Barany, Zoltan; Rauchhaus, Robert (2011) “Explaining NATO's Resilience: Is International Relations Theory Useful?” *Contemporary Security Policy*. 32, 2, 286–307.

Barabanov, Oleg; Bordachev, Timofei (2012) “Toward the Great Ocean, or the New Globalization of Russia” *Valdai Discussion Club – Analytical Report*. Julho, http://vid-1.rian.ru/ig/valdai/Toward_great_ocean_eng.pdf [10 de março de 2014].

Barbora, Padrtová (2013) “NATO-Russia Relations” *Centre for European and North Atlantic Affairs*, <http://cenaa.org/analysis/nato-russia-relations/> [11 de janeiro de 2014].

BBC (2013) “Kuril islands dispute between Russia and Japan” *BBC News – Asia-Pacific*. 29 de abril, <http://www.bbc.com/news/world-asia-pacific-11664434> [4 de abril de 2014].

BBC (2014) “Xinjiang station attack: President Xi Jinping urges action” *BBC News-China*. 1 de maio, <https://dub124.mail.live.com/default.aspx?id=64855#fid=flinbox> [15 de maio de 2014]

Beech, Hanna (2014) “Obama to Japan: Yes, the U.S. will defend you” *Time*. 24 de abril, <http://time.com/75065/obama-abe-japan-asia-trip/> [20 de maio de 2014]

Behraves, Maysam (2011) “Constructivism: An Introduction” *E-International Relations*. 3 de fevereiro, http://www.e-ir.info/2011/02/03/constructivism-an-introduction/#_edn4 [12 de fevereiro de 2014].

Beljac, Marco (2010) “Russia’s New Military Doctrine” *Grupo de Estudos Estratégicos*. http://www.gees.org/files/documentation/07032010061850_Documen-07784.pdf [25 de janeiro de 2014].

Benneworth, Iwan (2011) “The ‘Great Debates’ in international relations theory” *School of European Studies*. 20 de maio, <http://www.e-ir.info/2011/05/20/the-%E2%80%98great-debates%E2%80%99-in-international-relations-theory/> [19 de fevereiro de 2014].

Blank, Stephen (2000) “From Kosovo to Kursk: Russian Defense Policy from Yeltsin to Putin” *Korean Journal of Defense Analysis*. 12-2, 231-273.

Blank, Stephen (2004) “The Central Asian Dimension of Chinese Military Strategy” *Asia Media – Archives*, <http://www.asiamedia.ucla.edu/article.asp?parentid=11136> [10 de março de 2014].

Blank, Stephen (2012) “The Sacred Monster: Russia as a Foreign Policy Actor” in Blank, Stephen *Perspectives on Russian Foreign Policy*. Carlisle: Strategic Studies Institute (SSI) (U.S. Army War College), 25-194.

Blazevic, Jason J. (2010) “The Taiwan Dilemma: China, Japan, and the Strait Dynamic” *Journal of Current Chinese Affairs*. 39-4, 143-173.

Brooks, Stephen (1997) "Dueling Realisms (Realism in International Relations)" *International Organization*, 51-3. <https://www.mtholyoke.edu/acad/intrel/brooks.htm> [13 de fevereiro de 2014].

Bueno, Elen (2006) “O Construtivismo nas Relações Internacionais” *Mundori*, <http://www.mundori.com/home/view.asp?paNoticia=548#> [13 de dezembro de 2013].

Bush, Richard e Meltzer, Joshua (2014) “Taiwan and the Trans-Pacific Partnership: Preparing the Way” *The Brookings Institution - Center for East Asia Policy Studies*. Outubro,

<http://www.brookings.edu/~media/research/files/papers/2013/10/taiwan%20transpacific%20partnership%20bush%20meltzer/taiwan%20and%20tpp%20bush%20and%20meltzer%20103013.pdf> [5 de março de 2014].

Cabral, Peter (2010) “Neorealism prevails in balance of power: a crucible for modern Sino-Japanese relations” *Examiner.com*. 14 de outubro, <http://www.examiner.com/article/neorealism-prevails-balance-of-power-a-crucible-for-modern-sino-japanese-relations> [13 de dezembro de 2013].

Carter, Ashton (2013). “The Rise of Asia and New Geopolitics in the Asia-Pacific Region” *Departamento de Defesa dos Estados Unidos*. 20 de março, <http://www.defense.gov/speeches/speech.aspx?speechid=1761> [14 novembro de 2013].

Castillo, Adam (2008) “SCO: Rise of NATO East?” *Diplomatic Courier*. 14 de agosto, <http://www.isn.ethz.ch/Digital-Library/Articles/Detail/?lng=en&id=90108> [3 de fevereiro de 2014].

Carroll, Chris (2013) “DOD to shift air transit from Manas to Romania” *Stars and Stripes*. 18 de outubro, <http://www.stripes.com/news/dod-to-shift-air-transit-from-manas-to-romania-1.247953> [12 de abril de 2014]

Castro, Thales (2012) *Teoria das Relações Internacionais*. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão.

CE-Comissão Europeia (2014) “Dual-use controls” <http://ec.europa.eu/trade/import-and-export-rules/export-from-eu/dual-use-controls/> [25 de fevereiro de 2014].

Chernof, Fred. (2007) *Theory and Metatheory in International Relations: concepts and contending accounts*. Nova Iorque: Palgrave Macmillan.

China (1992) “Law of The People's Republic of China on the Territorial Sea and the Contiguous Zone” *Governo da RPC*. <http://www.asianlii.org/cn/legis/cen/laws/lotprocottsatz739/> [4 de fevereiro de 2014].

China (2005) “Anti-Secession Law” *Third Session 10th National People's Congress and Chinese People's Political Consultative Conference*. 14 de março, <http://www.china.org.cn/english/2005lh/122724.htm> [31 de março de 2014].

China (2010) “China's National Defense in 2010 - II. National Defense Policy” *White paper, Governo da RPC*, http://www.china.org.cn/government/whitepaper/2011-03/31/content_22263420.htm [5 de março de 2014]

China (2012) “Press Communiqué of the Meeting of the Council of The Heads of the Member States of The Shanghai Cooperation Organization” *Ministério dos Negócios Estrangeiros da RPC*. <http://www.fmprc.gov.cn/eng/wjdt/2649/t939161.htm> [3 de fevereiro de 2014].

China (2013) “President Xi Jinping Delivers Important Speech and Proposes to Build a Silk Road Economic Belt with Central Asian Countries” *Ministério dos Negócios Estrangeiros da RPC*. 7 de setembro, http://www.fmprc.gov.cn/mfa_eng/wjb_663304/zzjg_663340/dozys_664276/gjlb_664280/3180_664322/3182_664326/t1076334.shtml [17 de maio de 2014].

China Military Online (2013) “China, Romania to further promote military ties” *English.People.Cn*. 8 de julho, <http://english.people.com.cn/90786/8314773.html> [7 de janeiro de 2014].

china.org.cn (2013) “President Xi Jinping proposes to build a Silk Road Economic Belt with Central Asian countries” 1 de novembro, http://www.china.org.cn/travel/revitalize_the_silk_road_in_Shaanxi/2013-11/01/content_30468580.htm [2 de fevereiro de 2014]

Chipman, John (2013) “Military Balance 2013 Press Statement” *The international institute for strategic studies*. 14 de março, <http://www.iiss.org/en/about%20us/press%20room/press%20releases/press%20releases/archive/2013-61eb/march-c5a4/military-balance-2013-press-statement-61a2> [14 de novembro de 2013]

Chow, Edward (2013) “The Russia-EU Gas Relationship: A partnership of necessity” *Center for Strategy & International Studies*. 20 de novembro, <https://csis.org/publication/russia-eu-gas-relationship-partnership-necessity> [19 de novembro de 2014].

Chua, Yee Hong (2013) “A Integração Económica na Região Ásia-Pacífico: Posicionamento e Desafios para Macau” *Administração*. 101-XXVI, 731-757.

Cintra, Maria (2012) “O Lugar da China no ‘Realismo Ofensivo’ de John Mearsheimer e na Teoria do ‘Universo em Expansão’ de José Luís Fiori” *Mundorama*. 23 de fevereiro, <http://mundorama.net/2012/02/23/o-lugar-da-china-no-realismo-ofensivo-de-john-mearsheimer-e-na-teoria-do-universo-em-expansao-de-jose-luis-fiori-por-maria-rita-vital-paganini-cintra/> [11 de dezembro de 2013].

Clinton, Hillary (2011) “America's Pacific Century” *U.S. Department of State- Diplomacy in Action*. 17 de novembro, <http://www.state.gov/secretary/rm/2011/11/176999.htm> [28 de outubro de 2013].

Clinton, Hillary (2012) “Secretary Clinton about Georgia - NATO summit, Chicago” *Youtube*. 21 de maio, <http://www.youtube.com/watch?v=Tjg7Q7vIpjc> [23 de setembro de 2013].

Cohen, David (2014) “With Allies Like These, Who Needs Rivals? – China Maintains Studied Ambiguity on Ukraine as Russia Claims ‘Concordance of Views’” *ChinaBrief*. 14-5, 2-4.

Cox, Robert (2007) “Hans J Morgenthau, realism, and the rise and fall of the Cold War” in Williams, Michael (ed.) *Realism Reconsidered the Legacy of Hans Morgenthau in International Relations*. New York: Oxford University Press Inc.

Creutzfeldt, B. (2012) “Theory Talk #51: Yan Xuetong on Chinese Realism, the Tsinghua School of International Relations, and the Impossibility of Harmony” *Theory Talks*. 28 de novembro, <http://www.theory-talks.org/2012/11/theory-talk-51.html> [13 de dezembro de 2013].

Daddow, Oliver (2009) *International Relations Theory*. London: Sage Publications.

Daalder, Ivo e Goldgeier, James (2006) “Global NATO” *Foreign Affairs*. 85-5, 105-113.

Dadabaev, Timur (2013) “Shanghai Cooperation Organization (SCO) Regional Identity Formation from the Perspective of the Central Asia States” *Journal of Contemporary China*. 23-85, 1-17.

Dalje.com (2008) “Putin: ‘Kosovo Independence is Terrible Precedent’” 22 de fevereiro, <http://dalje.com/en-world/putin--kosovo-independence-is-terrible-precedent/126063> [15 de fevereiro de 2014].

Danilov, Dmitry (2013) “Russia - NATO: Strategic Partnership Dilemmas” *Russian International Affairs Council*. 9 de julho, http://russiancouncil.ru/en/inner/?id_4=2088#top [14 de janeiro de 2014].

Deasy, Kristin (2009) “UN Report Tracks Crossborder Impact of Afghan Heroin” *Afghanistan News Center*. 22 de outubro, <http://www.afghanistannewscenter.com/news/2009/october/oct222009.html#20> [11 de janeiro de 2014].

de Haas, Marcel; van der-Putten, Frans Paul (2007) “The Shanghai Cooperation Organization- Towards a full-grown security alliance?” *Netherlands Institute of International Relations*. Novembro, http://www.clingendael.nl/sites/default/files/20071100_cscp_security_paper_3.pdf [28 de outubro].

de Haas, Marcel (2013) “Partners and competitors - NATO and the (Far) East” *Clingendael*. n°3, Abril, <http://www.clingendael.nl/sites/default/files/Partners%20and%20Competitors%20%20NATO%20and%20the%20%28Far%29%20East.pdf> [3 de janeiro de 2014].

Dongyu, Han (2014) “The Hidden Logic of Japan’s Foreign Wars: 1592-1945” *Social Sciences in China*. 35-1, 68-85.

Estados Unidos (1999) “National Defense Authorization Act for Fiscal Year 2000” *Congresso dos Estados Unidos – Public Law 106–65*. 5 de outubro,

<http://www.gpo.gov/fdsys/pkg/PLAW-106publ65/pdf/PLAW-106publ65.pdf> [4 de janeiro de 2014].

Estados Unidos (2010a) “Joint Press Availability with Japanese Foreign Minister Seiji Maehara” *Diplomacy in Action*. <http://www.state.gov/secretary/rm/2010/10/150110.htm> [29 de outubro de 2013].

Estados Unidos (2010b) “New START” *U.S. Department of State* <http://www.state.gov/t/avc/newstart/index.htm> [14 de janeiro de 2014].

Estados Unidos (2011) “Clinton on America’s Pacific Century: A Time of Partnership” *U.S. Department of State*. 10 de novembro, <http://iipdigital.usembassy.gov/st/english/texttrans/2011/11/201111111130141su0.1332928.html#ixzz2v1aXIMw8>[4 de fevereiro de 2014].

Estados Unidos (2012) “Media Roundtable in Tokyo, Japan” *Diplomacy in Action*. 15 de outubro, <http://www.state.gov/s/d/2012/199122.htm> [29 de outubro de 2013].

Estados Unidos (2013) “Annual Report to Congress - Military and Security Developments Involving the People’s Republic of China 2013” *U.S. Office of the Secretary of Defense*. http://www.defense.gov/pubs/2013_china_report_final.pdf [29 de outubro de 2013].

Flikke, Geir (2013) “Collusive Status-Seeking: The Sino-Russian Relationship” in Blank, Stephen (ed.) *Central Asia after 2014*. Carlisle: Strategic Studies Institute.

França e Reino Unido (1998) “Joint declaration on European defense” *Cimeira Anglo-Francesa, Saint Malo*. 4 de dezembro, <http://www.atlanticcommunity.org/Saint-Malo%20Declaration%20Text.html> [14 de novembro de 2013].

Fravel, M. Taylor (2010) “International Relations Theory and China’s Rise: Assessing China’s Potential for Territorial Expansion” *International Studies Review*. 2010-12, 505–532.

Gallis, Paul (2008) “The NATO Summit at Bucharest, 2008” *CRS Report for Congress*. 5 de maio, <http://www.fas.org/sgp/crs/row/RS22847.pdf> [14 de novembro de 2013].

Gheciu, Alexandra (2005) “Security Institutions as Agents of Socialization? NATO and the ‘New Europe’” *International Organization*. Outono, 973-1012.

Ghoshal, Debalina (2014) “NATO Missile Shield Prompts Russia to Expand Defense Systems” *Atlantic Sentinel*. 15 de fevereiro, <http://atlanticsentinel.com/2014/02/nato-missile-shield-prompts-russia-to-expand-defense-systems/> [26 de fevereiro de 2014].

Glaser, Charles (2011) “Will China's Rise Lead to War? Why Realism Does Not Mean Pessimism” *Foreign Affairs*. 90-2, 80-91.

Global Research (2007) “Iran and Russia may establish joint Navy in Caspian Sea” *God Like Productions Forum*. 16 de outubro, <http://www.godlikeproductions.com/forum1/message450257/pg1> [8 de março de 2014].

Godwin, Paul (2010) “The People’s Liberation Army and the Changing Global Security Landscape” in Kamphausen, Roy et al. *The PLA at Home and Abroad: Assessing the Operational Capabilities of China’s Military*. Carlisle: Strategic Studies Institute, 45-98.

Gonçalves, Arnaldo (2005) “A visão paradigmática da China como grande potência” *Instituto de Relaciones Internacionales*. 14-29, 81-88.

Grushko, Alexander (2012) “Grushko: ABM issue remains on the agenda of the main dialogue of the Russian Federation and NATO” *Ria.ru*. 12 de julho, <http://ria.ru/politics/20121207/913825646.html?ria=qdt06u5a4oa62pb423cgddsop3n8tacr#13614339688074&message=resize&relto=login&action=removeClass&value=registration> [15 de janeiro de 2015]

Hallams, Ellen (2013) *A Transatlantic Bargain for the 21st Century: The United States, Europe and the Transatlantic Alliance*. Carlisle: Strategic Studies Institute.

Hasenclever, Andreas et al. (2000) “Integrating Theories of International Regimes” *Review of International Studies*. 26-1, 3-33.

Herz, John (1950) “Idealist Internationalism and the Security Dilemma” *World Politics*. 2-2, 157-180.

- Hodgson, Geoffrey (2006) “What are Institutions” *Journal of Economic Issues*. XL-1.
- Huang, Dong (2012) “The Possibility of EU Lifting Arms Embargo on China in the Context of the Eurozone Debt Crisis” *Conference Paper - UACES Annual General Meeting*. 3-5 de setembro, <http://uaces.org/documents/papers/1201/huang.pdf> [30 de outubro de 2013].
- Hyodo, Shinji (2005) “Russia - Closer Relations with China” *East Asian Strategic Review 2006*, 167-202.
- Ilyashenko, Andrei (2012) “Russia-China Counter-Alliance: Can the SCO Emerge as a Counterweight to NATO?” *Global Research*. 19 de maio, <http://www.globalresearch.ca/russia-china-counter-alliance-can-the-sco-emerge-as-a-counterweight-to-nato/30936> [3 de fevereiro de 2012].
- Instituto Espanhol de Estudos Estratégicos (2011) “The Evolution of the Concept of Security” *Ministério da Defesa do Governo de Espanha*. Junho, http://www.ieee.es/en/Galerias/fichero/docs_marco/2011/DIEEEM05-2011_EvolutionConceptSecurity_ENGLISH.pdf [4 de abril de 2014].
- Ionita, Gabriela (2013) “NATO-Russia cooperation – the lights and shadows of a business-marriage” *Power&Politics World*. 28 de outubro, <http://gabrielaionita.wordpress.com/2013/10/28/nato-russia-cooperation-the-lights-and-shadows-of-a-business-marriage/> [11 de janeiro de 2014].
- Japão (2007) “Asia energy outlook to 2030: Impacts of energy outlook in China and India on the world” *The Institute of Energy Economics*, www.worldenergy.org/documents/p001038.doc [13 de maio de 2014]
- Japão (2013) “Defense of Japan - Annual White Paper - Section 2 Security Environment in the Vicinity of Japan” *Ministério da Defesa do Governo do Japão*. julho, http://www.mod.go.jp/e/publ/w_paper/pdf/2013/07_Part1_Chapter0_Sec2.pdf [4 de fevereiro de 2014]

Ji, You; Alderman, Daniel (2010) “Changing Civil-Military Relations in China” in Kamphausen, Roy et al. (eds.) *The PLA at Home and Abroad: Assessing the Operational Capabilities of China’s Military*. Carlisle: Strategic Studies Institute, 135-191.

Jia, Qingguo (2000) “The Success of the Shanghai Five: Interests, Norms and Pragmatism” *Commonwealth Institute*. <http://www.comw.org/cmp/fulltext/0110jia.htm> [11 de março de 2014].

Johnson, Christopher (2012) “Time to Fix U.S. Military Ties with China” *Center for Strategic & International Studies*. 20 de setembro, <http://csis.org/publication/time-fix-us-military-ties-china> [5 de janeiro de 2014].

Johnson, John (2011) “Developing Better Relations with Russia” *Small Wars Journal*. 1 de março, <http://smallwarsjournal.com/jrnl/art/developing-better-relations-with-russia> [13 de janeiro de 2014].

Kalnins, Ojars (2013) “The Growing Strategic Relevance of Asia: Implications for NATO” *NATO Parliamentary Assembly – PC*. 12 de outubro, www.nato-pa.int/shortcut.asp?FILE=3286 [12 de novembro de 2013].

Kamp, Karl-Heinz (2013) “NATO Needs to Follow the U.S. Pivot to Asia” *Strategic Europe: Carnegie Europe*. 27 de março, <http://carnegieeurope.eu/strategieurope/?fa=51314&reloadFlag=1> [14 de novembro de 2013].

Kaplan, Robert (2012) “NATO's Ordinary Future” *Stratfor: Global Intelligence*. 9 de maio, <http://www.stratfor.com/weekly/natos-ordinary-future> [3 de dezembro de 2013].

Kashmeri, Sarwar (2011) *The North Atlantic Treaty Organization and the European Union's Common Security and Defense Policy - Intersecting Trajectories*. Carlisle: Strategic Studies Institute, <http://www.StrategicStudiesInstitute.army.mil/> [14 de novembro de 2013].

Kelly, Jason (2007) “Responding to Regional Challengers in a Unipolar System” *Greater China*. Inverno, 27-36.

Keohane, Robert (2005) *After Hegemony Cooperation and Discord in the World Political Economy*. Princeton, New Jersey: Princeton Classic Editions.

Kramer, David; Corke, Susan (2012) “Contending with Putin’s Russia: Proposals for a New Approach” in Puddington, Arch et al. (eds.) *Contending with Putin’s Russia: A Call for American Leadership*. Freedom House, 3-9.

Kramer, Franklin (2013) “NATO Global Partnerships: Strategic Opportunities and Imperatives in a Globalized World” *The Atlantic Council of the United States*. Março, http://www.atlanticcouncil.org/images/files/publication_pdfs/403/NATOPartnerships2013.pdf [14 de novembro de 2013].

Krasner, Stephen (2012) “Structural causes and regime consequences: regimes as intervening variables” *Revista de Sociologia e Política*. 20 (42), junho, http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0104-44782012000200008&script=sci_arttext#back2 [17 de novembro de 2013].

Kurmanov, Bakhytzhhan (2013) “Bilateral rivalry a stain on the Shanghai Cooperation Organisation” *East Asia Forum*. 25 de outubro, <http://www.eastasiaforum.org/2013/10/25/bilateral-rivalry-a-stain-on-the-shanghai-cooperation-organisation/> [3 de fevereiro de 2014].

Lague, David (2013) “Why are European Allies Arming China?” *Atlantic Council*. 20 de dezembro, <http://www.atlanticcouncil.org/en/blogs/natosource/why-are-european-allies-arming-china> [6 de janeiro de 2014].

Lai, David (2013a) “New Model for Great Power Relationship” *U.S. Army Strategic Studies Institute*. 3 de outubro, <http://www.strategicstudiesinstitute.army.mil/index.cfm/articles/Doubts-On-Chinas-New-Model/2013/10/3> [28 de outubro de 2013].

Lai, David (2013b) *Asia-Pacific: A Strategic Assessment*. Carlisle: Strategic Studies Institute.

Lang, Anthony (2007) “Morgenthau, Agency, and Aristotle” in Williams, Michael (ed.) *Realism Reconsidered the Legacy of Hans Morgenthau in International Relations*. New York: Oxford University Press.

Laumulin, Murat (2006) “The Shanghai Cooperation Organization as Geopolitical Bluff - A view from Astana” *Institut Français des Relations Internationales*. julho de 2006, Russie.Nei, Visions n°12.

Lavrov, Sergey (2013) “Russian Foreign Minister Sergey Lavrov’s speech at 49th Munich security conference, Munich, 2 February 2013” *Ministério dos Negócios Estrangeiros da Federação Russa*.
http://www.mid.ru/brp_4.nsf/0/A9CB4318DB0A5C8444257B0A00376FE8 [16 de janeiro de 2014].

Lee, Rensselaer (2013) “The Russian Far East and China: Thoughts on Cross-Border Integration” *Foreign Policy Research Institute – E Notes*. Novembro,
<http://www.isn.ethz.ch/Digital-Library/Publications/Detail/?ots591=0c54e3b3-1e9c-be1e-2c24-a6a8c7060233&lng=en&id=173745> [16 de maio de 2014].

Leung, Andrew (2011) “Reading the 2010 White Paper on China’s National Defense” *China Watch*. 7 de Abril,
<http://www.andrewleunginternationalconsultants.com/chinawatch/2011/04/reading-the-white-paper-on-chinas-national-defense-in-2010.html> [29 de outubro de 2013].

Lin, Christina (2012) “NATO-China Cooperation - Opportunities and Challenges” *Institut für Strategie- Politik- Sicherheits- und Wirtschaftsberatung (ISPSW) Strategy Series: Focus on Defense and International Security*. n° 189, Abril, <http://www.isn.ethz.ch/Digital-Library/Publications/Detail/?id=141148> [16 de maio de 2014]

Lo, Bobo (2008) *Axis of Convenience: Moscow, Beijing, and the New Geopolitics*. Londres: Brookings Institution.

Lowther, William (2011) “US introduces bill urging EU to keep PRC arms embargo” *Taipei Times*. 21 de julho, <http://www.taipetimes.com/News/front/archives/2011/07/21/2003508744> [30 de outubro de 2013).

Lukyanov, Fyodor (2013) “Uncertain World: Central Asia: An Indicator of Russia’s Imperial Aspirations” *RiaNovosti*. 25 de julho, <http://en.rian.ru/columnists/20130725/182421313.html> [3 de outubro 2013].

Martin, Lisa (1992) “Interests, power, and multilateralism” *International Organization*. 46-4, 765-792.

Mendes, Cármen e Freire, Maria (2008) “A Organização de Cooperação de Xangai como Instrumento Geopolítico Sino-Russo na Ásia Central” *Revista de Geopolítica*. nº2, 207-235.

Mendes, Cármen (2010) “A China e a cooperação Sul-Sul” *Relações Internacionais*. 2010-26, 39-46.

Mulvenon, James (2009) “Chairman Hu and the PLA’s ‘New Historic Missions’” *China Leadership Monitor*. nº 27, 1-11.

NATO (1949) “The North Atlantic Treaty” 4 de abril, http://www.nato.int/cps/en/natolive/official_texts_17120.htm [17 de março de 2014]

NATO (1995) “NATO Study on Enlargement” 3 de setembro, http://www.nato.int/cps/en/natolive/official_texts_24733.htm [14 de novembro de 2013].

NATO (2006) “Riga Summit Declaration” 26 de novembro, <http://www.nato.int/docu/pr/2006/p06-150e.htm> [17 de janeiro de 2014].

NATO (2008) “Bucharest Summit Declaration” 3 de abril, http://www.nato.int/cps/en/natolive/official_texts_8443.htm [22 de março de 2014].

NATO (2010a) “Strategic Concept for the Defence and Security of the Members of the North Atlantic Treaty Organisation” 3 de fevereiro, http://www.nato.int/nato_static/assets/pdf/pdf_publications/20120203_strategic-concept-2010-eng.pdf [4 de janeiro de 2014].

NATO (2010b) “Lisbon Summit Declaration” 20 de novembro, http://www.nato.int/cps/en/natolive/official_texts_68828.htm [15 de janeiro de 2014].

NATO (2010c) “NATO-Russia Council Joint Statement” 20 de novembro, http://www.nato.int/cps/en/natolive/news_68871.htm?selectedLocale=en [15 de janeiro de 2014].

NATO (2012a) “Chicago Summit Declaration” 20 de maio, http://www.nato.int/cps/en/natolive/official_texts_87593.htm?mode=pressrelease [26 de fevereiro de 2014].

NATO (2012b) “NATO and China Cooperate to Fight Piracy” 19 de janeiro, http://www.nato.int/cps/en/natolive/news_83585.htm?selectedLocale=en [3 de janeiro de 2014].

NATO (2013a) “Counter-piracy operations” http://www.nato.int/cps/en/natolive/topics_48815.htm [13 de novembro de 2013].

NATO (2013b) “NATO-Russia Council approves ambitious cooperation plan for 2014” 4 de dezembro, http://www.nato.int/cps/en/natolive/news_105502.htm [25 de janeiro de 2014].

NATO (2013c) “Sweden to join NATO Response Force and exercise Steadfast Jazz” 14 de outubro, http://www.nato.int/cps/en/natolive/news_104086.htm?selectedLocale=en [14 de fevereiro de 2014].

NATO (2013d) “NATO’s relations with Russia” http://www.nato.int/cps/en/natolive/topics_50090.htm [11 de janeiro de 2014].

NATO (2014a) “NATO operations and missions” http://www.nato.int/cps/en/natolive/topics_52060.htm [14 de fevereiro de 2014].

NATO (2014b) “The Partnership for Peace programme” http://www.nato.int/cps/ar/SID-7EBBEE3E-6B770FDC/natolive/topics_50349.htm [14 de novembro de 2013].

Neild, Barry (2014) “Kunming rail station attack: China horrified as mass stabbings leave dozens dead” *The Guardian*. 2 de março, <http://www.theguardian.com/world/2014/mar/02/china-mass-stabbings-yunnan-kunming-rail-station> [15 de maio de 2014]

Nichol, Jim (2011) “Russian Military Reform and Defense Policy” *Congressional Research Service (CRS) Report for Congress*. 24 de agosto, <http://www.fas.org/sgp/crs/row/R42006.pdf> [8 de março de 2014].

Noetzel, Timo e Schreer, Benjamin (2009) “Does a multi-tier NATO matter? The Atlantic alliance and the process of strategic change” *International Affairs*. 85-2, 11–226.

NTI Global Security Newswire (2012) “Russia Warns U.S. against Deploying Final Phases of Missile Shield” *NTI Global Security Newswire*. 1 de outubro, <http://www.nti.org/gsn/article/russia-warns-us-against-implementing-last-phases-missile-shield/> [26 de fevereiro de 2014].

NTI Global Security Newswire (2013) “Putin Dissolves Task Force for Missile Defense Cooperation with NATO” *NTI Global Security Newswire*. 31 de outubro, <http://www.nti.org/gsn/article/russia-moving-deepen-air-defense-ties-ex-soviet-republics/> [15 de janeiro de 2014].

Obama, Barack (2011) “Remarks by President Obama to the Australian Parliament” *Presidente dos Estados Unidos*. 17 de novembro, <http://www.whitehouse.gov/the-press-office/2011/11/17/remarks-president-obama-australian-parliament> [14 de novembro de 2013].

Offshore Technology.com (2013) “Kashagan Offshore Oil Field Project, Kazakhstan” <http://www.offshore-technology.com/projects/kashagan/> [14 de maio de 2014]

ONU-Organização das Nações Unidas (1958) “Agreement between the Republic of India and the Peoples Republic of China on Trade and Intercourse between Tibet Region of China and India – Signed at Peking on 29 April 1954” <https://treaties.un.org/doc/publication/unts/volume%20299/v299.pdf> [12 de fevereiro de 2014].

OCX-Organização de Cooperação de Xangai (2001) “Shanghai Convention on Combating Terrorism, Separatism and Extremism” *RefWorld*. 15 junho, <http://www.refworld.org/docid/49f5d9f92.html> [13 de abril de 2014].

OCX-Organização de Cooperação de Xangai (2002) “Charter of the Shanghai Cooperation Organization” *Governo do Quirguistão*.

<http://www.scosummit2013.org/en/documents/hartiya-shanhayskoy-organizatsii-sotrudnichestva/> [27 de fevereiro de 2014].

OCX-Organização de Cooperação de Xangai (2013) “Bishkek Declaration of the Heads of the Member States of the Shanghai Cooperation Organisation” *Governo do Quirguistão*.

<http://www.scosummit2013.org/en/documents/bishkekская-deklaratsiya/> [3 de fevereiro de 2014].

OSCE-Organização para a Segurança e Cooperação na Europa (2010) “Astana Commemorative Declaration - Towards a Security Community”

<http://www.ieee.es/Galerias/fichero/OtrasPublicaciones/Internacional/AstanaCommemorativeDeclaration2010.pdf> [12 de fevereiro de 2014].

Panetta, Leon (2012) “Statement on Defense Strategic Guidance” *Departamento de Defesa dos Estados Unidos*. 5 de janeiro,

<http://www.defense.gov/speeches/speech.aspx?speechid=1643> [12 de abril de 2014].

Panetta, Leon (2013) “Remarks by Secretary Panetta at King's College London” *Departamento de Defesa dos Estados Unidos*. 18 de janeiro,

<http://www.defense.gov/transcripts/transcript.aspx?transcriptid=5180> [19 de janeiro de 2014].

Pape, Robert (2005) “Soft Balancing against the United States” *International Security*. 30-1, 7–45.

Paris, Roland (2001) “Human Security: Paradigm Shift or Hot Air?” *International Security*. 26-2, 87-102.

Peoples Daily Online (2014) “Why is the world so interested in Silk Road economic belt?” 7 de janeiro, <http://english.peopledaily.com.cn/90883/8505124.html> [27 de fevereiro de 2014].

Putin, Vladimir (2011) “A new integration project for Eurasia: The future in the making” *Missão Permanente da Federação russa na União Europeia*. 10 de outubro,

<http://www.russianmission.eu/en/news/article-prime-minister-vladimir-putin-new-integration-project-eurasia-future-making-izvestia-3-> [2 outubro 2013].

Putin, Vladimir (2013) “Vladimir Putin Meets with Members the Valdai International Discussion Club. Transcript of the Speech and Beginning of the Meeting” *Valdai Discussion Club*. 20 de setembro, <http://valdaiclub.com/politics/62880.html> [10 de março de 2014].

Putin, Vladimir (2014) “Vladimir Putin addressed State Duma deputies, Federation Council members, heads of Russian regions and civil society representatives in the Kremlin” *Presidente da Rússia*. 18 de março, <http://eng.kremlin.ru/news/6889> [22 de março de 2014].

Rachwald, Arthur (2011): “A ‘reset’ of NATO–Russia relations: real or imaginary?” *European Security*, 20-1, 117-126.

Raman, B. (2010) “Why China training with NATO ally matters” *Rediff News*. 16 de outubro, <http://news.rediff.com/column/2010/oct/16/raman-why-china-training-with-nato-ally-matters.htm> [7 de janeiro de 2014].

Rasmussen, Anders (2009) "NATO and Russia: A New Beginning" *Carnegie Endowment, Brussels*. 18 de setembro, http://www.nato.int/cps/en/natolive/opinions_57640.htm [11 de janeiro de 2014].

Rasmussen, Anders (2013a) “NATO after ISAF – staying successful together” *Munich Security Conference*. 2 de fevereiro, http://www.nato.int/cps/en/natolive/opinions_94321.htm [23 de setembro de 2013].

Rasmussen, Anders (2013b) “NATO-Russia Partnership Yet to Become Strategic” *Ria Novosti*. 24 de abril, <http://en.ria.ru/world/20130423/180805452/NATO-Russia-Partnership-Yet-to-Become-Strategic---SecGen.html> [11 de janeiro de 2014].

Reynolds, Louis; Shapiro, Maximilian (2012) “The Pacific Shift, Britain, NATO & the EU; Threats & Opportunities in a Changing Strategic Framework” *Word Press*. 29 de agosto, <http://urregum.wordpress.com/2012/08/29/the-pacific-shift-britain-nato-the-eu-threats-opportunities-in-a-changing-strategic-framework/> [14 de novembro de 2013].

Ria Novosti (2013a) “Russia Says Iran Deal Makes US Missile Shield Plan Redundant” 13 de dezembro, <http://en.ria.ru/world/20131213/185520474/Moscow-Calls-on-US-to-Scrap-Missile-Defense-Plans.html> [26 de fevereiro de 2014].

Ria Novosti (2013b) “No NATO Membership For Georgia, Ukraine in 2014 – Official” 22 de outubro, <http://en.ria.ru/world/20131022/184292221/No-NATO-Membership-For-Georgia-Ukraine-in-2014--Official.html> [22 de março de 2014].

Richardson, Michael (2013) “A question of Chinese sovereignty” *The Japan Times*. 31 de janeiro, <http://www.japantimes.co.jp/opinion/2013/01/31/commentary/a-question-of-chinese-sovereignty/> [29 de outubro de 2013].

Roney, Tyler (2013) “The Shanghai Cooperation Organization: China’s NATO” *The Diplomat*. 11 de setembro, <http://thediplomat.com/2013/09/the-shanghai-cooperation-organization-chinas-nato-2/> [3 de fevereiro de 2014].

RT News (2014) “Russia threatens to quit START as US deploys Aegis destroyer to Spain” 4 de fevereiro, <http://rt.com/news/destroyer-us-poland-start-treaty-530/> [2 de fevereiro de 2014].

Rússia (2012) “Russian MFA on the transit of NATO cargoes from Afghanistan through the territory of Russia” *Embaixada da Federação russa no Reino Unido*, <http://www.rusemblon.org/foreignpolicy/27> [13 de janeiro de 2013].

Rustrans (2009) “Russia's National Security Strategy to 2020” *Rustrans Useful translations*. 12 de maio, <http://rustrans.wikidot.com/russia-s-national-security-strategy-to-2020> [28 de outubro de 2013].

Sadovskaya, Elena (2007) “Chinese Migration to Kazakhstan: a Silk Road for Cooperation or a Thorny Road of Prejudice?” *China and Eurasia Forum Quarterly*. 5–4, 147-170.

Sakkov, Sven (2012) “What is NATO for: The North Atlantic Alliance after 2014” *Defence Academy of the United Kingdom, Royal College of Defence Studies*. Julho, <http://www.da.mod.uk/colleges/rcds/publications/seaford-house-papers/2012-seaford-house-papers/shp2012sakkov.pdf/view> [16 de maio de 2014].

Schimmelfennig, Frank (1998) “NATO enlargement: A constructivist explanation” *Security Studies*. 8 - 2-3, 198-234.

Security&Defence Agenda (2011) “EU Refuses to Lift China Arms Embargo” 5 de janeiro, <http://www.securitydefenceagenda.org/Contentnavigation/Library/Libraryoverview/tabid/1299/articleType/ArticleView/articleId/1409/categoryId/86/EU-refuses-to-lift-China-arms-embargo.aspx> [13 de maio de 2014].

Shambaugh, David (2004) “China Engages Asia Reshaping the Regional Order” *International Security*. 29-3, 64–99.

Shambaugh, David (2006) “Asia in Transition: The Evolving Regional Order” *Current History*. Abril, 153-159.

Shin, Beom-Shik (2012) “The Return of Old Putin and the New Future of Russia” *The International Relations and Security Network*. 14 de maio, <http://www.isn.ethz.ch/Digital-Library/Articles/Detail/?lng=en&id=142109> [7 de março de 2014].

Simakovsky, Mark (2013) “Flexible Expansion - NATO Enlargement in an Era of Austerity and Uncertainty” *The German Marshall Fund of the United States*, Washington, DC.

Siminski, Jacek (2013) “China’s Air Force pilots visit NATO airbase” *The Aviationist*. 9 de julho, <http://theaviationist.com/2013/07/09/chinese-aviators-in-poland/> [7 de janeiro de 2014].

Sjursen, Helene (2004) “On the identity of NATO” *International Affairs*. 80 4, 687-703.

Smith, Jeff (2014) “Maritime Sovereignty in the East and South China Sea” *Governo dos Estados Unidos*. 14 de janeiro, <http://docs.house.gov/meetings/FA/FA05/20140114/101643/HHRG-113-FA05-Wstate-SmithJ-20140114.pdf> [4 de março de 2014].

Song, Weiqing (2013) “Interests, Power and China's Difficult Game in the Shanghai Cooperation Organization (SCO)” *Journal of Contemporary China*. 23-85, 85-101.

Steinbock, Dan (2014) “Should China Join the Trans-Pacific Partnership Talks?” *China&U.S. Focus*. 27 de fevereiro, <http://www.chinausfocus.com/finance-economy/should-china-join-the-trans-pacific-partnership-talks/> [14 de maio de 2014]

Steinbruner, John (2010) “Cooperative Security” *International Encyclopedia of Political Science*. http://www.cissm.umd.edu/papers/files/cooperative_security__ieps.pdf [4 de abril de 2014].

Stockholm International Peace Research Institute (2013) “SIPRI Military Expenditure Database” <http://milexdata.sipri.org/files/?file=SIPRI+milex+data+1988-2012+v2.xlsx> [19 de fevereiro de 2014].

Strategy Page (2014) “Murphy's Law: China Defeats the Embargo” *Strategy Page*. 10 de janeiro, <http://www.strategypage.com/htmw/htmurph/articles/20140110.aspx> [7 de março de 2014].

Stratfor (2013a) “Russia after Putin: Inherent Leadership Struggles” *Stratfor*. 24 de junho, <http://www.stratfor.com/analysis/russia-after-putin-inherent-leadership-struggles> [6 de fevereiro de 2014].

Stratfor (2013b) “Russia's View of the Iran Deal and US Plans for Central Europe” *Stratfor*. 2 de dezembro, <http://www.wbj.pl/article-64470-russias-view-of-the-iran-deal-and-us-plans-for-central-europe.html?type=wbj> [26 de fevereiro de 2014].

Summers, Dave (2012) “Will the Territory Dispute in the South China Sea Lead to War?” *OilPrice.com*. 9 de agosto, <http://oilprice.com/Geopolitics/Asia/Will-the-Territory-Dispute-in-the-South-China-Sea-Lead-to-War.html> [4 de março de 2014].

Tanner, Harold (2010) “The People’s Liberation Army and China’s Internal Security Challenges” in Kamphausen, Roy et al. *The PLA at Home and Abroad: Assessing the Operational Capabilities of China’s Military*. Carlisle: Strategic Studies Institute, 237-293.

Tellis, Ashley (2013) “Balancing without Containment: A U.S. Strategy for Confronting China’s Rise” *The Washington Quarterly*. Outono, 109-124.

The Churchill Society (2014) “The Russian Enigma - Broadcast 1st October 1939” Londres, <http://www.churchill-society-london.org.uk/RusnEnig.html> [7 de março de 2014].

The Economist (2013) “China in Central Asia - Rising China, sinking Russia” *The Economist*. 14 de setembro, <http://www.economist.com/news/asia/21586304-vast-region-chinas-economic-clout-more-match-russias-rising-china-sinking> [27 de dezembro de 2013]

Trenin, Dmitri (2012) *True Partners How Russia and China See Each other*. London: Centre for European Reform.

Trenin, Dmitri (2013) “Vladimir Putin’s Fourth Vector” *Russia in Global Affairs*. 30 de junho, <http://eng.globalaffairs.ru/number/Vladimir-Putins-Fourth-Vector---16048> [1 de outubro 2013].

Tripp, Emily (2013) “Realism: The Domination of Security Studies” *E-International Relations Students*. 14 de junho, <http://www.e-ir.info/2013/06/14/realism-the-domination-of-security-studies/> [19 de fevereiro de 2014].

UE – União Europeia (2005) “EU Arms and Dual Use Exports Policy and EU Embargo on China” https://www.consilium.europa.eu/uedocs/cmsUpload/050228_China-initial.pdf [24 de fevereiro de 2014].

UE – União Europeia (2008) “Consolidated versions of the Treaty on European Union and the Treaty on the Functioning of the European Union” *Jornal Oficial da UE*. Vol. 51, 9 de maio, https://www.ecb.europa.eu/ecb/legal/pdf/fxac08115enc_002.pdf [24 de março de 2014].

UE – União Europeia (2014a) “Arms export Control” *Serviço de Ação Externa*, http://eeas.europa.eu/non-proliferation-and-disarmament/arms-export-control/index_en.htm#a [5 de março de 2014].

UE – União Europeia (2014b) “Política de segurança e de defesa comum” http://europa.eu/legislation_summaries/institutional_affairs/treaties/lisbon_treaty/ai0026_pt.htm [14 de novembro de 2013].

UE – União Europeia (2014c) “Política Externa e de Segurança Comum (PESC)” http://europa.eu/legislation_summaries/glossary/foreign_security_policy_pt.htm [14 de novembro de 2013].

UE – União Europeia (2014d) “Ongoing and Completed missions and operations” *Serviço de Ação Externa*. Fevereiro, http://www.eeas.europa.eu/csdp/missions-and-operations/index_en.htm [15 de fevereiro de 2014].

UNDP-*United Nations Development Programme* (1994) *Human Development Report 1994*. New York: Oxford University Press.

UPI (2013) “Rasmussen: NATO won't extend membership to Ukraine, Georgia” 22 de outubro, http://www.upi.com/Top_News/World-News/2013/10/22/Rasmussen-NATO-wont-extend-membership-to-Ukraine-Georgia/UPI-26721382452169/ [26 de fevereiro de 2014].

Vandiver, John (2013) “NATO, Russia advance tech to search crowds for explosives” *Stars and Stripes*. 4 de novembro, <http://www.stripes.com/news/nato-russia-advance-tech-to-search-crowds-for-explosives-1.250290> [25 de janeiro de 2014].

Varisco, Andrea (2013) “Towards a Multi-Polar International System: Which Prospects for Global Peace?” *E-International Relations Students*. 3 de junho, <http://www.e-ir.info/2013/06/03/towards-a-multi-polar-international-system-which-prospects-for-global-peace/> [17 de fevereiro de 2014].

Vershbow, Alexander (2014) “The future of Missile Defence: A NATO perspective” *INSS Missile Defence conference in Israel*. 15 de janeiro, http://www.nato.int/cps/en/natolive/opinions_106142.htm [2 de fevereiro de 2014].

Wallander, Celeste (2007) “Russian Transimperialism and Its Implications” *The Washington Quarterly*. 30-2, 107-12

Waltz, Kenneth (1959) *Man, the State and War: a Theoretical Analysis*. New York: Columbia University Press.

Waltz, Kenneth (1979) *The Theory of International Politics*. Philippines: Addison-Wesley Publishing Company, Inc.

Waltz, Kenneth (1997) “Evaluating Theories” *the American Political Science Review*, 91-4, 913-917.

Waltz, Kenneth (1988) “The Origins of War in Neorealist Theory” *The Journal of Interdisciplinary History*. 18-4, 615-628.

Ward, Richard (2013) “NATO’s Involvement in Afghanistan: Shared Purpose and Allied Solidarity?” *Blog – International Security*. 18 de setembro, <http://www.futureforeignpolicy.com/natos-involvement-in-afghanistan-shared-purpose-and-allied-solidarity/> [22 de março de 2014].

Warner, Jeremy (2014) “Vladimir Putin will get away with it again – sanctions would harm us more than them” *The Telegraph*. 3 de março, <http://www.telegraph.co.uk/finance/comment/jeremy-warner/10674022/Vladimir-Putin-will-get-away-with-it-again-sanctions-would-harm-us-more-than-them.html> [7 de março de 2014].

Weitz, Richard (2012a) “EU Should Keep China Arms Embargo” *The Diplomat*. 18 de abril, <http://thediplomat.com/2012/04/18/eu-should-keep-china-arms-embargo/> [30 de outubro de 2013).

Weitz, Richard (2012b) “China and NATO: Destined to Diverge and Cooperate” *China-US Focus*. 28 de junho, <http://www.chinausfocus.com/slider/china-and-nato-destined-to-diverge-and-cooperate/> [29 de dezembro de 2013].

Weitz, Richard (2013a) “China’s Military Goals, Policy, Doctrine, and Capabilities in Central Asia” in Blank, Stephen (ed.) *Central Asia after 2014*. Carlisle: Strategic Studies Institute.

Weitz, Richard (2013b) “China and the Turkey Arms Deal” *China-US Focus*. 6 de novembro, <http://www.chinausfocus.com/peace-security/china-and-the-turkey-arms-deal/> [6 de janeiro de 2013].

Weitz, Richard (2014) “Symbolism over Substance - Sochi Showcases China-Russia Pragmatic Partnership” *China Brief*. 14-5, 11-14.

Wendt, Alexander (1992) “Anarchy is what States Make of it: The Social Construction of Power Politics” *International Organization*. 46-2, 391-425.

Wieclawski, Jacek (2011) “Contemporary Realism and the Foreign Policy of the Russian Federation” *International Journal of Business and Social Science*. 2-1, 170-179.

Wikileaks (2004) “China Arms Embargo: April 2 PSC Debate and next steps for U.S.” 4 de abril, <http://www.wikileaks.ch/cable/2004/04/04BRUSSELS1510.html> [30 de outubro de 2013].

Williams, Michael (2007) *Culture and Security - Symbolic power and the politics of international security*. London: Taylor & Francis e-Library.

Wohlforth, William (2001) “The Russian-Soviet empire-a test of neorealism”. *Review of International Studies*, 2001-27, 213–235.

Wohlforth, William (2008) “Realism” in Reus-Smit, Christian e Snidal, Duncan (eds.) *The Oxford Handbook of International Relations*. Great Britain: CPI Antony Rowe, Chippenham, Wiltshire, 131-149.

Wood, Jacob (2013) “China and the SCO: Dead Wood but a Good Platform” *China Brief*. 3-18.

Xinhua (2010) “Rasmussen on China-NATO Ties” *Daily Motion*. 29 de novembro, http://www.dailymotion.com/video/xjuu7m_china-nato-ties_news [24 de fevereiro de 2014].

Yakobashvili, Temuri (2013) “Has China Shanghaied Central Asia?” *German Marshall Fund of the United States (GMF)*. 7 de outubro, <http://blog.gmfus.org/2013/10/07/has-china-shanghaied-central-asia/> [6 de fevereiro de 2014].

Yousaf, Farooq (2013) “Russia’s Central Asia Power Play” *The Diplomat*. 2 de setembro, <http://thediplomat.com/2013/09/russias-central-asia-power-play/> [3 de fevereiro de 2014].

Zhang, Haizhou (2011) “SCO can play 'bigger role' in Afghanistan” *China Daily*. 6 de dezembro, http://www.chinadaily.com.cn/cndy/2011-12/06/content_14217254.htm [3 de janeiro de 2014].

Zemenides, Endy (2011) “The Dangers of a Multi-polar World in the 21st Century” *The National Strategy Forum Review*. Inverno, 20-1, <http://www.nationalstrategy.com/Portals/0/documents/Winter%202011%20NSFR/The%20Dangers%20of%20a%20MultiPolar%20World.pdf> [12 de fevereiro de 2014].

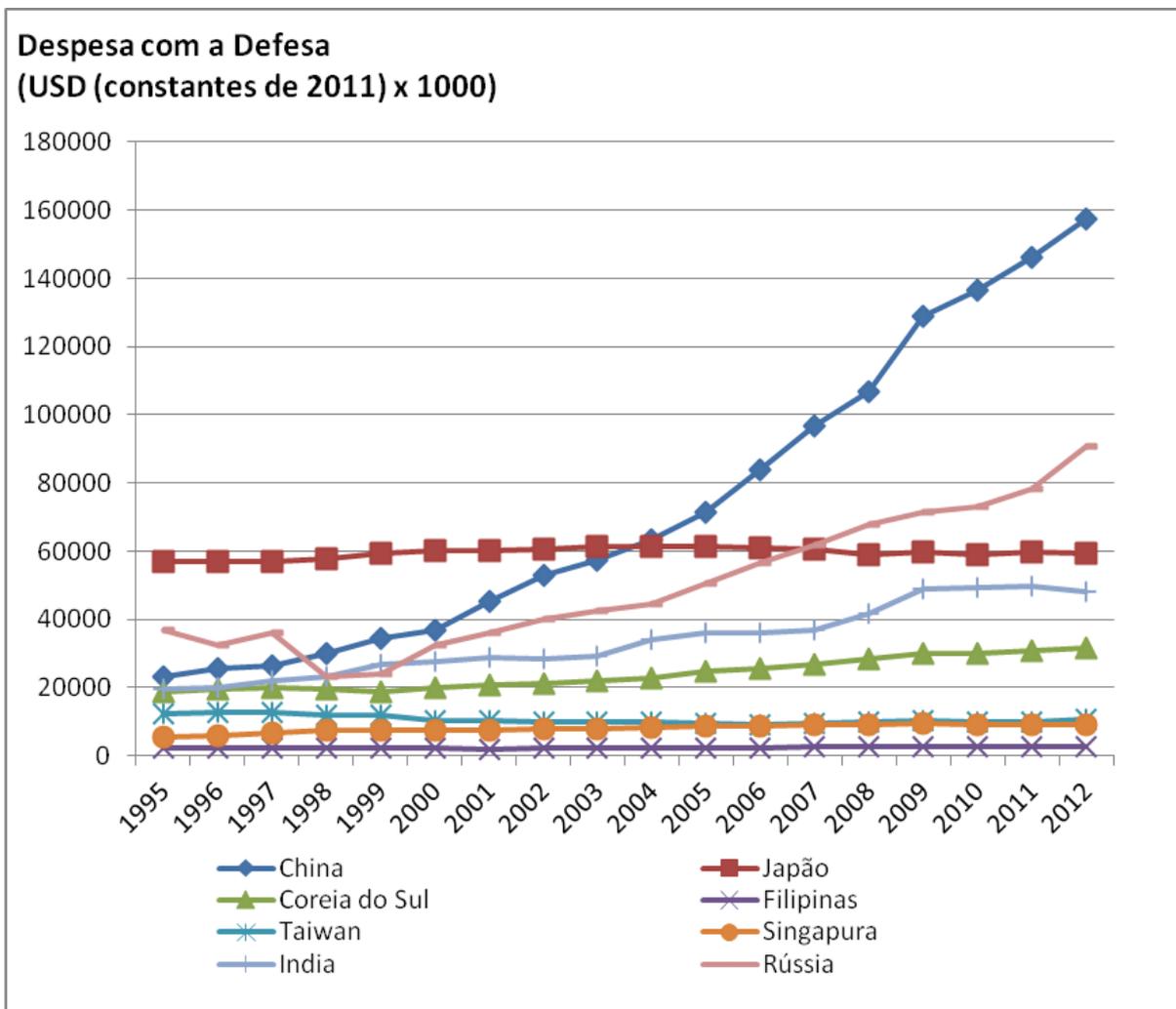
Zhao, Huasheng (2007) “China and Central Asia” in Rumer, Eugene et al. *Central Asia: Views from Washington, Moscow, and Beijing*. New York: M.E. Sharpe, Inc, 137-213.

Zhao, Huasheng (2013) “China-Russia Relations in Central Asia” *The Asan Forum*. 22 de novembro, <http://www.theasanforum.org/china-russia-relations-in-central-asia/> [12 de março de 2014].

Anexos

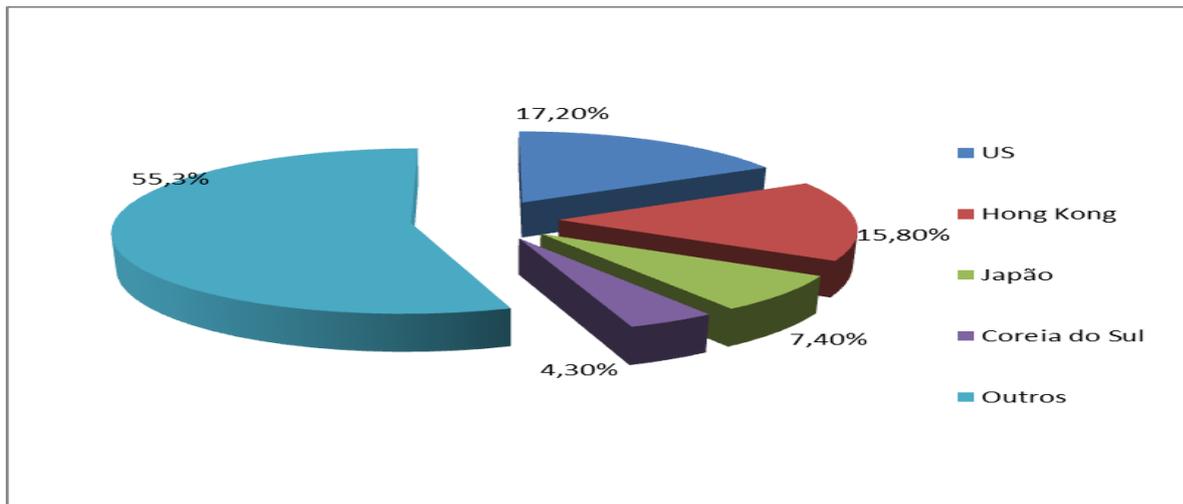
- Anexo 1. Despesa com a Defesa: China e Países Vizinhos
- Anexo 2. Exportações da China para os Principais Parceiros
- Anexo 3. Importações da China dos Principais Parceiros
- Anexo 4. Distribuição do PIB Mundial, 2011
- Anexo 5. Os Maiores PIBs mundiais, 2004-2012
- Anexo 6: Rotas e Conduas de Petróleo e Gás para a China
- Anexo 7. Disputa Territorial entre a China e o Japão – Plataforma Continental
- Anexo 8. Disputas Territoriais no Mar do Sul da China
- Anexo 9. Disputas Territoriais entre a China e Países Vizinhos
- Anexo 10. Rússia: Evolução da Despesa com a Defesa
- Anexo 11 Estados Membros da Cooperação Económica da Ásia e do Pacífico (CEAP)
- Anexo 12 Países e Países Observadores da SCO
- Anexo 13 Investimento Total da China nos Países da Ásia Central (2005 – 2013)
- Anexo 10. Comércio entre os Estados Unidos – Ásia e China – Ásia no período 1997-2010
- Anexo 15 Cultivo de Ópio no Afeganistão – Hectares
- Anexo 16 Fluxo de Heroína a partir da Ásia
- Anexo 17 Defesa Antimíssil da Europa

Anexo 1: Despesa com a Defesa: China e Países Vizinhos



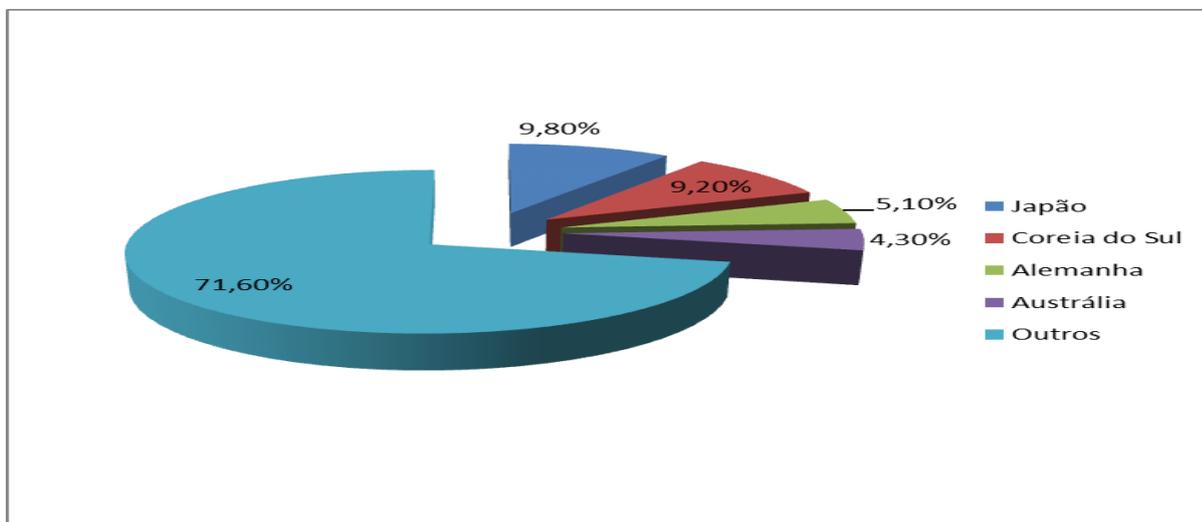
Dados coligidos de: *Stockholm International Peace Research Institute* (2014) “SIPRI Military Expenditure Database” <http://milexdata.sipri.org/files/?file=SIPRI+milex+data+1988-2012+v2.xlsx> [12 de fevereiro de 2014]

Anexo 2: Exportações da China para os Principais Parceiros – 2013



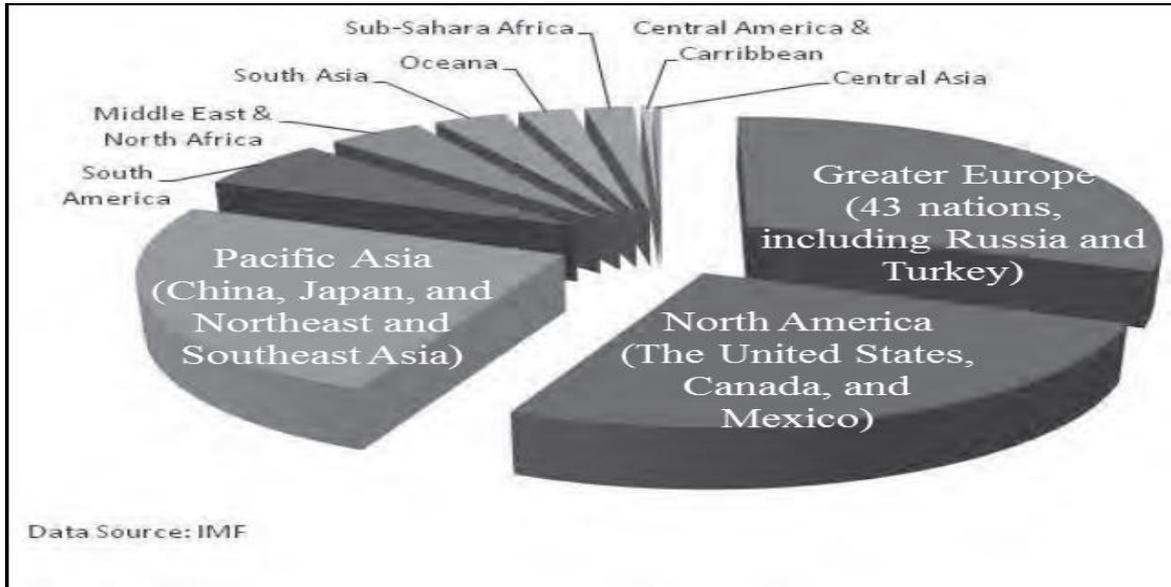
Dados coligidos de: *Central Intelligence Agency* (2014) “The World Factbook” <https://www.cia.gov/library/publications/the-world-factbook/geos/ch.html> [12 de fevereiro de 2014]

Anexo 3: Importações da China dos Principais Parceiros – 2013



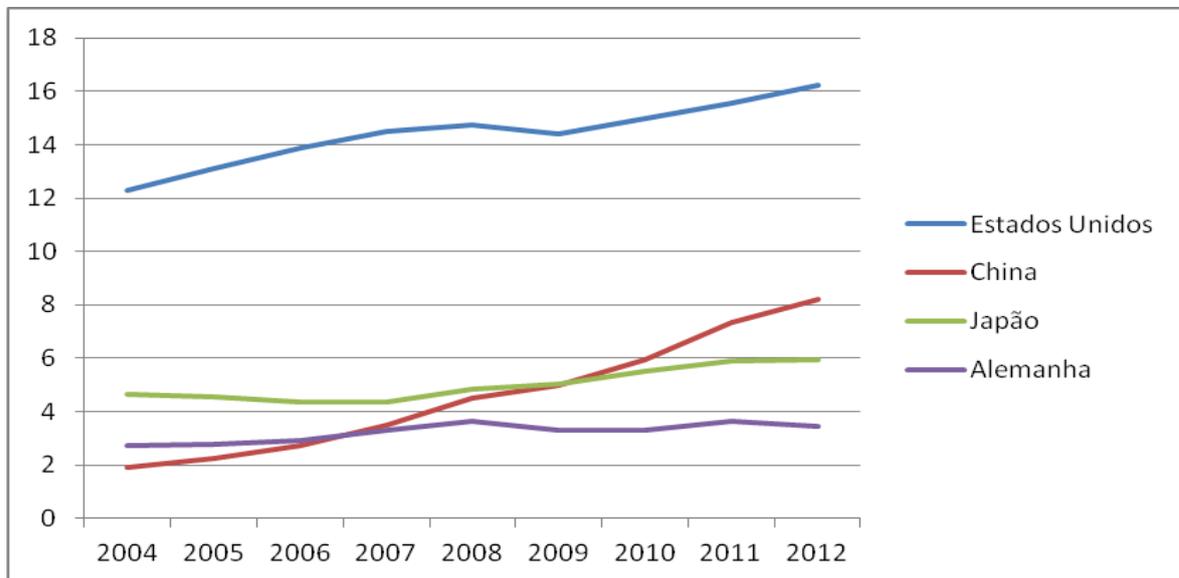
Dados coligidos de: *Central Intelligence Agency* (2014) “The World Factbook” <https://www.cia.gov/library/publications/the-world-factbook/geos/ch.html> [12 de fevereiro de 2014]

Anexo 4: Distribuição do PIB Mundial – 2011



Fonte: Lai, David (2013) *Asia-Pacific: A Strategic Assessment*. Carlisle: Strategic Studies Institute

Anexo 5: Os maiores PIBs Mundiais, 2004 – 2012 (Triliões de USD)



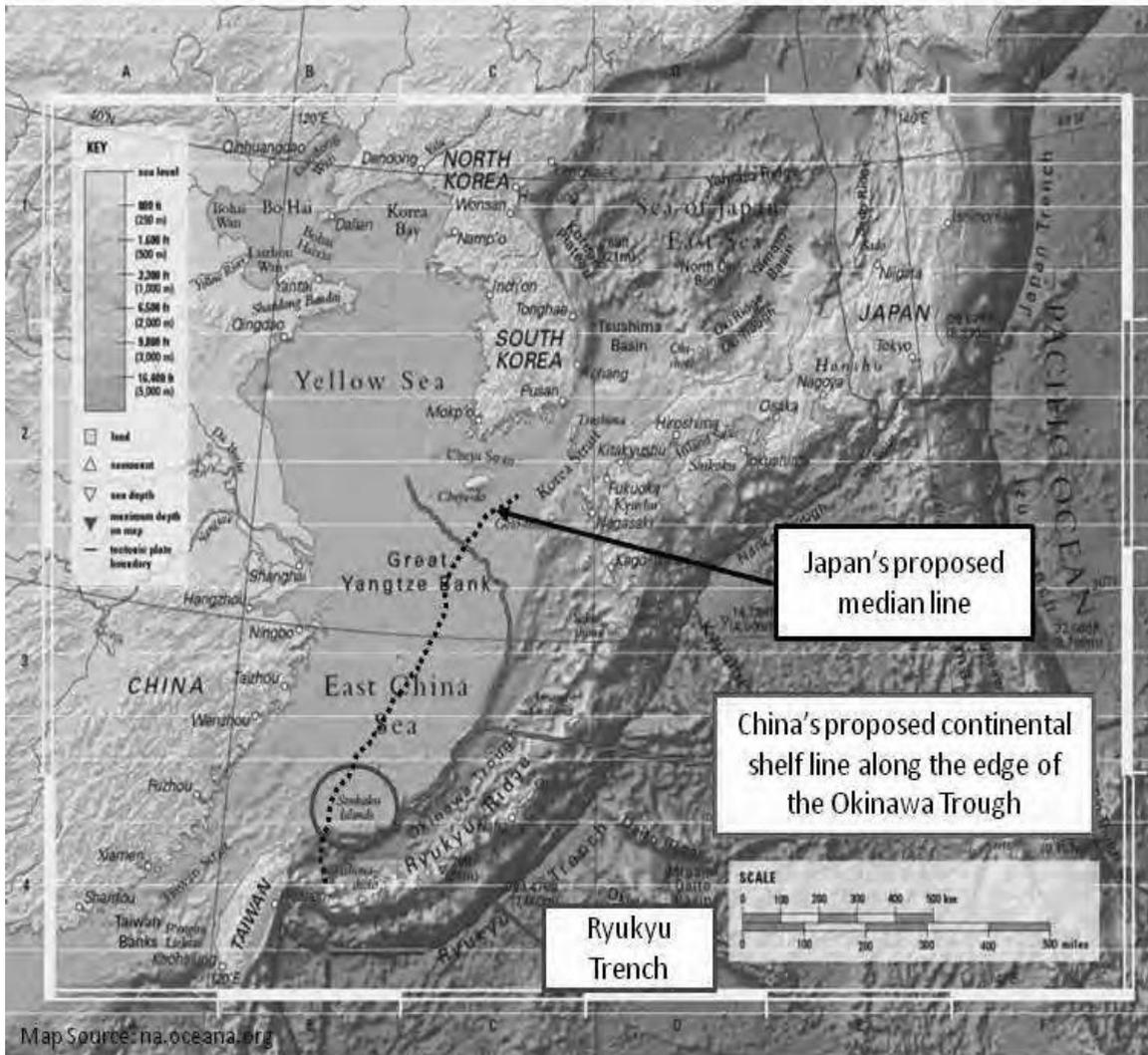
Dados coligidos de: Banco Mundial “GDP Current USD”
<http://data.worldbank.org/indicator/NY.GDP.MKTP.CD> [18 de maio de 2014]

Anexo 6: Rotas e Conduas de Petróleo e Gás para a China



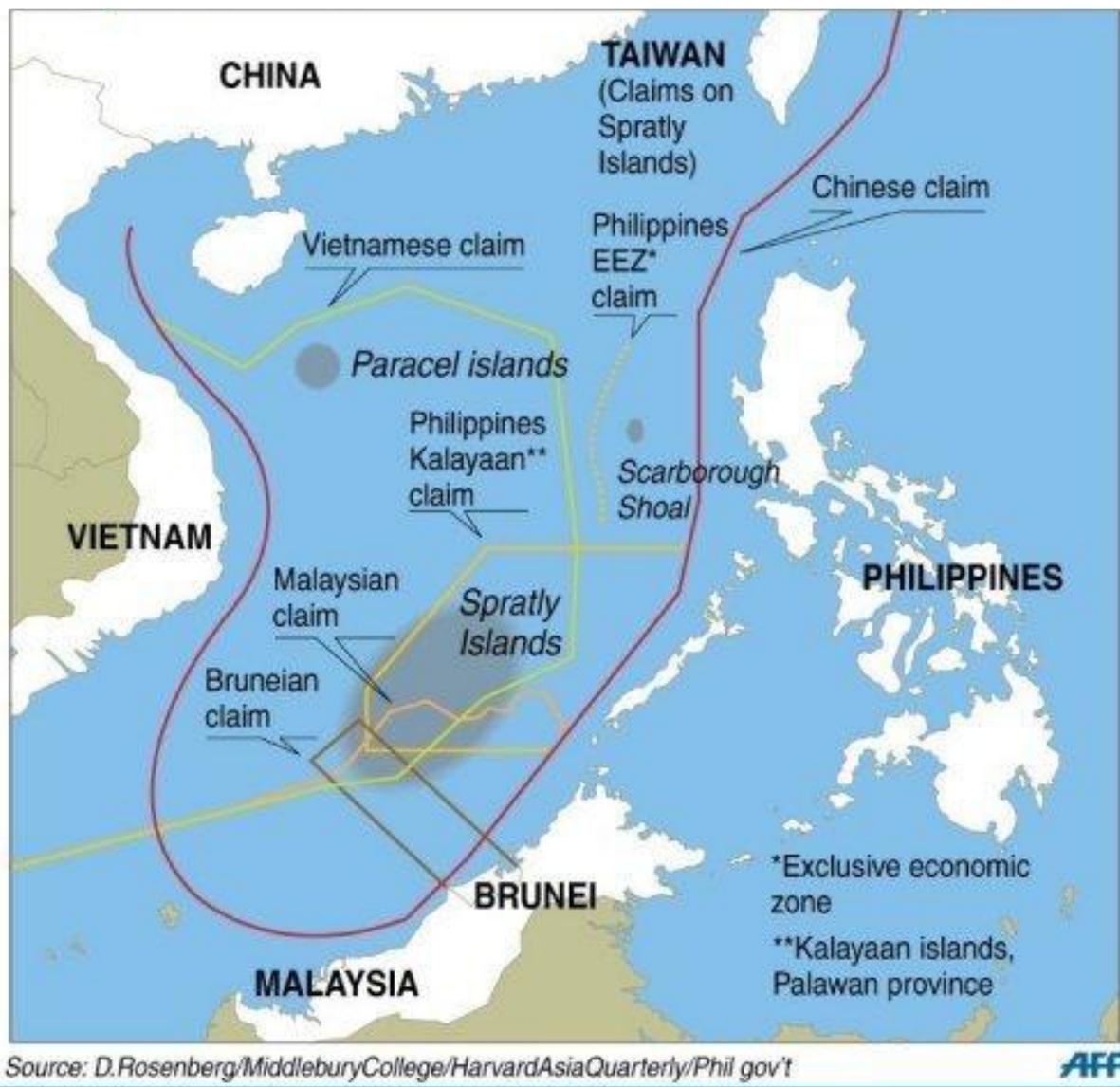
Fonte: Estados Unidos (2013) “Annual Report To Congress - Military and Security Developments Involving the People’s Republic of China 2013” *Office of the Secretary of Defense*. http://www.defense.gov/pubs/2013_china_report_final.pdf [29 de outubro de 2013]

Anexo 7: Disputa Territorial entre a China e o Japão – Plataforma Continental



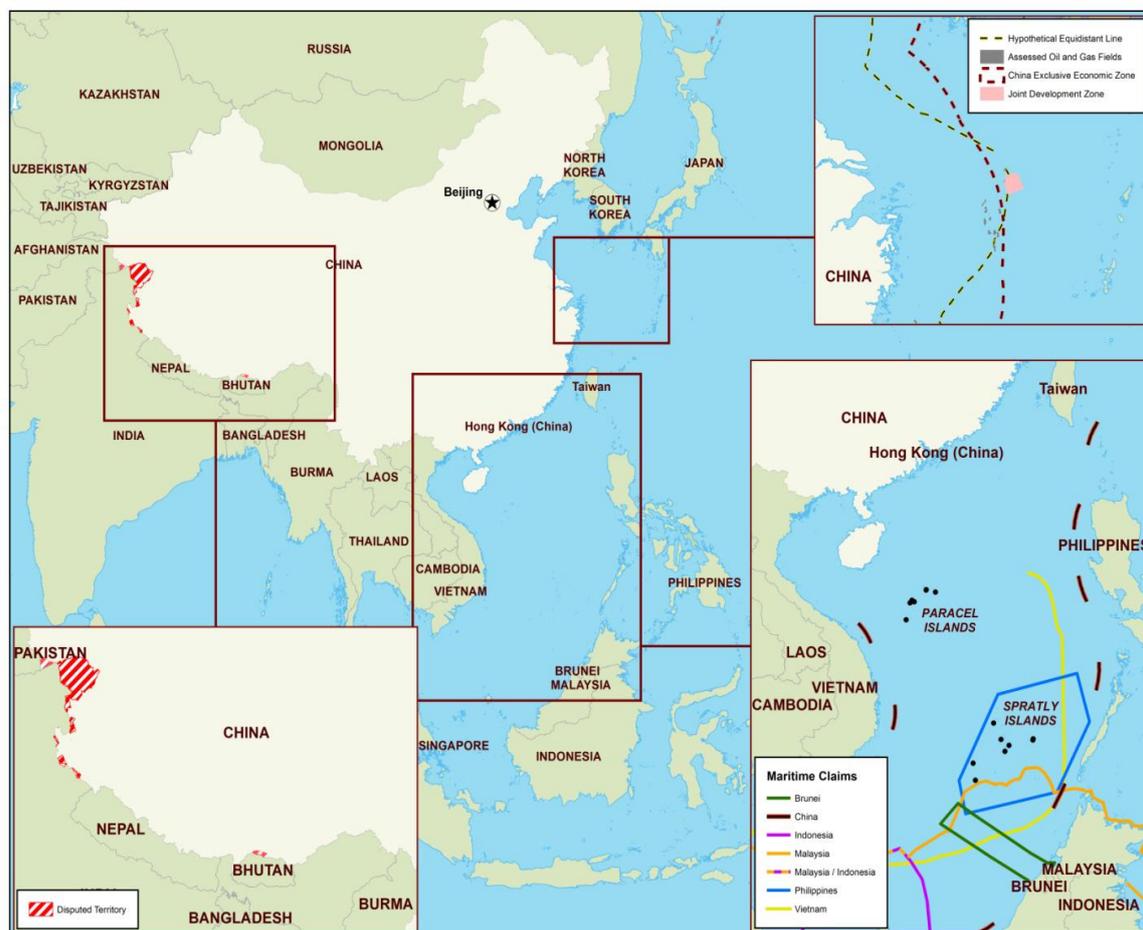
Fonte: Lai, David (2013) *Asia-Pacific: A Strategic Assessment*. Carlisle: Strategic Studies Institute

Anexo 8: Disputas Territoriais no Mar do Sul da China



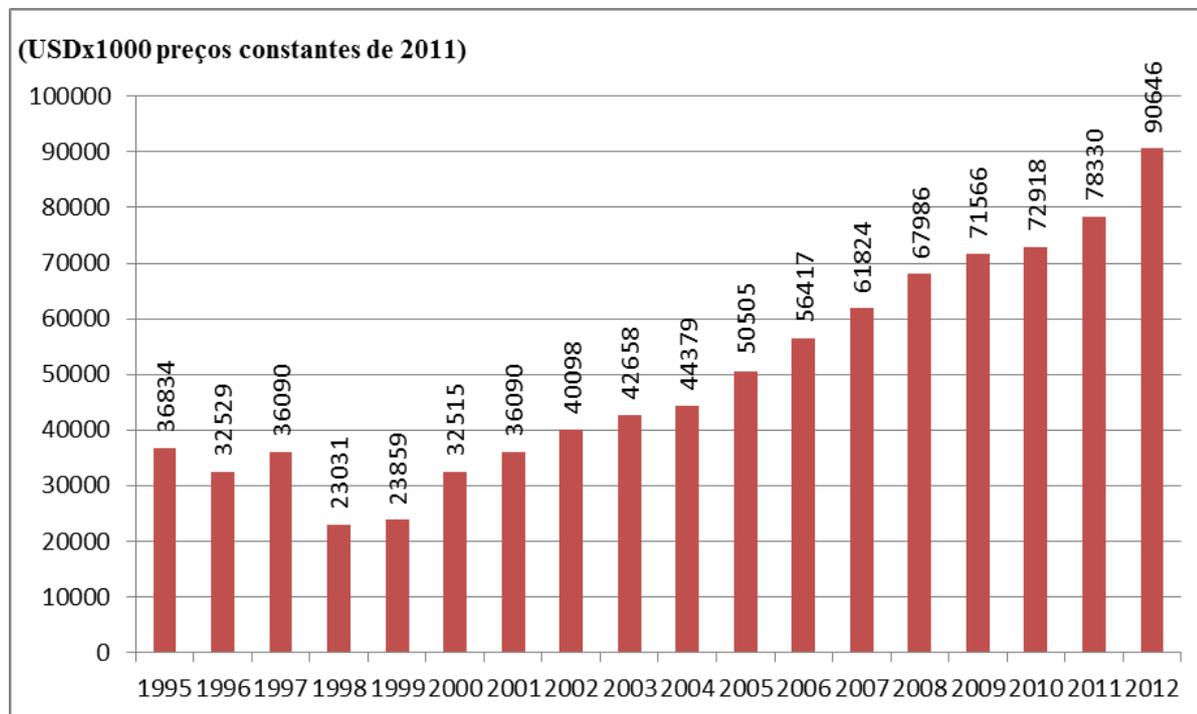
Fonte: Agence France Presse (2013) “Disputed claims in the-south china sea”
<http://www.southchinasea.org/files/2013/01/Disputed-claims-in-the-south-china-sea-Agence-France-Press.jpg> [17 de maio de 2014]

Anexo 9: Disputas Territoriais entre a China e Países Vizinhos – a Índia



Fonte: Estados Unidos (2013) “Annual Report To Congress - Military and Security Developments Involving the People’s Republic of China 2013” *U.S. Office of the Secretary of Defense*. http://www.defense.gov/pubs/2013_china_report_final.pdf [29 de outubro de 2013]

Anexo 10. Rússia: Evolução da Despesa com a Defesa



Dados coligidos de: *Stockholm International Peace Research Institute* (2014) “SIPRI Military Expenditure Database” <http://milexdata.sipri.org/files/?file=SIPRI+milex+data+1988-2012+v2.xlsx> [12 de fevereiro de 2014]

**Anexo 11: Estados Membros da Cooperação Económica dos Países da Asia e Pacífico
(CEAP)**



Fonte: *Countries of the World* (2014) “APEC - Asia Pacific Economic Cooperation member countries”

http://www.theodora.com/wfbcurrent/apec_asia_pacific_economic_cooperation_member_countries.html [7 de março de 2014]

Anexo 12: Países e Países Observadores da OCX



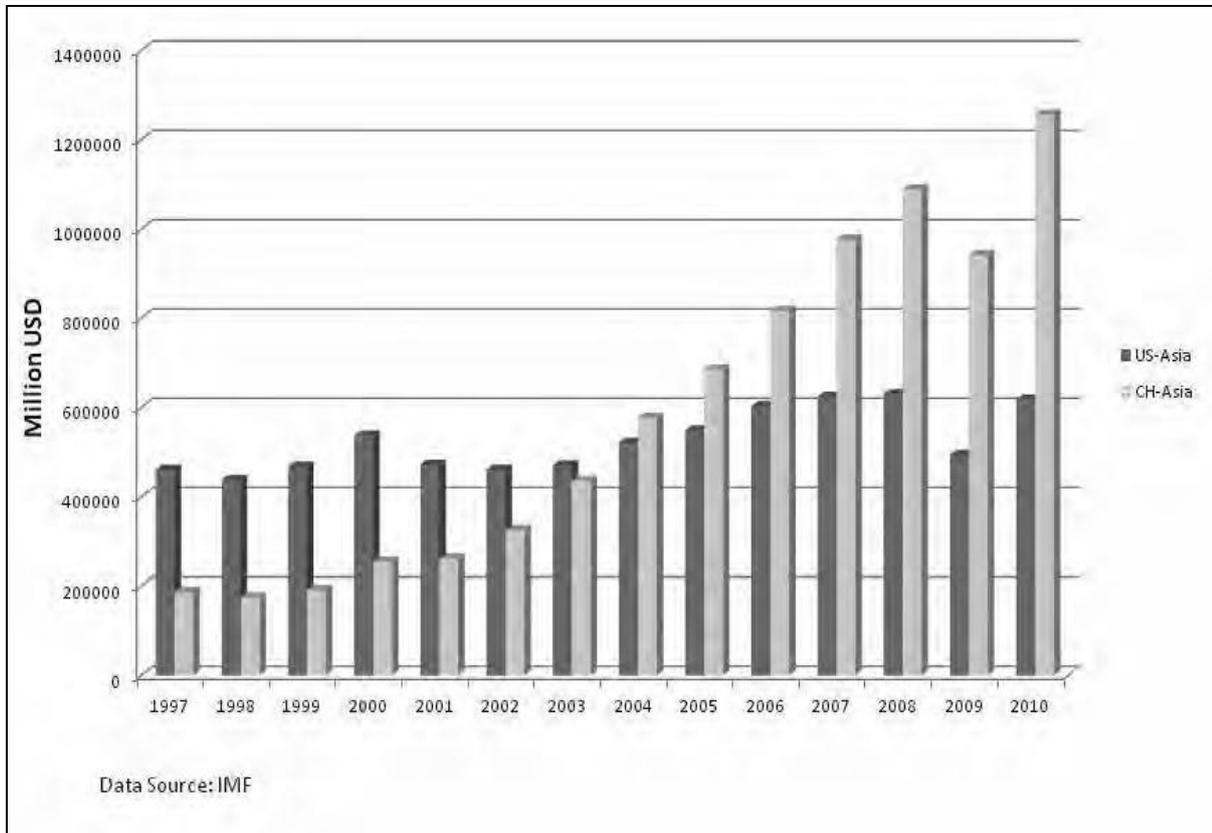
Fonte: Blomfield, Adrian (2007) “Putin praises strength of 'Warsaw Pact 2’”
<http://www.telegraph.co.uk/news/worldnews/1560604/Putin-praises-strength-of-Warsaw-Pact-2.html> [11 de março de 2014]

Anexo 13: Investimento Total da China nos Países da Ásia Central

	Investimento (Biliões de Dólares)	Sector e % do Investimento
Cazaquistão	14.1	Energia (84.4%)
Uzbequistão	0.2	Metais (100%)
Tajiquistão	0.6	Energia & Propriedade (50% cada)
Turquemenistão	3.1	Energia (100%)
Quirquistão	S/Informação	S/Informação

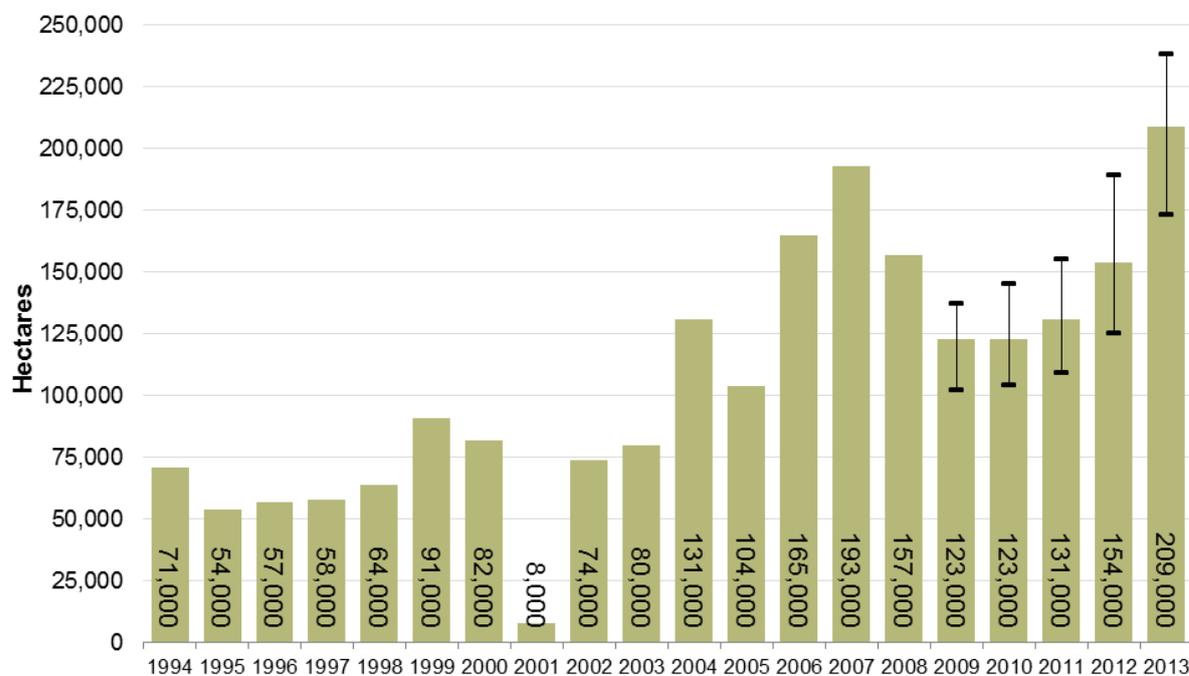
Fonte: *The Heritage Foundation* (2013) “China Global Investment Tracker Interactive Map”, <http://www.heritage.org/research/projects/china-global-investment-tracker-interactive-map> [12 de março de 2014]

Anexo 14: Comércio entre os Estados Unidos – Ásia e China - Ásia no período 1997-2010



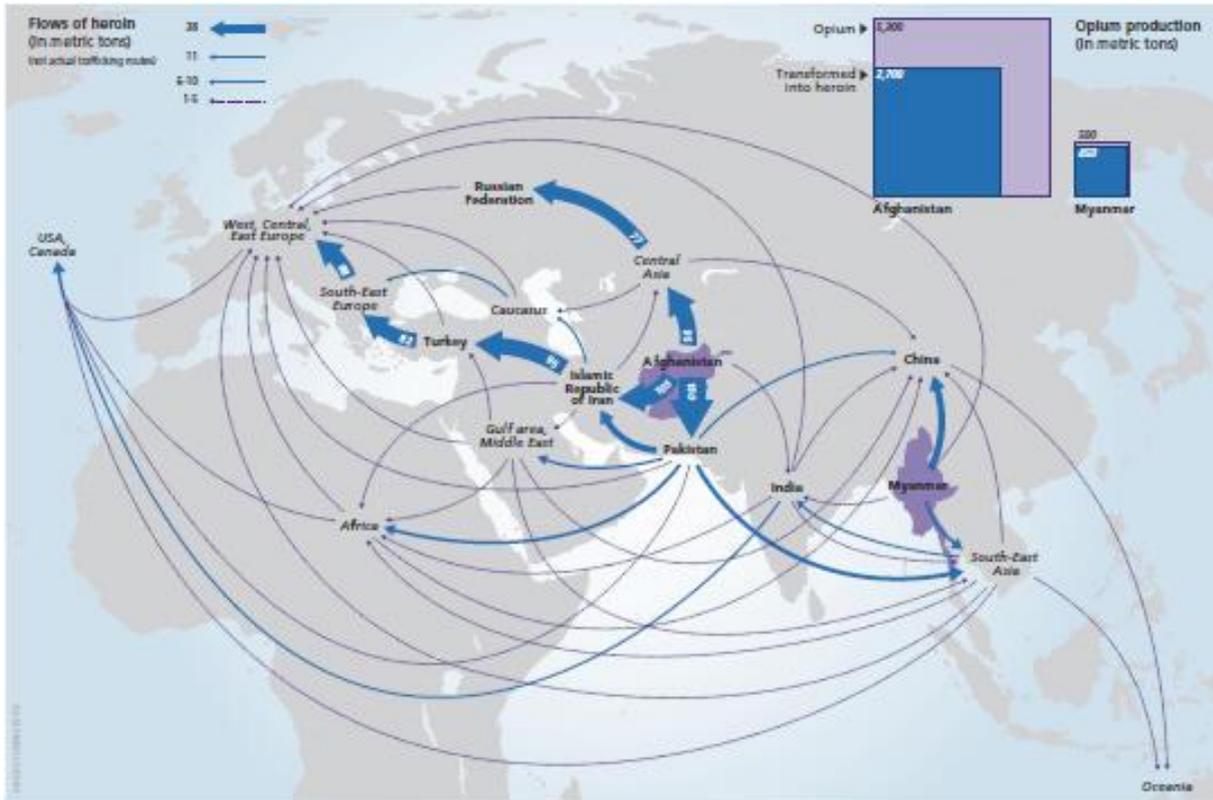
Fonte: Lai, David (2013) *Asia-Pacific: A Strategic Assessment*. Carlisle: Strategic Studies Institute

Anexo 15: Cultivo de Ópio no Afeganistão – Hectares



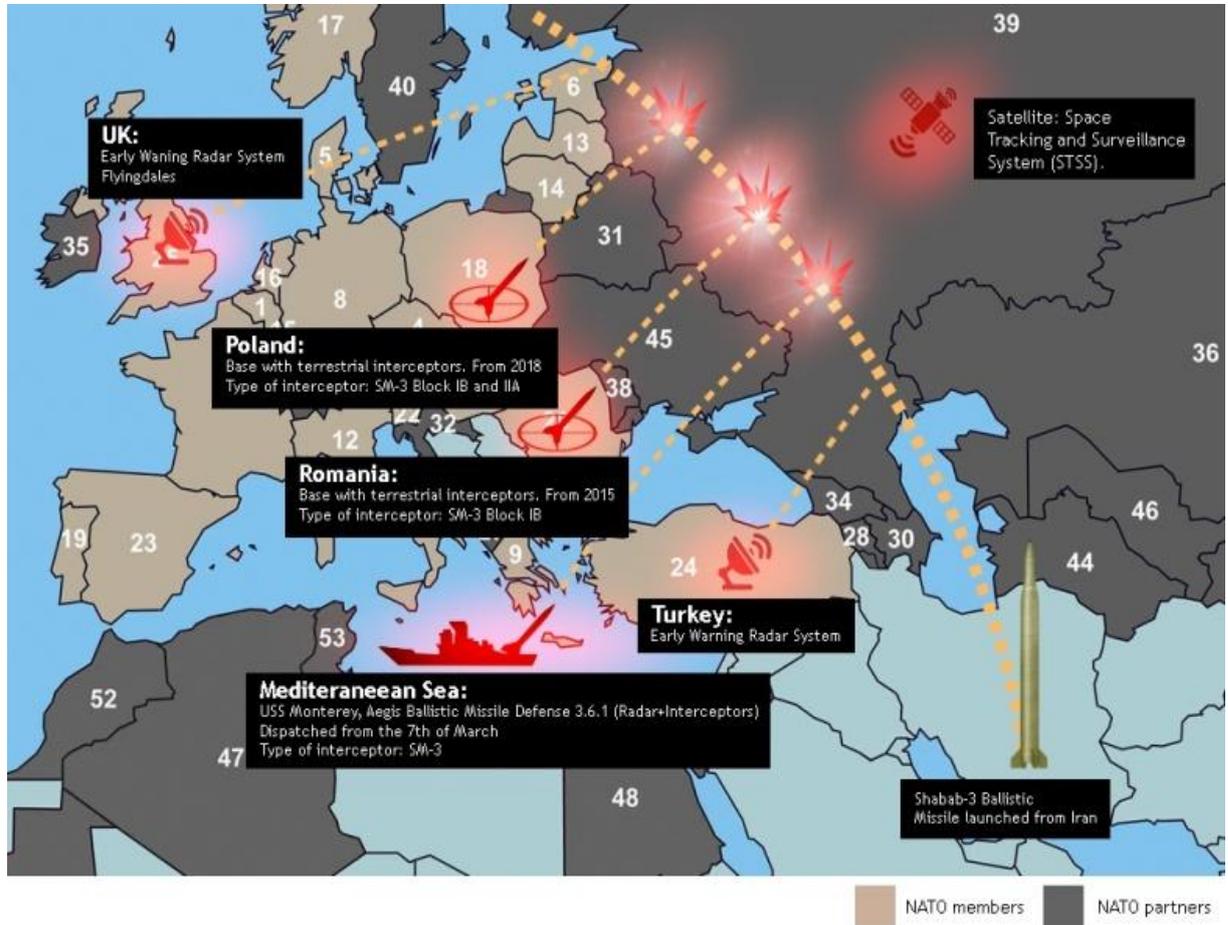
Fonte: Nações Unidas (2013) “Afghanistan Opium Survey 2013 - Summary findings” *United Nations’ Office on Drugs and Crime*. http://www.unodc.org/documents/crop-monitoring/Afghanistan/Afghan_report_Summary_Findings_2013.pdf [11 de janeiro de 2014]

Anexo 16: Fluxo de Heroína a partir da Ásia



Fonte:–Nações Unidas (2010) “Drug trafficking” *United Nations’ Office on Drugs and Crime*.
<http://www.unodc.org/unodc/en/drug-trafficking/> [11 de janeiro de 2014]

Anexo 17: Defesa Antimíssil da Europa



Fonte: *End of Days Headlines* (2012) “Romania: U.S. Escalates Missile Brinkmanship Against Russia” <http://iamisatthedoors.wordpress.com/category/europe/> [15 de janeiro de 2014]